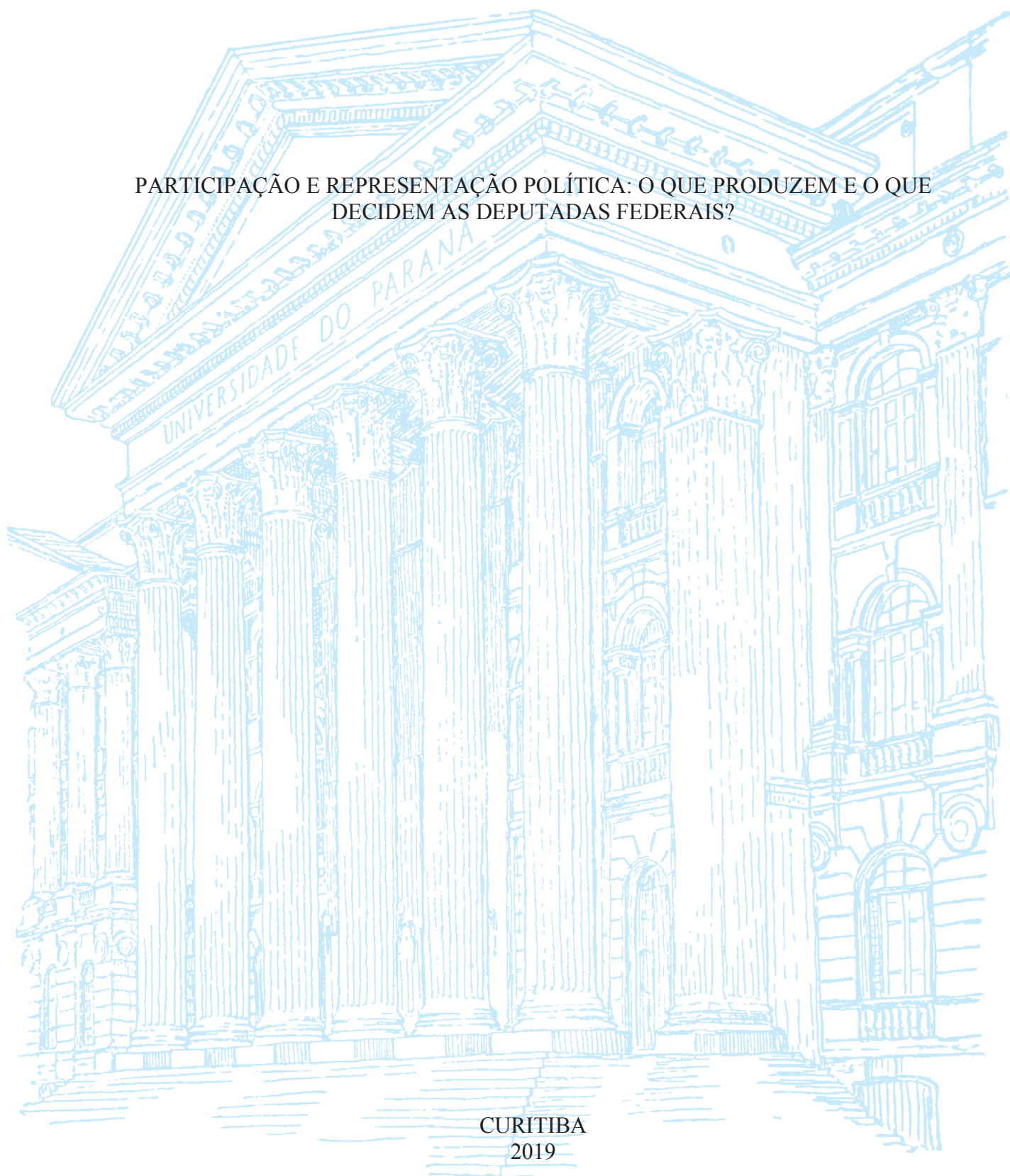


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GEISSA CRISTINA FRANCO

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O QUE PRODUZEM E O QUE  
DECIDEM AS DEPUTADAS FEDERAIS?

CURITIBA  
2019



GEISSA CRISTINA FRANCO

PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O QUE PRODUZEM E O QUE  
DECIDEM AS DEPUTADAS FEDERAIS?

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Ricardo de Limas Tomio.

CURITIBA  
2019

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Franco, Geissa Cristina

Participação e recepção política : o que produzem e o que decidem os  
Deputados Federais?. / Geissa Cristina Franco. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Fabrício Ricardo de Limas Tomio

1. Legisladoras - Brasil. 2. Mulheres na política. 3. Processo legislativo.  
4. Prática parlamentar. I. Título.

CDD – 328.81082

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GEISSA CRISTINA FRANCO**, intitulada: **PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O QUE PRODUZEM E O QUE DECIDEM AS DEPUTADAS FEDERAIS?**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2019.

  
FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO  
Presidente da Banca Examinadora

  
EDUARDO SONCINI MIRANDA  
Avaliador Externo (UFPR)

  
SERGIO SOARES BRAGA  
Avaliador Interno (UFPR)

## DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todas as mulheres que conheci. Aquelas que passaram por minha vida e me ensinaram, por meio de suas lutas diárias, que é possível ir além do que nos é esperado e fazer melhor. Mulheres que buscaram quebrar os grilhões que impediam sua liberdade, e se permitiram ser quem são. Também dedico as mulheres que não conheci e não conhecerei nessa vida, pois sei que cada uma de vocês me ajudaria a ser uma mulher mais forte e determinada.

Dedico a Anita Garibaldi, mulher guerreira do meu estado (Santa Catarina), da cidade de Laguna, a qual eu nem pude conhecer, mas que me ensinou que o ditado ‘mulher macho do Rio Grande’ não diz nada sobre ela, apenas carregava o machismo de uma sociedade fadada a continuar cometendo os mesmos erros do passado. Anita era uma mulher guerreira a frente de seu tempo, em busca dos seus ideais. Nada de ‘mulher macho’, apenas uma mulher fazendo o que as mulheres sabem fazer de melhor, lutar pelos seus ideais.

Dedico a todas as outras mulheres que entraram para história do Brasil e do mundo, em especial a Dândara dos Palmares, símbolo da resistência contra a escravidão no Brasil. Quem sabe, uma das primeiras feministas brasileiras. E dedico aquelas mulheres que não entraram para a história, mas que poderiam ter entrado por suas trajetórias de luta e resistência.

Dedico às mulheres negras, brancas, com alguma deficiência física ou mental, as indígenas, as travestis e transexuais, as lésbicas, bissexuais, heterossexuais, as empresárias, as empregadas domésticas, as mulheres idosas e as meninas. As freiras, as anãs, as prostitutas, as internacionalistas, as cientistas políticas, as donas de casa, as manicures. Também as secretárias, as políticas, as mães, as avós, as tias, as primas, as cozinheiras, as que não cozinham. As tatuadoras, as marqueteiras, as viúvas, as amantes. A todos tipos de ‘as’ que antecedem a palavra mulheres.

Dedico as mulheres que tiveram a coragem de participar de processos eleitorais, mesmo não sendo eleitas. Dedico às mulheres que foram eleitas, e tiveram a coragem de encarar o trabalho árduo de atuar enquanto políticas dentro de instituições predominantemente masculinas e masculinizadas. Não há dedicatória suficiente para cada deputada federal que eu pesquisei e me fez refletir e ser mais consciente sobre o que é ser uma mulher na política.

Dedico a cada amiga que fiz nessa vida, desde a minha infância até a fase adulta. Em especial a Flávia Scholz, Maívi Ramalho, Naara Katheline, Maiane Bittencourt, Leila Lima, Jussara Cardoso, Giovana Cruz, Audren Azolin, Viviana Alemán, Lúcia Braga, Thaís Fagundes, Larissa Roberto, Natali Laise e Bruna Paola. Vocês estiveram (algumas mais de

perto, outras mais de longe) comigo nesses dois anos de mestrado, me apoiando e sempre acreditando que eu poderia fazer esse trabalho mesmo quando nem eu mesma acreditava.

Dedico também a minha tia Luciane, mais conhecida por mim como Xucrinho, que eu considero como uma irmã mais velha. Por todos os cafés da manhã feitos para mim quando eu estava no Ensino Médio que me ajudavam a aguentar as aulas exaustivas no Marista-Maringá. Quando eu já morava em Curitiba, pelas longas ligações na conexão Curitiba/Maringá, sempre cheias de reflexões. Por escutar minhas angustias, meus medos, e por sempre me oferecer uma mão amiga. Por ser uma mulher que me inspira. Por ser aconchego e sempre ser acolhedora.

E por fim, a senhora Terezinha Magnanti, mãe da mestrandia que lhes fala, que desde que eu me conheço como gente me ensinou que eu não deveria ter medo de nada. Me deixou partir para o outro lado do Continente, meu lindo Canadá, quando eu havia recém completado 17 anos. Me ensinou a ser responsável e o significado da palavra **amor**. Cada linha dessa dissertação é dedicada a você.

## AGRADECIMENTOS

Dizem por aí que o mais importante não é o quanto vamos, e sim os caminhos que conseguimos trilhar durante a nossa existência. O trabalho de dissertação, pesquisa científica ou mesmo qualquer trabalho de escrita muitas vezes é solitário, e por ser solitário buscamos encontrar um conforto, ideias e compartilhar as experiências vividas com pessoas que nos ajudam a trilhar essa história.

O meu primeiro agradecimento é para o meu orientador, o Professor Doutor Fabrício Tomio. Agradeço por ter aceitado ser meu orientador, mesmo não me conhecendo até o momento do processo seletivo. Agradeço pelas vezes que sentou comigo para me ajudar a melhorar e entender as variáveis do banco de dados, e agradeço principalmente por sempre estar disponível e acreditar na pesquisa.

Agradeço a CAPES, por ter concedido a mim dois anos de bolsa. Sem essa oportunidade eu não conseguiria ter a mesma dedicação ao mestrado. Com essa ajuda financeira consegui ir apresentar um trabalho em Montevideo na ALACIP, e pude me focar nos estudos.

Agradecimento especial ao Fernando Morais, que desde a minha graduação em Ciência Política, me ajuda a pensar desenhos de pesquisa. Com ele escrevi alguns trabalhos acadêmicos, e ele foi fundamental tanto no meu processo de entrada no mestrado, como o de doutorado, com suas correções aos projetos de dissertação e tese. Boa parte do meu conhecimento sobre a teoria neoinstitucionalista, assim como a História da Ciência Política eu aprendi com esse grande cientista político.

Agradeço a Professora Audren Azolin da Uniter. Ela que me acompanha desde a minha primeira graduação em 2011. Foi através do Núcleo de Práticas e Pesquisas em Ciência Política da Uninter – NUPP sob a direção dela, que passei a me interessar pelo processo legislativo, a Relação entre o Executivo e o Legislativo e Relações Governamentais. Com o passar dos anos, nos tornamos grandes amigas e a considero uma segunda mãe para mim.

É preciso lembrar e agradecer aos professores que me deram aula nos dois anos de mestrado, especialmente o Professor Doutor Jamil, visto que ele com sua matéria de Seminário Metodológico fez sábios apontamentos a minha pesquisa. Além dele, todos os meus colegas de classe, que foram paciente, escutando e lendo minha pesquisa, quando a mesma ainda era um rascunho.

A meu pai, que pagou meus estudos, e não nunca mediu esforços financeiros para que eu tivesse a melhor educação possível. A minha mãe que sempre diz “você estuda demais menina”, mas que não mede esforços em me apoiar. Ao meu irmão Guilherme que é amor da



cabeça aos pés, um ser humano único. Ao Felipe, meu irmão que me ensinou a amar literatura e história brasileira. A minha tia Lu, por tudo mesmo!

Um especial agradecimento aos amigos politólogos: Gabriel Marcondes, Leila, Luiz, Giovana, Ulisses, Breno pelos debates de política no bar, que me fazem amar cada dia mais a ciência política.

E não há palavras suficientes para agradecer a você Diogo Tavares, mais conhecido por mim como Mi. Por estar sempre presente. Passamos poucas e boas nesses 4 anos. Você conhece meu melhor, e principalmente meu pior. Você escutou pacientemente meus anseios desde o início do mestrado, e me ajudou a pensar mais sobre essa pesquisa, e a melhorá-la no dia-a-dia. Você que é um dos politólogos que eu mais admiro nesse mundo. Ter você, a Arya e a Sansa na minha vida é ganhar diariamente na Mega Sena. Obrigada por tudo!



## EPÍGRAFE

*“The single story creates stereotypes, and the problem with stereotypes is not that they are untrue, but that they are incomplete. They make one story become the only story.”*  
*Chimamanda Ngozi Adichie*

## RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a produção legislativa das deputadas federais no recorte temporal 1987-2017. O corpus da pesquisa são os 4661 Projetos de Lei – PL, Projetos de Lei-Complementar- PLP e as Propostas de Emenda à Constituição – PEC apresentados pelas deputadas federais entre 1987 a 2017. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1-Compreender as diferentes perspectivas teóricas sobre a sub-representação da mulher na política, mostrando como as abordagens sociais, culturais e institucionais são importantes e complementares nesses estudos; 2-Compreender gênero e participação feminina na política e no processo legislativo para construção das categorias e classificações interpretativas e/ou analíticas; 3- Compreender a dinâmica específica do processo legislativo federal e da relação executivo/legislativo no período pós 1988, sobretudo a partir das determinações institucionais e endógenas ao processo legislativo; 4-Mensurar a participação feminina no período (1987 a 2017); 5-Descrever e quantificar quais temáticas estão presentes nas proposições legislativas das deputadas federais e qual a taxa de sucesso legislativo destas temáticas; 6-Relacionar a temática das proposições legislativas das deputadas com a taxa de sucesso que elas obtiveram em cada temática; 7-Quantificar e apresentar o conteúdo temático dos projetos de gênero apresentados pelas deputadas federais em 31 anos de legislatura; 8-Observar se as deputadas federais têm maior produção legislativa em *hard politics*, *middle politics* ou *soft politics*; 9-Verificar se há relação entre ser uma deputada da coalizão do governo com a aprovação de proposições legislativas; 10- Analisar se a capacidade decisória das deputadas federais está relacionada a elas serem de um partido de direita, esquerda ou centro; 11- Observar se o número de mandatos que as deputadas federais possuem no parlamento se relaciona positivamente com a maior capacidade das mesmas em terem as suas proposições legislativas aprovadas. A partir desses objetivos, coloca-se como problema de pesquisa: Em que medida houve ou não alterações no decorrer das diferentes legislaturas entre 1987 a 2017 no teor das proposições apresentadas pelas deputadas e no teor das proposições aprovadas pelas deputadas? Temos como hipóteses de pesquisa que *H1*: As temáticas que as deputadas mais produzem proposições legislativas são as de cunho social, chamadas *soft politics*, e, são nessas temáticas que as parlamentares mais conseguem transformar em normas jurídicas as suas proposições. *H2*: Dentre as *soft politics*, as parlamentares conseguem aprovar com maior facilidade as temáticas de gênero do que outros temas de maneira geral, inclusive aprovam mais proposições de gênero que outras temáticas sociais. *H3*: As deputadas federais que conseguem aprovar mais suas proposições legislativas são as que fazem parte da coalizão de governo. *H4*: As parlamentares que conseguem aprovar mais as suas proposições legislativas são as que estão em partidos de esquerda; *H5*: Quanto maior o número de mandatos que a parlamentar possuir, maior a chance da deputada conseguir aprovar suas proposições legislativas. O método de coleta é a raspagem de dados sobre os projetos legislativos (PL, PLP e PEC) de autoria das deputadas federais presentes na Câmara Federal entre 1987-2017, na qual realizar-se-á a análise documental para descobrir as temáticas dos projetos. O método de análise é correlacionar os dados encontrados de acordo com o que a teoria sobre participação política da mulher e produção legislativa apontam. Um dos resultados encontrado é que as parlamentares conseguiram aprovar 7,48% das proposições legislativas na temática de gênero enviadas em comparação aos 3,38% de todas as proposições legislativas enviadas e aprovadas. Podemos observar que as deputadas que fazem parte da coalizão, são de partidos de esquerda e tem mais mandatos na Câmara possuem maior poder de transformar suas proposições em normas legislativas.

**Palavras-chave:** Deputadas federais. Produção legislativa. Mulher na Política. Processo legislativo.

## ABSTRACT

The general objective of this research is to understand the legislative production of federal deputies in the period from 1987 until 2017. The corpus of the research is the 4661 Law Projects - LP, Complementary Law Projects – CLP, and the Proposals of Amendment to the Constitution - PAC presented by the federal deputies from 1987 to 2017. The specific objectives of the research are: 1-To understand the different theoretical perspectives on the underrepresentation of women in politics, showing how societal, cultural and institutional approaches are important and complementary in these studies; 2-To understand gender and female participation in politics and the legislative process for the construction of categories and interpretative and / or analytical classifications; 3- Understand the specific dynamics of the federal legislative process and the executive / legislative relationship in the post-1988 period, especially from the institutional and endogenous determinations of the legislative process; 4-Measure the female participation in the period (1987 to 2017); 5-Describe and quantify what themes are present in the legislative proposals of the federal deputies and what the legislative success rate of these topics; 6 - To relate to the theme of the legislative propositions of the deputies with the success rate that they obtained in each thematic; 7-To quantify and present the thematic content of the gender projects presented by the federal deputies in 31 years of the legislature; 8-To see if the federal deputies have more legislative production in hard politics, middle politics or soft politics; 9-Check if there is a relation between being a member of the coalition of the government with the approval of legislative proposals; 10- To analyze whether the decision-making capacity of the federal deputies is related to these being of a party of right, left or center; 11 - To verify if the number of mandates that the federal deputies have in the parliament is related positively to the greater capacity of the same ones in having their legislative propositions approved. From these objectives, we have as a research problem: To what extent have there been changes during the different legislatures between 1987 and 2017 in the content of the proposals submitted by the MEPs and in the content of the proposals adopted by the MEPs? We have hypotheses for research that are: *H1*: The themes that MPs most produce legislative proposals are those of a social nature, called soft politics. In addition, it is in these issues that parliamentarians are able to transform their propositions into legal norms. *H2*: Parliamentarians can more easily approve gender issues than other topics in general, including approving more gender propositions than other social issues. *H3*: The federal deputies who can further approve their legislative proposals are those that are part of the coalition government. *H4*: The parliamentarians who are able to approve their legislative proposals more are those in left-wing parties; *H5*: The greater the number of mandates the parliamentarian has, the greater her chance of being able to approve her legislative proposals. The method of collection is the scraping of data on the legislative projects (LP, CLP and PAC) authored by the federal deputies present in the Federal Chamber between 1987 and 2017, in which documentary analysis will be carried out to discover the themes of the projects. The method of analysis is to correlate the data found according to what the theory on women's political participation and legislative output point to. One of the results found is that parliamentarians were able to approve 7.48% of legislative proposals on gender issues submitted compared to 3.38% of all legislative proposals sent and approved. We could observe that the deputies that are part of the coalition, are left-wing parties and have more mandates in the House have greater power to turn their proposals into legislative rules.

Keywords: Federal deputies. Legislative production. Woman in Politics. Legislative process.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	98
GRÁFICO 2 – NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELAS DEPUTADAS FEDERAIS POR LEGISLATURA.....	101
GRÁFICO 3 – TEMPO DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA TANTO EM AUTORIA INDIVIDUAL COMO EM COAUTORIA.....	103
GRÁFICO 4 – NÚMERO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DE ACORDO COM O NÚMERO DE COAUTORES ENVOLVIDOS.....	104
GRÁFICO 5 – PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS COM MAIS DE UM AUTOR APRESENTADAS NA TEMÁTICA DE GÊNERO E EM OUTRAS TEMÁTICAS.....	105
GRÁFICO 6 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA (APRESENTADAS INDIVIDUALMENTE E EM COAUTORIA) DE ACORDO COM A TEMÁTICA DO PROJETO.....	106
GRÁFICO 7 – PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE ACORDO COM AS TEMÁTICAS HARD, MIDDLE E SOFT POLITICS.....	108
GRÁFICO 8 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES ENVIADAS E APROVADAS PELAS DEPUTADAS DE ACORDO COM ELAS FAZEREM OU NÃO PARTE DA COALIZAÇÃO DE GOVERNO.....	112
GRÁFICO 9 – PROPOSIÇÕES APRESENTADAS.....	117
GRÁFICO 10 – MATÉRIAS LEGISLATIVAS TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA.....	117
GRÁFICO 11 – QUANTIDADE TOTAL DE PROPOSIÇÕES PRODUZIDAS PELA QUANTIDADE DE PARLAMENTARES MULHERES ELEITAS.....	119

## LISTA DE QUADROS

QUADRO	1	-	EXEMPLIFICANDO	AS	VARIÁVEIS	DA	
PESQUISA.....							19
QUADRO	2	-	EXEMPLOS DE HARD POLITICS, MIDDLE POLITICS E SOFT POLITICS.....				55
QUADRO	3	-	EXPLICAÇÃO RESUMIDA DAS 3 TEORIAS SOBRE O PODER LEGISLATIVO.....				63
QUADRO	4-	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 1987-1990.....				74
QUADRO	5	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 1991-1994.....				75
QUADRO	6-	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 1995-1998.....				76
QUADRO	7	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 1999-2002.....				77
QUADRO	8	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 2003-2006.....				78
QUADRO	9	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 2007-2010.....				79
QUADRO	10	-	DEPUTADAS ELEITAS NA LEGISLATURA 2011-2014.....				82
QUADRO	11	-	DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS NA LEGISLATURA 2015-2018.....				84
QUADRO	12	-	AS VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS UTILIZADAS NESSA PESQUISA.....				93
QUADRO	13	-	TEMÁTICA DOS PROJETOS.....				94
QUADRO	14	-	CLASSIFICAÇÃO DE HARD POLITIC, MIDDLE POLITICA E SOFT POLITIC.....				95
QUADRO	15	-	EXPLICAÇÃO SOBRE OS PROJETOS VOLTADOS A TEMÁTICA DE MULHERES.....				95
QUADRO	16	-	COALIZÕES NO GOVERNO FHC E LULA.....				96

QUADRO 17 – COALIZÕES NO GOVERNO DILMA.....	97
QUADRO 18 – CLASSIFICAÇÃO DE VELHA E NOVA DIREITA PRODUZIDA POR CODATO, BOLOGNESI E ROEDER (2015).....	99
QUADRO 19 – IDEOLOGIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE 1987-2017.....	99

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DEPUTADS FEDERAIS QUE ATUAM EM FRENTES PARLAMENTARES E TIPO DE TEMÁTICA DA FRENTE PARLAMENTAR E QUE ELAS ATUAM.....	83
TABELA 2 – QUANTIDADE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS E APROVADAS INDIVIDUALMENTE POR NÚMERO DE DEPUTADAS.....	103
TABELA 3 – SITUAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE ACORDO COM A TEMÁTICA.....	107
TABELA 4 – TAXA DE SUCESSO DAS DEPUTADAS FEDERAIS POR TEMÁTICA DE PROJETO.....	108
TABELA 5- A SITUAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS DE ACORDO COM A TEMÁTICA DELAS.....	109
TABELA 6 – PORCENTAGEM NO NÚMERO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS VOLTADAS A TEMÁTICA DE GÊNERO DENTRO DAS TEMÁTICAS SOCIAIS, SOFT POLITICS E PROPOSIÇÕES DE MODO GERAL.....	110
TABELA 7 – PROPOSIÇÕES VOLTADAS A TEMÁTICA DE GÊNERO E SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRAM.....	110
TABELA 8 – IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS FEDERAIS E CAPACIDADE DECISÓRIA DAS MESMAS.....	113
TABELA 9 – PROPOSIÇÕES TRANSFORMADAS EM NORMA JURÍDICA NOS DIFERENTES MANDATOS.....	114
TABELA 10 – TAXA DE SUCESSO DAS PARLAMENTARES NO PRIMEIRO MANDATO E EM MAIS MANDATOS.....	115
TABELA 11 – PRODUÇÃO TOTAL DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SEPARADAS POR TEMÁTICA NAS 8 LEGISLATURAS ANALISADAS.....	116
TABELA 12 – APROVAÇÃO TOTAL DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SEPARADAS PELAS TEMÁTICAS NAS 8 LEGISLATURAS.....	117



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA.....</b>	<b>28</b>
2.1	DEFININDO O TERMO GÊNERO.....	29
2.2	A LUTA PELO VOTO FEMININO NO SÉCULO XIX E A ENTRADA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER POLÍTICO NO SÉCULO XX: AS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS ENTRE 1933 A 1986.....	32
2.3	AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA.....	36
2.3.1A	Teoria da Modernização: uma análise sobre a sub-representação feminina na política.....	37
2.4	ALGUMAS ABORDAGENS DE TEORIAS FEMINISTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	44
2.5	AS MULHERES NO PROCESSO DECISÓRIO.....	48
<b>3</b>	<b>PRODUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA.....</b>	<b>57</b>
3.1	TEORIAS DA ORGANIZAÇÃO DO LEGISLATIVO: VISÃO DISTRIBUTIVISTA, PARTIDÁRIA E INFORMACIONAL.....	57
3.2	O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO:AS DIFERENTES ABORDAGENS DE ESTUDO.....	64
3.3	O PODER DE AGENDA DOS E DAS DEPUTADAS.....	67
3.4	A ATUAÇÃO DAS DEPUTADAS FEDERAIS ENTRE 1987 A 2017.....	73
<b>4</b>	<b>A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS .....</b>	<b>86</b>
4.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO DOCUMENTAL.....	89
4.1.1	Método de coleta de dados.....	91
4.1.2	Método de estratégias de análise .....	100
4.2	Dados gerais da pesquisa .....	100
4.3	Hipótese 1 da pesquisa: temática das proposições .....	106
4.4	Hipótese 2 da pesquisa: produção na temática de gênero .....	109
4.5	Hipótese 3 da pesquisa: fazer parte da coalizão ou da oposição de governo .....	111

4.6 Hipótese 4 da pesquisa: Ideologia do partido político .....	113
4.7 Hipótese 5 da pesquisa: número de mandatos das deputadas .....	114
4.8 O problema de pesquisa.....	116
4.9 Análise dos dados encontrados .....	118
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS FINAIS.....</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 10 de novembro de 1933 tomou posse na Câmara dos Deputados a primeira mulher eleita para um cargo legislativo federal na história do Brasil e da América Latina, seu nome era Carlota de Queirós (AZEVEDO; RABAT, 2011). Observa-se uma maior inserção das mulheres no legislativo através do número de cadeiras ocupadas por elas na Câmara Federal que eram oito cadeiras em 1982, passaram para 26 cadeiras em 1986 e em 2014 correspondiam a 51 cadeiras (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL; SECRETARIA DA MULHER- CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

Estudos apontam que países com maior representação democrática tendem a ter menor sub-representação das mulheres no parlamento, e assim esses países, com maiores pontuações democráticas, incentivam as mulheres a concorrerem a cargos eletivos e tornam os parlamentos mais representativos no número de mulheres (MORAES *et.al*, 2014).

O aumento no número de parlamentares é recente no Brasil. E entende-se que as mulheres passaram a agir enquanto um grupo no período da constituinte em que as deputadas federais formaram a bancada feminina, chamada pela mídia de *Lobby do Batom*. Essa bancada contava com a participação das 26 deputadas federais eleitas e com grupos de mulheres feministas, tendo como objetivo era a garantia de direitos para às mulheres. É visto que as mulheres se uniram enquanto um grupo deixando de lado suas diferenças ideológicas e partidárias em busca de maiores direitos para o seu próprio grupo (SABINO; LIMA, 2015; AZEVEDO; RABAT, 2011).

Essa atuação em conjunto pode ser entendida como um avanço democrático, já que elas se uniram enquanto um grupo para atuarem conjuntamente, deixando seus posicionamentos ideológicos em segundo plano. Mas isso não quer dizer que o Estado brasileiro alcançou níveis desejáveis de participação da mulher na política, e é preciso compreender de uma maneira mais ampla como é a entrada da mulher na política, e como ela consegue continuar nesse espaço.

Por isso, há estudos na área das ciências sociais que buscam entender a maior participação e representação da mulher na política. Eles se dividem duas vertentes analíticas. A primeira trata sobre o processo anterior à chegada das mulheres nos cargos eletivos, como por exemplo, o recrutamento das mulheres dentro dos partidos, o sistema eleitoral e a lei de cotas. Nesses estudos o objetivo é avaliar as motivações que levam à sub-representação das mulheres na política (MANSBRIDGE, 1999, 2009).

A segunda abordagem é avaliar a atuação das mulheres já nas instituições políticas, observando o desempenho delas nesses espaços institucionais e sua influência na arena

decisória (LOVENDUSKI & NORRIS, 2003; STOKES, 2005; WÄNGNERUD, 2009). É sobre a segunda vertente que essa presente pesquisa foi desenvolvida. Delimitando-se a Câmara Federal do Brasil e as proposições legislativas de autoria das deputadas federais entre 1987 a 2017.

Sobre a Câmara Federal e a produção legislativa de deputados e deputadas federais é necessário compreender que a produção dele(a)s está diretamente associada a relação entre o Executivo e o Legislativo, ou seja, a dinâmica do funcionamento do Legislativo pode ser compreendida a partir da perspectiva da maior capacidade institucional do Executivo na aprovação de projetos, bem como outras variáveis institucionais endógenas. É possível também compreender o legislativo a partir de variáveis exógenas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; NETO; SANTOS, 2003; SANTOS, 2008).

As variáveis endógenas se referem à forma como o legislativo se organiza internamente, bem como a distribuição de competências legislativas e o que os parlamentares conseguem aprovar/agenda dos legisladores ou mesmo do presidente. Podemos colocar como exemplos de variáveis endógenas a patronagem (distribuição de recursos), seniority (carreira parlamentar), processo legislativo (regras de tramitação). Já as variáveis exógenas são as que se encontram fora da estrutura da Câmara Federal ou do legislativo, isso quer dizer que variáveis externas à dinâmica do legislativo podem apontar explicações a indagações sobre o legislativo. Alguns exemplos de variáveis exógenas são ideologia, *background* e *expertise* (histórico do parlamentar), características dos distritos, desempenho eleitoral (SANTOS, 2008).

Nessa pesquisa utilizamos quatro variáveis explicativas para a capacidade das parlamentares em aprovarem proposições legislativas (situação da proposição). As variáveis explicativas estão descritas no Quadro 1.

A primeira variável explicativa, a temática das proposições, está dividida em três variáveis: I) as matérias legislativas que versam sobre temas sociais e as matérias legislativas que apresentam as outras sete classificações utilizadas nessa pesquisa; II) As temáticas das proposições legislativas se dividem também em *hard*, *middle* e *soft politics* (em que as *hard* e *middle* são percebidas pela literatura como temas mais ‘duros’ e de maior dificuldade de aprovação; III) Dentro da temática social, criou-se a categoria temática de gênero em que as matérias legislativas sociais foram classificadas como de gênero ou não. Essa variável é binária.

Quadro 1–Variáveis da pesquisa.

Variável dependente	Variáveis independentes
A capacidade das deputadas em transformarem em norma jurídica as proposições legislativas apresentadas (situação da proposição)	1- Temática: 1.1 Temáticas gerais: Econômico, social, honorífico, orçamentário, gestão, meio-ambiente, político e trânsito.  1.2 Temáticas de <i>soft politics</i> , <i>middle politics</i> e <i>hard politics</i> .  1.3 Temáticas de gênero: dentro das temáticas sociais, há as que se referem às mulheres.
	2- Ideologia partidária (deputadas de direita, centro ou esquerda).
	3- Número de mandatos (número de mandatos das parlamentares varia entre um, dois, três, quatro, cinco e mais de cinco mandatos).
	4- Deputadas da coalizão do governo ou da oposição

Fonte: Quadro produzido pela autora.

A segunda variável explicativa que é ideologia partidária foi classificada em: esquerda, direita e centro. A terceira variável que se refere a número de mandatos foi separado em: um, dois, três, quatro, cinco e mais de cinco mandatos. A quarta variável é binária, pois as proposições foram separadas em: deputadas da coalizão e deputadas da oposição.

Das quatro variáveis explicativas apenas a ideologia é uma variável exógena, as outras são variáveis endógenas. Isso ocorre, visto que essa pesquisa busca, de modo geral, encontrar explicações na dinâmica interna do legislativo, já que a partimos da compreensão da abordagem neoinstitucionalista que apresenta que as instituições contam na compreensão dos fenômenos políticos (HALL; TAYLOR, 2003).

Nessa perspectiva de compreender a produção legislativa das deputadas federais, coloca-se como problema de pesquisa é: Em que medida houve ou não alterações no decorrer das diferentes legislaturas entre 1987 a 2017 no teor (nos temas) das proposições apresentadas pelas deputadas e no teor das proposições aprovadas pelas deputadas?

Entendemos que o objetivo geral da pesquisa é compreender a produção legislativa das deputadas federais no recorte temporal 1987 a 2017. A ideia é analisar a dinâmica das

proposições legislativas produzidas pelas parlamentares, observando se houve mudanças na temática das proposições que as parlamentares apresentaram para apreciação na Câmara e que elas conseguiram aprovar no decorrer dos 31 anos, ou se a temática da produção permaneceu a mesma nesse período. O foco recai nos Projetos de Lei – PL, Projeto de Lei Complementar – PLP e Propostas de Emenda a Constituição – PEC produzidos pelas parlamentares mulheres nesse recorte temporal de 31 anos.

No que se refere aos objetivos específicos, encontram-se 11 nessa pesquisa:

1-Compreender as diferentes perspectivas teóricas sobre a sub-representação da mulher na política, mostrando como as abordagens sociais, culturais e institucionais são importantes e complementares nesses estudos;

2-Compreender gênero e participação feminina na política e no processo legislativo para construção das categorias e classificações interpretativas e/ou analíticas;

3-Compreender a dinâmica específica do processo legislativo federal e da relação executivo/legislativo no período pós 1988, sobretudo a partir das determinações institucionais e endógenas ao processo legislativo.

4-Mensurar a dinâmica da participação feminina no período (1987 a 2017).

5-Descrever e quantificar quais temáticas estão presentes nas proposições legislativas das deputadas federais e qual a taxa de sucesso legislativo destas temáticas;

6-Relacionar à temática das proposições legislativas das deputadas com a taxa de sucesso<sup>1</sup> que elas obtiveram em cada temática.

7-Quantificar e apresentar o conteúdo temático dos projetos de gênero apresentados pelas deputadas federais em 31 anos de legislatura;

8-Observar se as deputadas federais têm maior produção legislativa em *hard politics*, *middle politics* ou *soft politics*;

9-Verificar se há relação entre ser uma deputada da coalizão do/oposição ao governo com a aprovação de proposições legislativas;

10-Analisar se a capacidade decisória das deputadas federais está relacionada a elas serem de um partido de direita, esquerda ou centro;

---

<sup>1</sup> “A taxa de sucesso é definida como a proporção de leis com origens no Executivo aprovadas no ano, em relação ao total de projetos enviados por este por ano” (GRAÇA; SANTOS, 2009, p.9-10). Nessa pesquisa adaptamos a taxa de sucesso a cada temática apresentada pelas parlamentares. Além disso, fizemos uma taxa de sucesso geral, não levando em conta o ano em questão.

11-Observar se o número de mandatos que as deputadas federais possuem no parlamento se relaciona positivamente com a maior capacidade das mesmas em terem as suas proposições legislativas aprovadas.

A partir dos onze objetivos específicos apresentados, se faz necessário demonstrar como será possível mensurá-los. O primeiro e o segundo objetivo específico serão respondidos no capítulo dois da dissertação, o qual apresentará algumas perspectivas teóricas sobre a participação da mulher na política. O terceiro e o quarto objetivo serão respondidos a partir do capítulo teórico três que retrata a dinâmica do processo legislativo e faz uma mensuração da participação das deputadas federais na política de 1987 a 2017.

No que se refere ao quinto objetivo específico, a partir do método de análise temático-categorial foram construídas oito categorias de temática sobre as proposições legislativas de autoria das deputadas federais. As temáticas são: econômico, social, honorífico, meio-ambiente, gestão, político, orçamento e trânsito. A definição dada a cada temática apresentada é explicada no quarto capítulo “Desenho de Pesquisa”.

Sobre o sexto e o sétimo objetivo específico, os mesmos são mensurados a partir da taxa de sucesso proposta por Graça e Santos (2009). Para a construção do sétimo objetivo aplicamos a técnica de análise de conteúdo temático-categorial, e assim construímos seis classificações para os projetos de gênero apresentados pelas parlamentares. São eles: 1-reconhecimento; 2-maternidade; 3- participação política das mulheres; 4- orientação sexual e identidade de gênero-mulheres cis e trans; 5- acesso ao mercado de trabalho; 6- reconhecimento.

No que se refere ao oitavo objetivo específico, a construção do que a autora do trabalho considera como *hard*, *middle* e *soft politic* foi a partir do artigo do Miguel e Feitosa (2009). A partir das oito categorias de temática construídas, separamos as mesmas em *hard*, *middle* e *soft politic* pelo o que a literatura considera como cada um. No capítulo quatro detalhamos mais a construção das três categorias (*hard*, *middle* e *soft*) aplicadas ao recorte dessa pesquisa que é proposição legislativa, e não discursos legislativos que é o caso do trabalho do Miguel e Feitosa (2009).

A construção da separação entre deputadas da coalizão e deputadas da oposição foi a partir da leitura de artigos que separam os partidos da coalizão e da oposição em diferentes períodos no Brasil (INÁCIO e REZENDE, 2015; PEREIRA, 2007; FGV, 2016; NETO, 2000). Desse modo, em um mesmo período um partido em certa época pode ser da coalizão e depois ser da oposição.

No que se refere a avaliação da ideologia partidária dos partidos que as deputadas estavam, foi necessário artigos de diferentes períodos que englobassem o número total de



partidos nos quais as deputadas estiveram. Separamos a ideologia em esquerda, direita e centro (POWER e ZUCO, 2009; CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

O número de mandatos foi separado em 1º mandato, 2º mandato, 3º mandato, 4º mandato, 5º mandato e mais de cinco mandatos. Retiramos os dados do site da Câmara Federal, observando e coletando a informação do mandato em que a parlamentar se encontrada de acordo com a data que a mesma apresentou a proposição legislativa.

A partir da descrição dos indicadores utilizados na pesquisa, que nos explicam como é possível responder aos objetivos específicos, é necessário apresentar as hipóteses. Temos como *H1*: As temáticas que as deputadas mais produzem proposições legislativas são as de cunho social, chamadas *soft politics*, e, são nessas temáticas que as parlamentares mais conseguem transformar em normas jurídicas as suas proposições. *H2*: Dentre as *soft politics*, as parlamentares conseguem aprovar com maior facilidade as temáticas de gênero do que outros temas de maneira geral, inclusive aprovam mais proposições de gênero que outras temáticas sociais. *H3*: As deputadas federais que conseguem aprovar mais suas proposições legislativas são as que fazem parte da coalizão de governo. *H4*: As parlamentares que conseguem aprovar mais as suas proposições legislativas são as que estão em partidos de esquerda; *H5*: Quanto maior o número de mandatos que a parlamentar possuir, maior a chance da deputada conseguir aprovar suas proposições legislativas.

Essas cinco hipóteses derivam de algumas análises teóricas. Tanto a *H1* quanto a *H2* são observadas por Miguel e Feitosa (2009) nos discursos das parlamentares mulheres na Câmara Federal. Os discursos das parlamentares na Câmara são majoritariamente voltados a temas de ‘cuidado’ como pobreza, direitos humanos, desigualdade, maternidade. São temas sociais visto na fala das parlamentares, tendo como uma das justificativas para isso, a construção da moral masculina ser diferente da construção da moral feminina. A moral masculina é a de que os homens são concorrentes e buscam o poder, por isso voltam a sua atuação nas comissões *hard politics* (Administração do Estado como exemplo) e *middle politics* (Ciência e Tecnologia como exemplo), já as mulheres são as cuidadoras, as que zelam, focando a sua atuação nas *soft politics* (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Pipa Norris (1996) ao observar a agenda temática das parlamentares britânicas, também percebeu que os temas que mais apareceram foram os problemas voltados às mulheres, as crianças e a família. Os interesses de produção legislativa das parlamentares são voltados a falta de moradia, transporte público e crime, chamadas de políticas “amenas”, as quais são matérias legislativas mais cooperativas do que conflitivas (NORRIS, 2004).

É necessário apontar que a hipótese de produção legislativa nas temáticas sócias pode também ser analisada pelo viés institucional. Os nomes das presidências e vice-presidências das comissões são indicados pelo(a) líder do partido, e as mulheres por estarem sub representadas na Câmara Federal recebem menos postos-chaves dos partidos, e quando recebem fazem parte da presidência da mesa de comissões de menor relevância que são geralmente as *soft politics* (BUSANELLO; REHBEIN, 2017).

Sobre a *H3* estudos como o de Romanini (2015) apresentam que os deputados e deputadas da coalizão têm maior ocupação de espaço nas comissões e mais cargos-chaves (ROMANINI, 2015). Neste sentido, é menos custoso que as proposições legislativas apresentadas por parlamentares mulheres da coalizão sejam aprovadas do que as da oposição, pois de maneira geral, seguindo a lógica dessa instituição política, parlamentares da coalizão estarão mais presentes nas comissões, e assim terão mais facilidade de aprovarem suas matérias legislativas.

Na *H4* acreditamos que as mulheres de partidos de esquerda possuem maior capacidade de aprovação de suas proposições. Orsato (2013) exhibe em seus achados de pesquisa que a maior produção legislativa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi das mulheres de esquerda, e por produzirem mais puderam aprovar mais proposições. Acreditamos que esse mesmo resultado pode ser aplicado ao legislativo federal, em que a chance de aprovar proposições legislativas é maior entre as parlamentares de esquerda.

A respeito do número de mandatos, na lógica de que quanto mais mandatos as parlamentares possuem, maior a capacidade de aprovar proposições, como aponta a nossa *H5*. Madeira (2003) observou que os parlamentares que estavam a mais tempo na Câmara, tinham mais chances de ocupar a bancada do partido (liderança partidária e cargos importantes em algumas comissões permanentes), isso ocorreu pela *expertise* adquirida no parlamento. Aplicamos essa mesma lógica de análise a *H5*, visto que acreditamos que *seniority* (número de mandatos) explica o poder de transformar uma proposição legislativa em norma jurídica, em norma jurídica, não somente porque a tramitação de uma proposição pode demorar mais de uma legislatura, mas pela capacidade de deputadas acelerar seus projetos nas comissões e outras barreiras à tramitação, decorrente da *seniority*.

A partir da explicação da construção das nossas hipóteses, podemos justificar a necessidade desse estudo a partir do número de mulheres que ocupam o parlamento brasileiro. Estudos sobre a atuação das deputadas federais justificam-se, visto que o Brasil ocupa a última colocação (12<sup>a</sup>) entre os países da América do Sul em número de deputadas federais no parlamento. Em nível mundial, o Brasil ocupa a 158<sup>a</sup> posição de um total de 190 países. Na 55<sup>a</sup>

legislatura da Câmara Federal (2014-2018), do(a)s 513 deputado(a)s, 51 são mulheres (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL; SECRETARIA DA MULHER- CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Percebe-se com esses dados que apesar do Brasil ter sido um dos pioneiros na concessão do voto feminino, em 1932, e a primeira mulher parlamentar ter sido eleita em 1933, a sub-representação feminina se encontra em uma proporção alta e se faz necessário discutir o porquê disso e como as parlamentares atuam nos postos legislativos.

Estudos sobre o mecanismo das cotas nas eleições ou nos parlamentos; a forma como a formação das listas no sistema eleitoral impacta no número de candidatas mulheres; a aplicação de multas aos partidos que não cumprirem as cotas; a forma como as deputadas federais são recrutadas nos partidos; os fatores sociais como o tempo e o papel naturalizado da mulher na sociedade que é a da “dona de casa” são realizados para entender o porquê desse baixo número de representantes políticas femininas (MANSBRIDGE, 1999, 2009).

No entanto, é necessário avançar os estudos e perceber como as candidatas que conseguem ser eleitas atuam nos espaços de poder e qual o impacto delas enquanto transformadoras dos espaços políticos. Desse modo, essas pesquisas não apenas avaliam a participação política das mulheres na política, mas também observam se elas são representantes do “grupo mulheres” na política institucional (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003).

Aponta-se que as mulheres são importantes no Parlamento, na medida em que elas têm o papel de debater políticas públicas, revisar as legislações, funcionam como um escrutínio de ações governamentais, e também fazem a conexão entre os cidadãos e o governo. O impacto maior na participação na política deve ser nas atividades legislativas, especialmente nas questões voltadas ao orçamento, já que quando o(a) parlamentar atua com o orçamento passa a ter maior autonomia (NORTON, 1993). Por isso, verificar a atuação das parlamentares e observar como as instituições podem ser constrangedoras na atuação delas, como é apontado por Norris (1996), é necessário, pois soluções para aumentar a *expertise* dessas parlamentares passam primeiramente por uma análise de como elas atuam.

Rezende (2012, p.1201) apresenta a importância de estudos que relatam sobre “a necessidade de enfatizar a organização do processo decisório, o que permitiria avaliar as possibilidades das mulheres eleitas influenciarem as decisões políticas”. Através desses estudos conseguimos medir a atuação parlamentar de fato das mulheres e propor soluções não apenas sobre a sub-representação feminina, mas também sobre como as mulheres podem ser atores ativos na agenda legislativa e no processo decisório.

A escolha do recorte temporal, de 1987 a 2017, relaciona-se com a legislatura que inaugura a nova constituição no processo de redemocratização. Na década de 80 as deputadas participaram do processo da constituinte em busca de direitos para as mulheres por meio da bancada feminina formada em 1986 e conhecida como “Lobby do Batom” (CABRAL, 2009).

Mesmo que pequeno, há um aumento relativo no número de deputadas federais eleitas a partir de 1986. No ano de 1982 foram eleitas oito deputadas, já em 1986 o número subiu para 26, em 1990 o número foi de 29 deputadas. Chegando em 2014 a 51 deputadas. Nesse sentido, a análise do corpus de 1987 a 2017 se justifica, já que em 1986 se refere a uma legislatura que teve um aumento no número de deputadas federais eleitas (+ de 200% se comparada a legislatura anterior) (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL; SECRETARIA DA MULHER- CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

Parte-se da análise que entender no que consiste o trabalho legislativo das deputadas federais em uma sequência histórica de 31 anos, é fundamental para percebermos o que é possível ser alterado ou melhorado, no que se refere à atuação de deputadas federais na esfera de decisão.

Sobre a metodologia que será empregada nesse estudo, a pesquisa é empírica e de cunho quantitativo e qualitativo. Quantitativo na medida em que há a coleta das proposições legislativas das deputadas federais, em um recorte de 31 anos, com um total de 4.661 proposições legislativas, categorizadas através de 8 variáveis de análise. Qualitativo, pois são interpretadas as temáticas dos projetos de autoria das deputadas federais, utilizando como método a análise de conteúdo temático-categorial (BARDIN, 2011; OLIVEIRA, 2008).

A análise de conteúdo se refere a diferentes técnicas que têm como objetivo descreverem os conteúdos vistos nas mensagens. Por meio dessa técnica o(a) pesquisador(a) consegue perceber indicadores que lhes mostram determinadas inferências sobre o texto analisado (BARDIN, 2011). É visto que a análise de conteúdo pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa. Referente a qualitativa, o intuito é encontrar significados sobre um determinado conteúdo (HALPERIN; HEATH, 2012).

Há quatro passos relevantes ao se fazer a análise de conteúdo. Nessa pesquisa foram utilizados os três primeiros, visto que são os mais relevantes para a análise dos documentos que foi avaliada. Primeiro é necessário definir quais os documentos serão utilizados, ou seja, o corpus de pesquisa. No caso dessa pesquisa foram os Projetos de Lei – PL, Projeto de Lei Complementar – PLP e Proposta de Emenda a Constituição – PEC, propostos pelas deputadas federais entre 1987 a 2017.

Após esse passo, Halperin e Heath (2012) apresentam que é necessário informar as categorias utilizadas. Nessa pesquisa as categorias utilizadas foram: 1- Gestão; 2- Honorífico; 3- Econômico; 4- Orçamentário; 5- Social; 6-Trânsito; 7-Político e 8- Meio-ambiente, que foram feitas a partir das categorias de temas realizadas por Neto e Santos (2008) no artigo “O Segredo Ineficiente Revisto: O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros”.

O próximo passo é identificar a unidade de registro, que nessa pesquisa é a semântica, na medida em que busca encontrar quais dos oito temas se encontram presentes nos documentos, recortando as partes relevantes que mostram que é aquela temática (HALPERIN e HEATH, 2012; BARDIN, 2011).

A análise feita nos documentos para classifica-los nas oito categorias será a análise da Ementa do Projeto, caso não seja possível compreender a temática do projeto lendo a ementa do projeto, o foco recairá no conteúdo do documento, lendo de forma dinâmica as principais partes do documento. Caso haja possibilidade de mais de uma classificação é lida a justificativa do projeto para melhor enquadrá-lo em apenas uma das oito categorias propostas.

A coleta dos dados, tanto das temáticas quanto dos outros dados da pesquisa, foi realizada através da informação disponibilizada no site da Câmara Federal. O site oferece, em padrão de arquivo Excel, o número de proposições apresentada por cada deputada federal, o partido político, a situação do projeto, a ementa do projeto e o tipo de projeto. Foi sistematizado, posteriormente, em uma única planilha do Excel todos esses dados de forma categorizada.

Após isso foi necessário levantar dados que o site não produz automaticamente, realizando a coleta/categorização manual e individualizada das variáveis: temática dos projetos; temática dos projetos sobre direito das mulheres, governo x oposição; tempo de tramitação das proposições aprovadas e ideologia do partido.

Referente à análise de dados, após a coleta ter sido feita, bem como a correção dos erros encontrados, foram analisados os dados coletados. As dez variáveis coletadas foram cruzadas. Essas variáveis são: 1-temática do projeto; 2-*hard, middle e soft politics*; 3-temática de mulher; 4-governo ou oposição; 5-tipo de proposição; 6-situação da proposição; 7-tempo de tramitação; 8-partido político; 9-ideologia do partido político e 10-número de mandatos. Os resultados, utilizando estatísticas descritivas, puderam ser analisados e interpretados com base nas teorias sobre participação e representação da mulher na política e produção legislativa.

A respeito da construção dos capítulos. No segundo capítulo, buscamos responder o primeiro e segundo objetivo específico. Além disso, construímos uma argumentação teórica sobre o objeto do estudo que são as deputadas federais, apresentando um levantamento da literatura sobre a participação da mulher na política, observando os diferentes enfoques

analíticos teóricos apresentados pelos autores e autoras que estudam o tema da participação da mulher na política. Pretendemos situar a pesquisa em uma das perspectivas teóricas, observando como as diferentes abordagens (culturais, sociais e institucionais) podem se complementar enquanto modelo para entender a sub-representação feminina na política.

No terceiro capítulo, observamos a dinâmica do processo legislativo, buscando entender como a distribuição de competências e demais prerrogativas institucionais do poder executivo estão relacionadas ao poder de agenda do executivo e com isso observar qual é a capacidade legislativa dos deputados e deputadas. Desta forma, observar como os estudos da participação da mulher na política, especialmente no poder legislativo, deve estar atento à determinação das regras do jogo na Câmara dos Deputados e na relação entre os poderes.

No que se refere ao quarto capítulo, apresentamos o desenho de pesquisa, ou seja, expomos como foram pensadas e construídas as variáveis utilizadas na pesquisa, apontando os referenciais teóricos que ajudaram a construir as variáveis explicativas. Assim como, nesse capítulo, procuramos adequar a abordagem da pesquisa no método decisional e no neoinstitucionalismo da escolha racional.

No quinto capítulo, expomos os dados da pesquisa, bem como procuramos analisa-los segundo as leituras teóricas de processo legislativo e participação da mulher na política. Verificamos se as hipóteses da pesquisa são corroboradas nos dados encontrados, e procuramos responder o problema de pesquisa.

Por fim, na conclusão da dissertação, procuramos apontar caminhos de pesquisa que podem ser percorridos para os que querem estudar a mulher no poder legislativo e quais as contribuições que a pesquisa traz para a área da Ciência Política.

## 2 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

O problema a respeito da sub-representação da participação da mulher na política é multideterminado, ou seja, ele tem muitas formas de ser analisado e não há uma perspectiva mais relevante que outra. Não é possível avaliar o porquê da mulher ter menos espaço na política apenas por questões culturais, assim como a mesma lógica não cabe para variáveis institucionais. É necessária uma perspectiva interseccional para que seja possível compreender de forma mais abrangente a importância da participação da mulher na política para a construção de uma democracia mais consolidada (MATOS, 2011).

Nesse sentido, a construção do primeiro capítulo tem como objetivo consolidar as diferentes perspectivas sobre a participação ou a não-participação da mulher na política através de diferentes perspectivas teóricas sobre o objeto ‘mulher na política’.

A pesquisa em questão tem como abordagem a perspectiva institucional já focada na participação da mulher nas instâncias do poder, visto que a análise recai nas proposições legislativas produzidas pelas deputadas federais entre 1987 a 2017. Apesar da vertente institucional ser utilizada para a análise da atuação legislativa das deputadas através dos dados coletados, esse capítulo teórico abará as diferentes análises teóricas sobre os estudos de participação da mulher na política, tendo como foco analítico como as variáveis institucionais afetam o desempenho político das mulheres já na arena política (LOVENDUSKI & NORRIS, 2003; STOKES, 2005; WANGNERUD, 2009).

Assim, a primeira parte do capítulo retrata sobre a definição de gênero, na medida em que há na pesquisa um recorte de gênero, sendo ele as deputadas federais. Após a definição de gênero, abordar-se-á sobre a Teoria da Modernização que utiliza variáveis culturais e sociológicas para a análise da sub-representação da mulher na esfera política. Depois far-se-á uma análise da Teoria Liberal institucionalista que apresenta os mecanismos institucionais que fazem as mulheres não conseguirem ser reeleitas.

Abordar-se-á depois algumas perspectivas de feministas<sup>2</sup> como Nancy Fraser, Young e Crewshaw sobre a participação da mulher na política, para em seguida apresentar alguns

---

<sup>2</sup> “O feminismo é uma ideologia e um movimento social que reivindica a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. Esse movimento fortaleceu-se especialmente a partir do início século XIX” (RIBEIRO, 2018). Para literatura sobre gênero os primeiros movimentos feministas começaram no século XVIII, “na França revolucionária de 1791, a dramaturga Olympe de Gouges organizou, junto de outras mulheres, uma resposta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, feita dois anos antes. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã pedia direito ao voto e à propriedade e acesso às instituições políticas. De Gouges foi guilhotinada em 1793, sob o argumento de ter traído a natureza de seu sex. Nos séculos 18 e 19, as ideias sobre o direito ao voto ganharam força. Em 1897, a britânica Millicent Fawcett fundou a União Nacional pelo Sufrágio Feminino. A grande vitória veio em 1918, quando o voto feminino foi legalizado no Reino Unido. A vitória se deve, em boa



estudos sobre a participação da mulher na política pelo viés da decisão. Nesse subcapítulo, a ideia central é mostrar como é a atuação da mulher quando a mesma já se encontra na esfera de poder.

Esse capítulo responde ao primeiro objetivo específico da pesquisa que é compreender as diferentes perspectivas teóricas sobre a sub-representação da mulher na política, mostrando como as abordagens sociais, culturais e institucionais são importantes e complementares nesses estudos, ou seja, demonstrar como as diferentes perspectivas analíticas sobre a participação política podem convergir mesmo utilizando variáveis diferentes. Dessa maneira, construir uma análise da atuação das mulheres na esfera política levando em conta os diferentes fatores que levam as mulheres a participarem menos da política.

A construção desse capítulo teve embasamento teórico em um artigo publicado pela cientista política Matos, no ano de 2011, chamado “A sub-representação política das mulheres na chave da sua subteorização na ciência política”. A partir do artigo da autora foi possível compreender e aprofundar os estudos sobre as principais fontes teóricas sobre a participação e representação da mulher na política, e com isso construir um capítulo teórico que extrapolasse as análises de Matos (2011), com o embasamento dos estudos da mulher no processo decisório, utilizando autoras da ciência política como Busanello e Rehbein (2017), Almeida; Lückmann; Ribeiro, (2012), Miguel e Feitosa (2009) e Rezende (2017) que estudam as mulheres no processo decisório.

## 2.1 DEFININDO O TERMO GÊNERO

Na área da ciência política os estudos sobre mulheres na política são os que podem ser entendidos como de gênero, já que se referem a buscar uma maior compreensão sobre a participação da mulher na política. Analisando o caso do Estado brasileiro, é visto que as mulheres passaram a ser entendidas como cidadãs de direito apenas no século XX. Anteriormente ao direito ao voto, as mulheres brasileiras eram objetificadas<sup>3</sup> cumprindo, na visão masculina, o papel de donas de casa, mães e esposas (CARVALHO, 2004).

A relevância em definir o que é o termo gênero é mostrar o porquê das mulheres por muitos anos não terem os mesmos direitos políticos que os homens, e assim não poderem ser

---

parte, à participação ativa das mulheres na 1ª Guerra, ganhando mais respeito na sociedade. Um ano depois, os EUA seguiram o exemplo” (MONTEIRO, 2018).

<sup>3</sup> A objetificação se refere ao entendimento de que as mulheres são compreendidas no mundo como objetos. Geralmente se refere a mulher enquanto um objeto sexual (NUSSBAUM, 1995). No caso apresentado por Carvalho (...) mulher era objetificada a função de reprodutora sexual, tendo ela apenas esse papel na sociedade.

eleitas como representantes políticas. Quando refletimos sobre questões ou debates de gênero, necessariamente analisamos a relação de poder entre o gênero masculino e o gênero feminino, e assim chegamos à conclusão que as mulheres historicamente foram enquadradas como seres inferiores se comparadas aos homens e, por isso, dependentes deles (BEAUVOIR, 2016).

A dependência que a mulher tinha do homem só termina quando ela abdica da função ‘objeto’ que lhe foi concedida historicamente. A função ‘objeto’ que lhe foi dada significa ocupar o papel de mãe e de esposa. Ao romper com essa estrutura imposta, a mesma passa a galgar novos lugares e formas de ser na sociedade (BEAUVOIR, 2016, p.204). A mulher é simbolizada pelo sistema patriarcal como

a serva, a fonte de vida, uma força das trevas; é o silêncio elementar da verdade, é artifício, tagarelice e mentira, a que cura e a que enfeitiça; é a presa do homem e sua perda, é tudo que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser (BEAUVOIR, 2016, p. 203).

A mulher era vista como mero objeto: feita para casar, a dona de casa, a filha, a esposa. No entanto, as mudanças estruturais da sociedade fizeram com que a instituição casamento se alterasse. Em boa parte dos países a união é realizada com livre consentimento, “e a mulher não se acha mais confinada a sua função reprodutora, esta perdeu em grande parte seu caráter de servidão natural, apresenta-se como um encargo voluntariamente assumido” (BEAUVOIR, 2016, p. 185).

Apesar das alterações nas funções sociais exercidas pelas mulheres bem como a mudança na visão do que é ser mulher, ainda hoje “ser mulher” tem um peso diferente do “ser homem”, e isso se deve as diferenças de gênero. O primeiro ponto sobre o termo gênero ou qualquer outra palavra é que ele tem uma história e com isso um significado (SCOTT, 1990).

A utilização do termo gênero foi inicialmente realizada por feministas com a significância de dizer que o gênero é “a organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.72). Gramaticalmente o termo é empregado não para descrever algo ou alguém, mas sim para caracterizar um determinado fenômeno. O fenômeno acontece em um sistema social que distingue em grupos ou agrupamentos.

Outra forma de compreender o termo vista mais na atualidade recai sobre a diferença entre os sexos construída socialmente. As feministas americanas foram as primeiras a compreender o gênero por essa perspectiva. Ao utilizar essa terminologia foi desprezada a visão sobre diferenças biológicas que são compreendidas quando se utiliza a palavra “sexo”. Nessa perspectiva analítica “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se

poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1990, p. 72).

O gênero deve ser compreendido enquanto uma categoria analítica, e nesse sentido refletir sobre gênero é relacioná-lo as construções culturais. Dessa maneira, o termo gênero funciona como um substituto da terminologia mulheres, já que ao empregar o termo gênero ao invés de mulheres é possível mostrar a maneira a qual as mulheres foram criadas e ensinadas em um mundo masculino, que é o mundo dos homens. Nesse sentido, não é possível a separação da mulher e do homem, pois estamos falando de relações sociais construídas entre esses dois gêneros<sup>4</sup> (SCOTT, 1990).

Sobre as relações culturais vistas nas distinções entre os gêneros reflete-se que

o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p. 75).

A reflexão sobre as diferentes construções dos papéis exercidos pelos homens e pelas mulheres significa pensar o gênero enquanto uma categoria de análise como foi proposta por Scott (1990).

Pode-se pensar sobre esse tema nos variados espaços sociais. Pensando o gênero enquanto uma categoria de análise no âmbito da política, e refletindo a respeito do que Beauvoir (2016) relata sobre a construção histórica do que é ser mulher, percebe-se que tanto para a mulher quanto para o homem foi internalizado a ideia de que para a mulher cabe apenas o espaço privado, ou seja, por muito tempo a mulher foi subjugada a ser entendida enquanto a “dona de casa”.

Compreender a mulher como sujeito ativo dentro do espaço público, especialmente dentro da política institucional é um imaginário ainda em construção, ou seja, é uma realidade que está se desenvolvendo, a passos curtos, mas está. Vemos a diferença entre o número de

---

<sup>4</sup> O debate da literatura atual sobre gênero ultrapassa apenas a análise cisgênera, de homens cis e mulheres cis. Pessoas cisgêneras são aquelas que nascem com um determinado sexo biológico e se identificam com o gênero que lhe foi atribuído, por exemplo uma mulher com um sexo biológico feminino e que se identifica enquanto mulher. Pessoas transgêneras nasceram com um determinado sexo biológico, mas não se identificam com esse determinado sexo, tendo como exemplo as mulheres travestis ou transexuais. Entende-se que há várias formas de se enxergar no mundo e por isso encontram-se diversas formas de gênero. Há também os não-binários que são pessoas que não se identificam nem com o gênero masculino e nem o gênero feminino. Além de outras categorias de gênero compreendidas na atualidade. (BUTLER, 2003). A análise desse estudo foca-se apenas nas mulheres cisgêneras por se tratar das deputadas federais, e não ter existido na história da participação da mulher na esfera legislativa federal brasileira nenhuma deputada transgênera.

mulheres eleitas para o legislativo da Câmara Baixa Federal desde a entrada da mulher na política em 1932. Em 1982 a Câmara Federal era composta por oito mulheres, em 2014 são 51 mulheres (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Diferente da análise proposta por Beauvoir (2016) que apresenta que a dependência da mulher termina quando o homem abdica desse poder que ele possui, a história da participação da mulher na política brasileira mostra outras perspectivas.

Mulheres brasileiras lideraram movimentos sufragistas ainda no século XIX expondo suas ideias em jornais produzidos por mulheres, exigindo não apenas o direito de votar, mas poderem estudar, trabalhar e serem livres, e mesmo assim isso não significou que elas fossem livres, a liberdade das mulheres no Brasil continua sendo construída diariamente. (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Nesse sentido, o próximo subcapítulo apresentará uma análise de como foi a conquista do voto e do espaço político das mulheres, focando a análise nas deputadas federais que são a categoria de análise “gênero” que foi proposto por SCOTT (1990).

## 2.2 A LUTA PELO VOTO FEMININO NO SÉCULO XIX E A ENTRADA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER POLÍTICO NO SÉCULO XX: AS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS ENTRE 1933 A 1986

Ao pensar na participação da mulher brasileira nos espaços de poder é possível considerar dois momentos históricos: a conquista do voto feminino e a entrada das mulheres na política institucional. No entanto, ainda no século XVII mulheres negras escravizadas buscavam a libertação de seu povo, fazendo parte não da política formal do Brasil Colônia, mas da luta política do povo escravizado. Uma figura que representa essa ideia é a Dândara dos Palmares, que além de ter sido esposa de Zumbi de Palmares, foi uma figura feminina importante na busca por libertação das pessoas escravizadas (ARRAES, 2017).

Apesar das mulheres negras ocuparem o espaço na luta política ainda no Período Colonial, é no século XIX que a luta pela inserção da mulher nos espaços de poder se tornou mais abrangente. Jornais como *O Sexo Feminino*, *O Jornal das Senhoras*, *Espelho das Brasileiras* traziam em suas matérias que “para a mulher gozar de seus plenos direitos, era necessário ter uma educação melhorada” (SCHUMAHHER; CEVA, 2015, p. 39). As mulheres que estavam inseridas nessa imprensa eram aquelas que tiveram o privilégio de estudarem, e por isso, tinham como uma das pautas de luta a educação gratuita para todas as mulheres (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

A questão do sufrágio para as mulheres era um dos temas de maior debate no século XIX travado pelas feministas. O Estado, os representantes políticos, os intelectuais e a sociedade, de uma maneira geral, argumentavam que a mulher não deveria ter o direito ao voto, já que possuindo-o não mais realizariam com eficiência suas tarefas domésticas e se distanciariam do lar e da educação de seus filhos (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

A luta pelo voto feminino no século XIX significava colocar as mulheres na categoria de cidadãs, ou seja, dizer que elas assim como os homens possuíam direitos políticos, sociais e civis (CARVALHO, 2004). Apesar da Constituição de 1824 não proibir de forma explícita o voto das mulheres, as regras informais do papel social e cultural do que era ser mulher limitavam as mulheres ao convívio doméstico (CARVALHO, 2004).

O papel social do que era ser mulher já foi apresentado na seção anterior, mas vale retomar que a mulher no século XIX possuía a função de

Mulher casada para ser vista só por seu consorte. Como esposa, seu valor perante a sociedade diretamente ligado à honestidade expressa por seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido (Priore, 2014, p.65-66)

Pensando que para a mulher era delegado apenas o papel de esposa, mãe ou filha no século XIX, é possível compreender o porquê das mulheres não irem votar, apesar da lei não ser proibitiva.

Apesar desse papel de dependência e submissão, a dentista Isabel de Mattos Dillon baseada na Constituição Política do Império de 1881 conseguiu a garantia do voto às pessoas portadoras de títulos científicos, podendo assim ir exercer a sua cidadania (COSTA, 1988). Em 1879 as mulheres obtiveram o direito de estudar em instituições de ensino de nível superior e, no ano de 1887, Rita Lobato Velho se graduou como médica em uma instituição brasileira (AZEVEDO; RABAT, 2011).

O século XIX pode ser compreendido por uma época em que algumas mulheres lutaram pela conquista de seus próprios direitos. Nessa época, certas feministas reivindicavam educação para as mulheres, e o direito de serem cidadãs. Todavia, apenas em 1932, durante o Estado Novo, que as mulheres obtiveram o direito ao voto no Código Eleitoral, sendo o mesmo facultativo, diferente dos homens que era obrigatório (AZEVEDO; RABAT, 2011). Com essa

atitude de garantir apenas o voto facultativo às mulheres, se observa os traços de preconceito e machismo<sup>5</sup> em relação ao exercício de cidadania das mulheres.

Analisando a quantidade de mulheres que participaram da política através da inserção na Câmara dos Deputados é possível perceber que de 1932 a 1963 a Câmara dos Deputados obteve a participação de apenas quatro mulheres. No ano de 1933 a paulista Carlota de Queirós tomou posse na Câmara dos Deputados junto com os demais 214 deputados. Em 1936, como suplente, toma posse Bertha Maria Júlia Lutz propondo, em 1937, o Estatuto da Mulher pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (AZEVEDO; RABAT, 2011).

É notável que na 38ª Legislatura (1946-1950) nenhuma mulher foi eleita deputada federal. Na legislatura seguinte (1951-1955) Ivete Vargas, com apenas 23 anos, foi eleita deputada federal. Sua atuação foi marcada por várias missões diplomáticas, por projetos voltados a mulher ter estabilidade no emprego e também pela necessidade de instituições de assistência social (AZEVEDO; RABAT, 2011).

No referente à legislatura de 1955-1959, Ivete Vargas foi reeleita e uma nova mulher foi eleita, Nita Costa. A mesma atuava na rede pública de saúde com um trabalho voltado para as mulheres e durante sua atuação na Câmara propôs um projeto que versava sobre os direitos civis das mulheres casadas, já que a lei que existia definia o homem como chefe da família. Todavia, a proposição legislativa foi arquivada. Entre 1959-1963, Ivete Vargas foi reeleita pela terceira vez com 78.063 (AZEVEDO; RABAT, 2011; SCHUMAHER; CEVA, 2015).

No que se refere às deputadas eleitas entre 1963 a 1967, foram duas, Ivete Vargas na sua reeleição ingressando no MDB, após o regime constitucional ter sido desmantelado. Assim como Nely Novaes, que era professora e casada com o político Manuel Cavalcanti de Novaes. No ano de 1962 apesar de só duas mulheres terem sido eleitas deputadas federais houve um aumento no número de candidaturas de mulheres no nível federal e no nível estadual nas Assembleias Legislativas (AZEVEDO; RABAT, 2011).

No ano de 1966, na composição da 43ª Legislatura (1967-1971), foram eleitas seis deputadas federais. Nota-se um salto de duas cadeiras para seis cadeiras ocupadas por mulheres no legislativo. Três das seis parlamentares eleitas eram esposas de políticos que haviam perdido seus direitos políticos, sendo elas Nysia Carone, Lígia Andrade e Maria Lúcia. Das seis candidatas eleitas, cinco tiveram seus mandatos cassados no ano de 1969, sendo todas da

---

<sup>5</sup> Podemos definir machismo como “uma atitude de prepotência ou dominação do homem em relação as mulheres”. Também é entendido como “uma suposta superioridade do sexo masculino em relação ao sexo feminino” (INFOPÉDIA, s.a).

legenda do MDB. As três deputadas esposas de políticos que tiveram seus mandatos cassados, também perderam seus mandatos. O nome das outras duas deputadas com mandatos cassados são Júlia Steinbruch e Ivette Vargas (AZEVEDO; RABAT, 2011).

No cenário interno brasileiro que era o da ditadura militar, é possível observar que as parlamentares tentaram manter uma atuação enquanto parlamentares. Quatro das cinco parlamentares eleitas assinaram um requerimento que criava uma Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI sobre “a especulação no mercado financeiro decorrente de alteração das taxas cambiais (Resolução da Câmara dos Deputados número 7, de 1967)” (AZEVEDO; RABAT, 2011, p.86).

Necy Novaes era a deputada da ARENA que não teve seus direitos políticos cassados e conseguiu se reeleger na 44ª legislatura de (1971-1975). Defendeu na sua trajetória política na Câmara Federal a necessidade da aposentadoria para as mães trabalhadoras (AZEVEDO; RABAT, 2011). Essas proposições legislativas apresentadas pela deputada são significativas, visto que mostra um interesse por parte da parlamentar em conceder um direito para às mulheres.

No Pleito de 1971-1975 Necy Novaes foi a única deputada eleita. O mesmo se repetiu no pleito seguinte (1975-1979), na medida em que uma única mulher foi eleita também, a Lygia Lessa Bastos da ARENA. Ainda que apenas uma mulher tenha composto a Câmara Federal nesse período, dentro dos movimentos sociais e também nos sindicatos, as mulheres intensificavam as suas ações políticas em busca de direitos (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

No pleito de 1978 observamos um aumento no número de mulheres eleitas, visto que cinco deputadas federais foram eleitas, sendo elas: Júnia Marise Azeredo Coutinho, Lygia Lessa Bastos, Lucia Daltro de Viveiros e Maria Cristina de Lima Tavares Correia (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

O ano de 1979 é relevante na história da participação da mulher na política brasileira, já que pela primeira vez uma mulher conseguiu ocupar o primeiro cargo no Senado como suplente, seu nome é Eunice Michilles. Além disso, nesse mesmo ano o Movimento de luta por Creches esteve presente em debates políticos. O mesmo tinha como ideia mostrar que o filho não é apenas da mãe, ou seja, colocar a responsabilidade paterna na educação de uma criança. E também nesse mesmo ano ocorreu também o I Congresso da Mulher Paulista (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

No Pleito para a ocupação da cadeira da Câmara de 1983 a 1987, oito deputadas foram eleitas: Bete Mendes, Irma Passoni, Cristina Tavares e Ivette Vargas (já tinham ocupado cadeira



na Câmara Federal) e as outras quatro eram a Júnia Marise, Lúcia Viveiros e Myrthes Bevilacqua e Rita Furtado (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

A década de 80 é entendida como um período de discussões sobre a violência contra a mulher e de implementação de políticas públicas. No ano de 1985 foi criada a primeira delegacia voltada especialmente ao atendimento de mulheres. Ademais, nesse mesmo ano, a ONU criou um fundo destinado para as mulheres, além de ser criado no Brasil o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Percebemos que ao longo das décadas a participação das mulheres na Câmara Federal foi efêmera devido ao pequeno número de parlamentares eleitas. Entretanto, notamos que algumas parlamentares buscaram incluir em suas pautas a garantia do direito para as mulheres. E vimos que na década de 80, impulsionado pelo movimento internacional de combate a violência contra a mulher, nasceu a necessidade de tratar dessas pautas dentro das instituições políticas.

Esse subcapítulo buscou apresentar de forma sucinta como ocorreu o processo do direito ao voto feminino no Brasil, mostrando que as mulheres não foram passivas nesse processo, e participaram mais ativamente pela via dos movimentos sociais como jornais, direito a educação se tornarem cidadãs do que pela via institucional.

Discorreremos brevemente sobre a história das deputadas federais no Brasil entre 1932 até 1986 mostrando a baixa número de parlamentares mulheres. E buscamos mostrar que houve um avanço significativo no número de deputadas a partir de 1982 no processo de redemocratização brasileira.

Observamos que boa parte das deputadas federais eleitas tinha parentesco com maridos ou pais políticos, facilitando a entrada das mesmas nesse ambiente masculino. No entanto, ter um familiar na política não significou necessariamente para essas mulheres maiores facilidades na política, na medida em que mesmo obtendo esse privilégio, boa parte das parlamentares tiveram seu mandato caçado ou uma atuação política modesta.

Após essa descrição histórica sobre a participação das mulheres brasileiras no direito ao voto e entrada na política, abordaremos no próximo subcapítulo algumas teorias que debatem a participação da mulher na política.

### 2.3 AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A SUB-REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

Nos estudos sobre a participação e representação da mulher na política encontram-se presentes diferentes perspectivas teóricas sobre o tema. Nessa seção do trabalho realizar-se-á

uma análise da teoria que explica o porquê das mulheres serem minoria dentro das instituições políticas. A fonte teórica que embasa essa análise é a Teoria da Modernização, que possui três abordagens diferentes: 1- Enfoque Materialista-Pós-Materialista; 2- Cultural-Tradicional e Destradicionalização; e 3- A teoria democrática liberal na perspectiva institucionalista. As diferentes interpretações nos mostram o porquê da mulher ser sub representada, utilizando uma análise institucional, cultural e sociológica.

### 2.3.1 A Teoria da Modernização: uma análise sobre a sub-representação feminina na política

Para entender a sub-representação das mulheres na política deve-se buscar as fontes teóricas que produzem reflexões sobre o porquê das mulheres participarem de forma desigual, se comparada aos homens, nos espaços de poder. A partir desse entendimento analítico é possível encontrar três vertentes de estudos a respeito da sub-representação feminina na política proposta por Matos (2011). A primeira delas é a corrente sócio material estudada por autores como Inglehart e Norris (2000); a segunda é chamada de simbólica-cultural com estudos de Verba, Schlozman e Burns (2005); e por fim a que se refere ao cunho político institucional apresentada por Lijphart (2003) e Norris (2004).

Nesse sentido buscar-se-á nessa parte da pesquisa apresentar essas três abordagens teóricas, mostrando as principais diferentes analíticas entre elas, e as principais contribuições apresentadas em cada corrente.

No enfoque materialista e pós-materialista a questão econômica-material é o ponto central para compreender a desigualdade política entre homens e mulheres na política, especialmente ao ser feito um recorte de raça e for analisado as condições econômicas que uma mulher negra possui para concorrer a um cargo eletivo. Há uma diferença entre o que os homens e mulheres possuem no sentido material e econômico, e essa mesma perspectiva pode ser enquadrada para o campo da política, quando refletimos por exemplo na possibilidade de participar do processo eleitoral (INGLEHART, 1977).

Após a Revolução Industrial o Estado passou a oferecer políticas distributivistas para que homens e mulheres pudessem ter uma maior igualdade no que se refere a poder econômico e material. O aspecto distributivista nessa perspectiva teórica é um garantidor de uma maior igualdade material e econômica entre os dois gêneros, e por meio da igualdade é possível que a justiça seja alcançada. Só há justiça quando os gêneros masculino e feminino possuem a mesma igualdade material (INGLEHART, 1990).

Analisando a desigualdade material que as mulheres vivenciam em relação aos homens, é possível fazer um paralelo com a desigualdade sofrida pelas mulheres negras em comparação

as mulheres brancas, visto que as mulheres brancas estão em uma posição de privilégio em relação às mulheres negras. Nesse sentido, as políticas afirmativas acontecem para que esse *gap* entre as mulheres brancas e negras diminua a partir da construção de mecanismos (MATOS, 2011).

Nas eleições esses mecanismos podem ser utilizados, temos como exemplo os recursos financeiros que os partidos possuem. Só com o alcance de padrões materiais semelhantes aos dos homens que as mulheres conseguiriam ter mais sucesso nas campanhas eleitorais. Não é possível colocar como segundo plano a análise dos valores imateriais que são “discriminação, falso reconhecimento, justiça, expressividade pessoal, auto realização, qualidade democrática etc.” (MATOS, 2011, p.14). Tanto os valores materiais como os imateriais devem ser levados em conta, pois os valores imateriais são consequência da não-igualdade material.

A análise teórica do enfoque materialista e pós-materialista apresenta os diferentes estágios econômicos que os países se encontram. O ponto de vista presente é que quanto mais um país se desenvolve economicamente, mais alterações positivas ocorrem nos valores daquela nação. Dialogar sobre valores é dialogar sobre culturas, e nesse caso específico é apresentar as mudanças culturais que as sociedades industriais carregam (INGLEHART, 1990).

Inglehart (1977, 1990, 2001) aponta que as mudanças decorrentes da industrialização devido ao maior poder material modificam o mundo religioso, o mercado de trabalho, questões voltadas ao gênero e também a raça, as atividades realizadas no campo da política, e a forma como o ser humano expressa sua sexualidade.

O fenômeno redistributivista é responsável pela criação dos valores pós-materiais, em que se observam esses valores em Estados com maior desenvolvimento econômico. Nessas sociedades os indivíduos já adquiriram um equilíbrio material, e com isso essas pessoas conseguem ter uma vida mais estável e passam a não só pensar em sua própria sobrevivência, mas também a refletir sobre outras questões como exemplo a sub-representação feminina (INGLEHART, 2001).

Essa teoria mostra que só é possível alcançar mudanças políticas quando o Estado alcança uma estabilidade econômica. Por exemplo, ao se superar grandes problemas como a pobreza, o Estado tornasse mais democrático, pois ele buscou atitudes e valores que estão em congruência com a própria democracia (INGLEHART, WELZEL, 2005).

No que se refere a visão da teoria cultura tradicional e destradicionalização podemos observar que ela se embasa na análise de que nos Estados e nas sociedades são encontrados determinados padrões valorativos chamados de ‘padrões tradicionais’ do que se entende como modo de ser e existir na sociedade. Esses padrões influenciam diretamente a cultura dos países.

Nesse sentido, a corrente teórica que aborda esse ângulo de análise acredita na possibilidade de formas e destradicionalização da política por meio dos padrões de autoridade (MATOS, 2011). A destradicionalização implica mudanças nos valores tradicionais da política.

Quando se refere a destradicionalização da política parte-se do entendimento na destradicionalização da democracia, envolvendo questões de raça e gênero. O entendimento é que é possível ocorrer mudanças na maneira como a democracia é compreendida. A partir das mudanças na forma como a democracia é vista e exercida, ocorrerá também alterações nos padrões de autoridade (HEELAS, 1996).

Encontram-se duas correntes que enfocam nessas mudanças dos padrões. A primeira apresenta que é possível haver uma ruptura com os padrões tradicionais, originando valores pós-materialistas ou pós-modernos (GELLNER, 1992). Outra análise é a de que as pessoas que buscam valores tradicionais e as que buscam os valores de destradicionalização estão em conflito para manter ou ter espaço. As primeiras querem a permanência de autoridades tradicionais, já o segundo grupo anseia por a mudança de valores que geram uma distinta maneira de autoridade (GELLNER, 1992).

Há pesquisas em países industrializados, já que nesses Estados, as pessoas estão passando pelo processo de buscar valores pós-materialistas. A ideia central é a confiança na democracia e a recusa por ideias de autoritarismo, e nessa perspectiva o debate de gênero ganha força, pois o gênero representa a desigualdade estando em desacordo com os valores pós-materialistas (INGLEHART, 1990; 2001).

Não só nos países mais industrializados que tem se observado essa mudança, em Estados em desenvolvimento o posicionamento contra o *status quo* da sub-representação das mulheres nos espaços de poder é percebido e questionado, e os valores democráticos são vistos como relevantes, e busca-se mais democracia para mais pessoas (GILBSON e DUCH, 1994; OPP, 1990).

O que se percebe é que os valores racistas e machistas ainda empregados na sociedade fazem com que as mulheres não consigam ter uma maior participação na política, assim como não tenham a sua própria emancipação enquanto indivíduos. Isso se deve a cultura e os preceitos impostos que criam papéis socialmente construídos (MATOS, 2011).

Por isso, para os autores e autoras que estudam essa corrente de viés cultural, trabalhos voltados a questão institucional devem ser complementos pela perspectiva cultural, ou deixarem de se fazerem presentes para análises focadas na “importância das culturas e dos distintos formatos de capital simbólico e político na determinação da qualidade e da justiça (de gênero e racial) numa democracia” (MATOS, 2011, p.16).

Pensando nos valores pós-materialistas, acreditamos que é possível fazer uma análise institucional junto a perspectiva pós-materialista. Temos como exemplo as organizações partidárias, já que os partidos de esquerda são historicamente fortemente associados com as parlamentares mulheres, mas os novos partidos de esquerda tem maior preponderância pelas pautas e valores pós-materialistas como igualdade e aumento da democracia (CAUL, 1999).

A perspectiva cultural ao diminuir a relevância da análise institucional limita a possibilidade de uma compreensão mais estrutural da desigualdade de gênero, não apresentando possíveis soluções palpáveis para problemas como exemplo a desigualdade da mulher na política. É necessário adentrar nas discussões sobre as instituições políticas, questionando-as e entendendo-as pela perspectiva histórica presente no século XXI, a pós-materialista.

Os papéis existentes de gênero e de raça estão impostos nos valores de uma maneira que o avanço na política e na sociedade mais inclusiva passam a acontecer em menor grau e de forma mais lenta. O que se nota é o enraizamento de concepções mínimas do que é a democracia, diminuindo a necessidade de maior inclusão de mulheres e pessoas negras na política (MATOS, 2011).

Há o predomínio de crenças naturalizadas que o espaço da mulher não é na política, e por isso não é necessário criar formas de incluí-las na política, especialmente as mulheres negras. O espaço da mulher é definido no inconsciente das pessoas como o de permanência no espaço privado, e percebemos assim que não foge a lógica da mulher brasileira do século XIX (MATOS, 2011; CARVALHO, 2004).

Matos (2011) apresenta qual é o papel da mulher em culturas tradicionais, onde os valores conservadores e tradicionais de gênero e raça se encontram arraigados. Nesses espaços é comum a presença de atitudes e percepções em relação ao papel da mulher, segregando-as na tarefa de cuidados com o lar, os filhos e a família, ou mesmo ao emprego doméstico, restringindo-as ao campo privado.

Nesse sentido da sociedade internalizar que o espaço da mulher é o espaço privado, encontra-se presente uma dificuldade das mulheres se candidatarem para os cargos eletivos, visto que o espaço da política e das eleições é compreendido como “ruim” e “bruto”, ou seja, é um espaço que não lhes diz respeito, já que as mulheres são “doces” e “meigas” na concepção construída pelo sistema patriarcal<sup>6</sup> (MATOS, 2011).

---

<sup>6</sup> “O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina” (DELPHY, 2018).

Sociedades mais industrializadas, em geral, deixaram de lado a política voltada à dimensão classe, que são questões voltadas a ter segurança econômica, para políticas relacionadas a questões de liberdade, que envolvem igualdade de gênero e raça. Por isso, temas como autonomia reprodutiva da mulher, assédio moral e sexual e maior espaço no parlamento para as mulheres têm sido vistas nesses Estados mais industrializados (INGLEHART, 1997, 1990, 2001; ABRAMSON e INGLEHART, 1995).

O que determina a participação maior dos homens na política do que o das mulheres são questões de gênero e não de diferenças entre o sexo masculino e o feminino. Isso significa que há uma diferença entre o uso do tempo livre entre homens e mulheres, bem como é possível observar uma distinção no tempo de cuidado dos filhos. Assim como, o próprio número de filhos que o casal possui, ou mesmo a forma de acesso não igual entre meninos e meninas ao ambiente educacional (VERBA; SCHOLZMAN; BURNS, 2005). O cuidado do lar e dos filhos é delegado majoritariamente as mulheres, e isso compromete a participação das mesmas na política.

Os postos de trabalho são discriminatórios e pagam salários diferentes para homens e mulheres. Essa mesma relação se aplica a participação política que se torna desigual entre homens e mulheres. A desigualdade cultural e educacional provoca as diferenças de participação na política entre os homens e as mulheres (VERBA; SCHOLZMAN; BURNS, 2005).

Na política, o quesito gênero pesa no número de mulheres eleitas, no mercado de trabalho, o gênero é uma variável explicativa para entender o menor salário das mulheres ao exercerem as mesmas funções que os homens e ao número menor de mulheres em cargos mais importantes.

Outra perspectiva teórica são as teorias democráticas liberais na perspectiva do institucionalismo, aqui o sistema eleitoral é responsável diretamente pela sub-representação das mulheres. Há certas regras que prejudicam a entrada das mulheres nos espaços políticos, nesse sentido, é preciso utilizar alguns procedimentos institucionais que favorecem a diminuição da sub-representação feminina. A ideia é mostrar sistemas eleitorais que são alternativos aos existentes, pois usam mecanismos que contribuem para o aumento da participação da mulher na política (MATOS, 2011).

---

O que afeta mais a representação das mulheres são as atividades dos partidos e as regras relacionadas a gênero. Lijphart (2003) afirma que o resultado de quem é eleito depende do sistema político-eleitoral. Assim, sistemas proporcionais<sup>7</sup> são mais inclusivos que os majoritários<sup>8</sup> no que se relaciona a inclusão das mulheres na esfera política. Não só as mulheres, mas também minorias étnicas e negros são mais incluídos na política institucional em países que adotam o sistema proporcional (LIJPHART, 2003).

Essa pesquisa não tem como objetivo apresentar detalhadamente as diferentes regras encontradas no sistema proporcional, mas expor de forma resumida como é para assim entender as possibilidades para diminuir a sub-representação feminina.

Há três formas de sistema de representação proporcional, sendo eles: sistema de listas, distritos mistos que apresentam a fórmula proporcional e o voto único transferível. Entre esses três tipos, o mais comum é o sistema de lista<sup>9</sup> que se abrange a boa parte dos países democráticos (LIJPHART, 2003).

Dentro do sistema proporcional, o de lista fechada seria na visão de Lijphart (2003) o mais inclusivo. A argumentação é a de que são as regras na distribuição de cadeiras que são responsáveis por um maior número de cadeiras preenchidas pelo gênero feminino. É visto também que o multipartidarismo e o governo de coalizão são necessários em sociedades heterogenias. No modelo majoritário as minorias não conseguem acessar os espaços de poder como no modelo proporcional, visto que são bipartidários (LIJPHART, 2003).

---

<sup>7</sup>Sistema voltado a representação de minorias. Pode ser por meio do voto único transferível e por listas (NICOLAU, 2012).

<sup>8</sup> “Os sistemas eleitorais majoritários têm como propósito assegurar que os candidatos que receberam mais votos sejam eleitos (NICOLAU, 2012, p. 21). Há o modelo majoritário simples, o de dois turnos e o alternativo (NICOLAU, 2012). Para uma maior compreensão sobre sistema eleitoral ler o livro Sistemas Eleitorais de Jairo Nicolau.

<sup>9</sup> Sobre o sistema de lista, a ideia é que o partido crie uma lista, sendo ela aberta ou fechada, de candidatos que disputaram as vagas em distritos plurinominais<sup>9</sup>. O eleitor nesse tipo de sistema pode escolher a lista do partido que melhor lhe represente, e através da quantidade de votos que cada organização partidária obtenha são distribuídas as cadeiras do parlamento (LIJPHART, 2003). Nos distritos mistos os votos são divididos por votação majoritária (metade) e os outros pela lista partidária de representação proporcional apresentada acima. Nesse sentido, como há a divisão dos votos, o eleitor vota duas vezes, na medida em que vota para o candidato majoritário e para o candidato da lista proporcional. O intuito disso é que se diminua a desproporcionalidade das cadeiras (quem ocupa elas) que se faria presente a partir do voto majoritário (LIJPHART, 2003). Sobre a terceira perspectiva presente no voto proporcional que é o voto único transferível, é visto que o voto é destinado apenas para um candidato. Aqui o cálculo realizado é que a pessoa conseguirá ser eleita se atingir um número de votos. Dessa maneira os votos que sobram desse candidato que já atingiu o número necessário, passam para a segunda colocação da lista da lista existente. Outro modo de se realizar a transferência é pelos votos do candidato com menor votação, já que seus votos seriam transpassados para o candidato que está logo em seguida na lista (pouca votação) (LIJPHART, 2003).



O sistema de lista de representação proporcional que é visto na Suécia, é apontado como o que oferece maior oportunidade para as mulheres. A razão para isso, é que a centralização do processo decisório faz com que haja mais mulheres e outras questões que não só gênero. Um partido na Suécia em sua candidatura não lança menos que 40% de mulheres, aumentando a chance dessas entrarem no parlamento (YOUNG, 2000).

A dificuldade do acesso a recursos financeiros é algo que deve ser pontuado, já que o valor que o candidato ou a candidata ganha para fazer sua campanha, pode afetar suas chances de ser eleito ou eleita. Uma legislação do sistema eleitoral para maior inclusão das mulheres deve necessariamente apresentar soluções para a questão de financiamento de campanhas femininas (YOUNG, 2000).

De forma geral, governos de coalizão são mais inclusivos, no entanto trazendo o foco para o caso brasileiro, a literatura percebe um modelo chamado de “majoritarismo exacerbado” que foge a lógica de inclusão das minorias. O presidente, junto com sua coalizão, produz a agenda legislativa, sendo assim, o processo decisório é produzido pelo chefe do executivo e sua coalizão. O resultado disso é a qualidade da democracia que é produzida nesse modelo (MATOS, 2011).

Para uma maior inclusão das mulheres na política colocam-se a necessidade de produção de mecanismos afirmativos como exemplo as cotas nas candidaturas femininas. Há também certos mecanismos que criam regras no sistema eleitoral voltado a questão de raça. Por meio desses mecanismos, tanto negros quanto mulheres conseguiriam ter maiores chances de serem eleitos. Nos países em que não se encontra uma consolidação institucional das regras do jogo, há uma menor chance dos mecanismos de maior participação de minorias funcionarem (RAMIRES; ENEANEY, 1998).

As políticas de ação afirmativa tendem a acontecer em maior grau em países que possuem uma democracia mais recente. Nos países com sistema majoritário e proporcional, ou só majoritário puro, ou mesmo em casos como Portugal e Espanha que são proporcionais de lista fechada as cotas teriam maiores dificuldades de serem implementadas (RULE, 2007).

Caul (1999) afirma que os partidos de esquerda são mais propensos a buscar igualdade de oportunidades, sendo mais abertos à questão de políticas de inclusão como as cotas. São esses partidos que são mais dispostos a criarem mais regras internas para inclusão de mulheres na política.

Um estudo realizado com 68 partidos que tiveram pelo menos um assento nos anos 1975, 1985 e 1989 mostrou que a porcentagem de mulheres cresceu com o tempo de 12% em 1975, passou para 19% em 1985, indo para 23% em 1989. O que se observou, foi um progresso



no número de assentos preenchidos por mulheres, no entanto foi um progresso limitado. A nomeação das candidatas era maior em candidaturas locais, e o que se percebeu é que o controle centralizado nas nomeações não é propício no que se refere a representação das mulheres (CAUL, 1999).

Matos (2011, p.21-22) aponta a necessidade de serem repensadas as abordagens da sub-representação da mulher na política. Em sua perspectiva é preciso

(1) Repensar as formas como o Estado liberal e seu modelo de democracia têm lidado com tais questões (inclusive questionando essas premissas liberais do ponto de vista de uma crítica feminista e de gênero); (2) recolocar o “problema” ou o fenômeno da elegibilidade e da representação de mulheres de uma forma que ela possa vir a ser tratada de forma mais complexa, pluridimensional, e multideterminada e, assim, ir além dessa forma de tratamento unitário e segmentado da questão como foi identificada acima (MATOS, 2011, p.21-22).

Pela concepção de Matos (2011) os estudos presentes na ciência política não conseguem abordar de forma ampla a sub-representação das mulheres. Dentro das três perspectivas teóricas apresentadas, a teoria liberal (a terceira) é a que mais se aplica aos estudos na Ciência Política.

Pensando na sua análise de Matos (2011) é preciso apontar abordagens de teóricas feministas que estudam a menor participação das mulheres na política por meio de outros aspectos. É o que será realizado no próximo subcapítulo.

## 2.4 ALGUMAS ABORDAGENS DE TEORIAS FEMINISTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Pode-se entender que as motivações pelas quais as mulheres não participam na política são de cunho cultural, pelos valores socialmente construídos na sociedade, assim como prevalece a sub-representação das mulheres por meio de como a regra do jogo se apresenta (LIJPHART, 2003; GELLNER, 1992). Ambas as perspectivas foram apontadas na seção anterior.

Apresenta-se nessa seção da pesquisa uma análise de algumas perspectivas feministas que trazem outros contornos para apresentar a participação da mulher na política. Perspectivas que enfocam não só a participação da mulher na política, mas também a representação da mulher na política (PHILIPS, 1995).

Expor pontos sobre a sub-representação da mulher na política pode ser entendido por meio de teorias que tenham o foco na justiça social, e por isso, utilizem questões de raça e gênero como relevantes para estudar o porquê as mulheres não possuem a mesma representação que os homens na política (MATOS, 2011).

Há um modelo teórico que rompe com os paradigmas já existentes sobre o patriarcalismo, o liberalismo e o contrato social. Para autores como Nye (1995) a produção intelectual sobre teoria feminista não é realizada por todas as mulheres que se mobilizam dentro do feminismo (NYE, 1995).

Há mulheres feministas que são militantes e não conseguem alcançar todos seus objetivos com a militância e por isso, buscam o suporte no ambiente acadêmico para continuarem a luta por maior equidade de gênero. O feminismo contemporâneo não possui apenas traços acadêmicos, visto que ele busca se correlacionar com o feminismo de base produzido pelas militantes (YANNOULAS; VALLEJOS e LENARDUZZI, 2000).

Os esforços são reunidos entre as acadêmicas e as militantes. As acadêmicas ajudam na criação de estratégias, já as militantes contribuem com os planos de ação (YANNOULAS; VALLEJOS e LENARDUZZI, 2000). No entanto, a relação entre essas duas formas de atuação no feminismo nem sempre é harmoniosa, na medida em que se encontram diversos feminismos dentro do feminismo<sup>10</sup> e o resultado são diversas construções teóricas feministas (YANNOULAS; VALLEJOS e LENARDUZZI, 2000).

Apesar das diferenças teóricas que se fazem presente, Matos (2011, p.24) apresenta 3 pontos que convergem nas teorias feministas

1 No eixo da discussão teórica: (a) a crítica aos binarismos e aos essencialismos de todas as ordens; b) a afirmação e o reconhecimento de uma dimensão subjetiva; e c) a proposição de teorias relacionais (como é próprio do conceito de gênero). 2 No eixo epistemológico: (a) o aprofundo questionamento da mulher como objeto, o que até então era subvalorizado nas ciências; (b) a colocação em perspectiva de uma abordagem mais dinâmica, em que o objeto é tratado simultaneamente como processo e como produto. 3 No eixo metodológico: a vinculação da teoria a uma realidade concreta, atrelada ao movimento feminista, deparando-se como uma latência entre o surgimento das ideias inaugurais, o desenvolvimento da sua aplicação e o advento da consequente visibilidade – na dimensão do campo do conhecimento (MATOS, 2011, p.24).

Analisando a semelhança proposta por Matos (2011) entre as diferentes versões teóricas do feminismo, o trabalho aqui realizado já apresentou análises de como o fato da mulher ser vista como objeto, ser objetificada, se relaciona a sua atuação ou falta de atuação no campo político. Assim como, já é possível, mesmo sem o aprofundamento da teoria do processo decisório vinculada à participação da mulher, observar o quanto as teorias de sub-representação da mulher apresentam em certa medida uma realidade das deputadas federais.

---

<sup>10</sup> Dentro do feminismo, há varias abordagens teóricas. As perspectivas teóricas mais comuns são o feminismo radical, o liberal, marxista e o interseccional que é mais recente.

Um ponto que deve ser abordado pela ciência política é a percepção de que o sujeito político é construído pela imagem masculina, tendo como resultado o quão invisível as mulheres passam a ser dentro dos espaços políticos. A mulher deve ser vista enquanto um sujeito não de forma individual, e sim pensar a mulher enquanto sujeito e agente coletivo. Nesse sentido, reconhecer o gênero e a raça, pois o reconhecimento é o primeiro ponto para que cesse a invisibilidade (MATOS, 2011).

Sobre essa perspectiva analítica Philips (1995, 1998) traz contribuições quando aponta não só a “política de ideias”, mas também a construção de “política de presença”. O ponto em questão é que quem representa tem relevância, visto que o espaço de invisibilidade feminina diminui, quando mudam-se o foco de quem ocupa esse espaço (PHILIPS, 1995).

E sobre essa perspectiva que o estudo da atuação das deputadas federais pretende apontar o quanto a política de presença é necessária para que as mulheres, enquanto um grupo heterogêneo, consigam se sentir representadas, quando há deputadas federais eleitas na Câmara Federal. Partimos da percepção de avançar nos estudos não apenas sobre participação, mas também representação política. Por isso, fazemos um recorte da produção de gênero das parlamentares, pois entendemos que naquela atividade legislativa podemos encontrar respostas à quais mulheres as parlamentares brasileiras representam.

Apenas com a presença das mulheres no espaço de poder que as mesmas conseguem colocar suas pautas de forma coletiva. Nesse sentido, as mulheres não são apenas sujeitos de direito individuais, mas passam a funcionar e se entender como sujeitos coletivos (PHILIPS, 1995). Pensar no sujeito coletivo é apresentar conceitos de justiça social. Ao falar sobre justiça social, não apenas se refere a participação política, mas também a representação política das mulheres, ou seja, não só a necessidade das mulheres estarem nos espaços de poder, mas serem representantes das mulheres enquanto um grupo (FRASER, 1999, 2001).

Há injustiças sociais e é preciso pensar formas de criar igualdade quando se pensa na representação política. Assim é preciso reconhecer que se encontram diferenças e que as diferenças necessitam ser formuladas e pronunciadas para que se veja alterações na representação política (FRASER, 2009). Três R's são construídos na teoria de Fraser. Eles são: redistribuição, reconhecimento e representação. O primeiro se refere a igualdade entre homens e mulheres, o segundo a ideia de reconhecer as mulheres enquanto sujeitos, e o terceiro tem um viés político, de que essas mulheres têm que se sentirem representadas por meio de representantes mulheres (FRASER, 2009).

Para que se construa justiça social é preciso que se supere obstáculos que a institucionalização cria, na medida que essa institucionalização por meio das regras demonstra

quem pode e quem não pode participar da política. É imprescindível a construção de paridade na participação entre homens e mulheres, uma vez que só assim construir-se-á justiça social (FRASER, 2009).

Pensar em uma maior participação e representação das mulheres nos espaços de poder é incluir de forma democrática minorias. Os grupos são diferentes em sua cultura e nos seus valores, e por isso, é preciso transcender a ideia de “política de identidade” para a “política de diferença”. Apresentar as diferenças também é uma forma de garantir visibilidade para grupos minoritários, e essa perspectiva se aplica as mulheres também (YOUNG, 2000).

Não se cria igualdade apenas por redistribuição material, é fundamental que a política se apresente de forma plural para que haja justiça social. A identidade de cada pessoa é subjetiva e construída nas relações sociais que aquele determinado individuo tem. Diferentes agentes podem sentir o mesmo constrangimento estando na mesma situação, é o que a autora chama de “perspectiva social”. Cada pessoa de um grupo possui suas próprias experiências, e as pessoas podem ter experiências parecidas mostrando que elas podem agir de forma parecida em suas ações (YOUNG, 2000).

Há outra perspectiva que se refere à interseccionalidade. A ideia nasceu da análise do desemprego das mulheres negras nos Estados Unidos. Encontram-se algumas formas de subordinação como racismo e o sexismo, e há uma interação entre as diversas formas de subordinação que se fazem presentes. Não se trata apenas de sobreposição existente entre subordinações, como a ideia de uma mulher negra sofrer violência por ser mulher e por ser negra. A interseccionalidade apresenta que a política na sua forma de agir gera opressões entre as mulheres (CRENSHAW, 1989).

A autora demonstra essa perspectiva por meio de avenidas, em que cada avenida se refere a um tipo diferente de opressão. As mulheres se encontram nessas avenidas, sofrem opressões e são discriminadas. Verificam-se sistemas de subordinação que são fruto de aspectos econômicos, sociais e também culturais, e há outros sistemas de subordinação voltados a aspectos políticos, o que se percebe é que as mulheres que fazem parte do espaço da política são prejudicadas pelo sistema de subordinação (CRENSHAW, 1989).

É por meio da teoria interseccional que é possível observar o resultado dessa subordinação. O sistema patriarcal, o racismo e o sexismo são formas de opressão que moldam a forma como as mulheres se posicionaram na política. Nessa presente pesquisa buscaremos observar se há alguma interseccionalidade nas proposições legislativas apresentadas pelas deputadas federais no que se refere a gênero, por meio da interseccionalidade nas proposições legislativas que garantam direitos para as mulheres lésbicas e transgêneras.

No próximo subcapítulo abordaremos a mulher já no espaço político. Como as teorias retratam essa entrada em um espaço masculino, e como essa análise teórica pode contribuir para construir medições do trabalho legislativo das deputadas para a pesquisa.

## 2.5 AS MULHERES NO PROCESSO DECISÓRIO

A Teoria da Modernização apresentada abordou a participação da mulher na política na avaliação dos motivos que levam as mulheres a terem um papel secundário na esfera política se comparada a atuação dos homens. Observa-se alguns exemplos nessa abordagem teórica os estudos voltados a maneira pela qual os partidos recrutam as mulheres, a questão do sistema eleitoral e como as regras do jogo interferem em um sistema mais inclusivo ou não para a atuação das mulheres (MANSBRIDGE;1999, 2009).

Uma nova vertente analítica tem como foco de análise o desempenho das representantes políticas eleitas. A avaliação feita nesse caso é o quanto as mulheres conseguem exercer influência no processo decisório (WÄNGNERUD, 2009).

A presente pesquisa possui como foco a avaliação da atuação da mulher já dentro da instituição política, que nesse caso é a Câmara Federal, tendo como foco a produção legislativa das mulheres que ocupam o cargo de deputadas federais, ou seja, a análise teórica dessa pesquisa parte dessa abordagem, utilizando as outras teorias apresentadas anteriormente enquanto complemento para a investigação científica.

É visto que um dos fatores que aumentam o nível de representação política das mulheres é o maior número delas no parlamento. Junto a esse fator há também o desenvolvimento econômico, herança cultural, mudança de estilo de vida em direção à valores de expressão própria e instituições democráticas (INGLEHART; NORRIS, 2000).

Outro ponto importante parte de “uma reflexão sobre o papel das dinâmicas institucionais e das interações mais amplas que se efetivam nos variados campos da atividade social, interferindo na construção e incremento de candidaturas” (MORAES *et.al*, 2014).

A partir da observação de Moraes *et.al* (2014) é provável supor que a entrada da mulher na política, por si só, não é garantidora de representação política. A forma como as instituições são criadas precisam ser modificadas, e também deve haver alterações nas percepções e valores da sociedade a respeito da importância da participação feminina na política. É impossível encontrar respostas satisfatórias sobre a sub-representação feminina apenas pela via institucional, assim como apenas pela via cultural ou sociológica.

Refletir sobre a sub-representação feminina na política ou qualquer outro espaço de atuação feminina é perceber as diferentes de papéis exercidos pelos homens e pelas mulheres na sociedade, no trabalho e também na política é apontar a análise de Bourdieu sobre o *habitus*, em que os homens ocupam os locais públicos como exemplo as assembleias, e já as mulheres estariam voltadas a ocupação dos espaços privados que se refere à casa (BOURDIEU, 2012).

Essa diferença de ocupação dos espaços entre homens e mulheres se deve aos processos de socialização que diferenciam o que é ser homem e o que é ser mulher. O que é visto nessa estrutura social existente é o fato da dominação masculina ser fortalecida (BOURDIEU, 2012). Essa dominação masculina é entendida como dominação simbólica, em que é possível entende-la no campo político no qual as parlamentares se percebem como não possuintes do direito e das habilidades para ocuparem aquele determinado espaço (BARROS, 2015).

As mulheres possuem menos tempo para atuarem na política, tendo como uma das motivações o fato de realizarem as tarefas domésticas sete vezes maior que os homens. Além disso, as mulheres não se sentem qualificadas para disputarem uma eleição reduzindo o número de candidaturas (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012). Esses fatores têm como consequência a participação efêmera das mulheres na decisão, na medida em que são menos mulheres atuando na política, ocorrendo uma menor chance de atuarem em cargos-chaves que lhes permitem maior capacidade de aprovarem matérias legislativas.

Sobre a maior atuação na esfera de poder com a redistribuição de recursos é provável que as mulheres necessitem de reconhecimento da população a fim de que consigam obter votos suficientes para que sejam eleitas ou reeleitas. Outro ponto é que as mesmas necessitam de reconhecimento dos parlamentares e, principalmente, das lideranças partidárias para que, depois de terem alcançado uma cadeira no Parlamento, possam ser indicadas para ocupar lugares de destaque nas estruturas internas, tais como na Mesa Diretora e nas presidências de comissões permanentes, e assim fortalecer seu capital político (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012, p. 113).

É necessário que se redistribua com maior equidade os recursos nas eleições, e que os recursos para atuação na esfera da decisão também sejam melhores redistribuídos, para que haja uma maior equidade no número de parlamentares homens e mulheres nos cargos importantes no legislativo como a presidência e vice-presidência de comissões (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

As discussões das mulheres na política devem ultrapassar o processo anterior a entrada delas no cargo político. Isso quer dizer que o embasamento sobre como elas atuam, qual o grau

de poder sobre as decisões também deve ser avaliado. Trabalhos das autoras Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) são exemplos do tipo de pesquisa sobre mulheres na política que necessitam ser aprofundados.

Matos (2011) apresenta a necessidade de uma teoria sobre a participação da mulher que abarque aspectos institucionais e culturais. Coloca-se aqui a necessidade também de um desenvolvimento mais amplo sobre a atuação da mulher já inserida nos espaços de poder (MATOS, 2011). Uma forma de ampliar as perspectivas analíticas apresentadas por Matos (2011) talvez possa ser estudos que avaliam o perfil social e profissional das parlamentares eleitas junto a poder que elas têm de aprovarem matérias legislativas.

Outro ponto necessário quando falamos sobre a mulher nos espaços de poder é compreender o que Bourdieu (2012) nos apresenta sobre o *habitus* e violência simbólica, já apresentados acima. O entendimento sobre a atuação da mulher no espaço de poder decorre do que se entende como divisão sexual do trabalho. Historicamente, há uma percepção de que existe trabalhos que são masculinos, assim como há trabalhos que são femininos. E nesse sentido, divide as tarefas que podem ser realizadas por homens das que são feitas por mulheres, a primeira tem maior valor dentro da sociedade (KERGOAT, 2009).

Essa mesma lógica é apresentada na Câmara Federal, na qual, as mulheres têm a característica de serem mais maternas, atuando de maneira menos competitiva e se preocupando com os menos favorecidos (MIGUEL; FEITOSA, 2009). É visto isso, nos próprios discursos proferidos pelas parlamentares mulheres, que acreditam que sua forma de atuação é diferenciada da maneira como os parlamentares homens trabalham. As próprias parlamentares em seus discursos acreditam que essa atuação diferenciada é positiva para a política (PINHEIRO, 2007).

Podemos refletir sobre essa perspectiva da crença das parlamentares em pensarem que sua atuação política é positiva para política. Essa forma de pensar das deputadas parece ser uma contribuição para elas não buscarem galgar novos espaços na instituição política, dado que parece ser uma conformação sobre qual é o papel desempenhado por elas próprias na política. As mudanças nas regras internas da Câmara para colocar as parlamentares em posições mais importantes só são possíveis quando elas, enquanto grupo, perceberem essa necessidade.

O que é notório é que dentro da atuação da mulher na política é construída uma moral feminina. Essa moral está relacionada à divisão sexual do trabalho: como as mães cuidam dos filhos e os pais não, as meninas se espelham em um modelo feminino presente, ao passo que os meninos possuem um modelo masculino ausente. A forma como as mulheres raciocinam sobre questões morais, ao se defrontarem com conflitos entre as regras sociais e os princípios éticos,



vai além da moralidade fria, preocupada apenas com a justiça, os direitos e os deveres, e privilegia a manutenção das relações interpessoais (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 204).

Essa moral feminina se desenvolve de uma maneira diferente da moral masculina, devido a construções culturais da sociedade. Um ponto que ajuda a compreender isso é a diferença entre a relação mãe e filha que é concreta, diferente da relação pai e filho que é vista de forma abstrata. A construção da identidade da mulher é por meio de padrões de responsabilidade e da pessoa que cuida (GILLIGAN, 1982).

Avoca-se que mulheres no espaço político agem de forma diferente da política de interesses realizada pelos homens. Conceitos relacionados a ambição e poder estão voltados a forma do homem atuar na política. Já a mulher se colocaria de forma altruísta e pacífica. Reflete-se essa forma de ser no campo decisório em que a mulher na arena de decisão não se comportaria de forma competitiva como os homens o fazem (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Avaliando da teoria a pesquisas empíricas, essa concepção pode ser questionada e repensada, já que enquadrar todas as mulheres que atuam na esfera de decisão a um modo de fazer política é questionável. É notado que mulheres construíram suas carreiras políticas, por meio de padrões masculinos, como uma maneira de sobrevivência delas ao campo político. Um exemplo é a Margaret Thatcher na Inglaterra, vista no imaginário das pessoas como uma ‘mulher dura’ (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Outro ponto de reflexão sobre a atuação das mulheres no espaço decisório parte de quão significativas são as mudanças que as mulheres políticas podem fazer para outras mulheres quando estão inseridas nos espaços de poder. O termo ‘massa crítica’ exemplifica isso ao dizer que uma determinada quantidade de energia é necessária para que alterações sejam realizadas. Especificando ao caso da mulher na política, mudanças passariam a ocorrer quando pelo menos os parlamentos ou outras organizações de trabalho tivessem 30% de composição feminina (DAHLERUP, 1993).

Não se trata apenas do número, essas mulheres teriam que agir de forma coletiva dentro da arena legislativa. Por isso, essas mulheres deveriam buscar apoio de movimentos sociais, bem como o fato das mulheres terem melhorado economicamente e socialmente impactariam diretamente na atuação das mesmas no legislativo. As parlamentares devem atuar de forma crítica para que mudanças ocorram, e isso só acontece quando elas possuírem condições mínimas de atuarem em seu trabalho e puder ter influência nos debates, especialmente nas agendas relevantes (DAHLERUP, 1993).

Coloca-se também que não apenas as legisladoras mulheres são responsáveis em produzir políticas para as mulheres, mas também os legisladores homens devem empenhar-se



na construção de agendas voltadas a direitos para as mulheres. Questiona-se a ideia de ‘massa crítica’ já que seria necessário construir indivíduos críticos (homens e mulheres) que enquadrassem na sua própria agenda legislativa políticas para as mulheres (CHILDS E KROOK, 2006).

A análise sobre ‘massa crítica’ ou mesmo sobre a construção de agenda de direitos para as mulheres feitas por parlamentares homens e mulheres, não tem como foco geral a análise institucional, na medida em que a construção de uma massa crítica ou mesmo de parlamentares engajados no direito das mulheres é construída pelas relações sociais das parlamentares e dos parlamentares. No entanto, as regras do jogo político desfavorecem isso, como é o caso da importância partidária na atuação parlamentar no Congresso Nacional, e o quanto os partidos influenciam na distribuição de recursos e quem serão os políticos atuantes em determinadas comissões (REZENDE, 2017).

Isso quer dizer que pode haver parlamentares do gênero masculino e feminino interessados em propor mudanças, construindo agendas que pensem no direito das mulheres. No entanto, a instituição molda a atuação dos parlamentares. Podemos confirmar essa análise, no caso do parlamento europeu, o qual os partidos funcionam como uma espécie de chicote para a atuação de todos os parlamentares (NORRIS, 1996).

Os partidos possuem grande relevância no presidencialismo de coalizão, na medida em que as decisões sofrem grande influência da atuação dos colégios de líderes que são um dos produtores da agenda legislativa e quem distribui as vagas nas comissões (SANTOS; BORGES, 2018). É necessário refletir sobre a forma de alocação dos recursos, pois a partir desse viés que se pode notar se há e em que medida desigualdade de gênero no legislativo brasileiro (REZENDE, 2017).

Uma forma de avaliar a desigualdade de gênero no parlamento é por meio do caráter piramidal da participação feminina

É caracterizado por seus altos percentuais na base, combinado com escassos números nas elites partidárias; a inexistência de referência à equidade de gênero e temas correlatos em documentos de metade dos partidos investigados; a pequena oferta de capacitações e cursos de formação de lideranças femininas; a inexistência de princípios paritários como critérios para o financiamento de campanhas e a ausência de reserva de vagas para mulheres em órgãos decisórios dos partidos (REZENDE, 2017, p. 1205).

Uma questão é a mulher entrar no ambiente decisório, outra diferente se refere ao grau de poder que ela possui na esfera de decisão, e o quanto isso implica na permanência da mesma

nesse mesmo ambiente. Por meio dessa análise pode-se entender novamente o porquê da masculinização das mulheres nos espaços de poder apontada por Miguel e Feitosa (2009).

As mulheres além de encontrarem obstáculos na porta de entrada da Câmara dos Deputados muito maiores que as dos homens, também encontram dificuldade em ocupar postos-chaves que são estratégicos para uma melhor atuação dessas parlamentares na instituição política do legislativo (BUSANELLO; REHBEIN, 2017).

As barreiras encontradas pelas mulheres ao chegarem na via institucional podem ser entendidas pela análise do ‘teto de vidro’ o em inglês ‘*glass ceiling*’ que diz respeito a essas barreiras que as mulheres encontram ao entrarem em um ambiente majoritariamente masculino. É visto que essas barreiras são pouco perceptíveis e o resultado do ‘teto de vidro’ é o número inferior de mulheres que têm acesso aos cargos-chaves, ou seja, aos cargos estratégicos (WIRTH, 2001).

O que se percebe são representações simbólicas de barreiras que as mulheres encontram quando alcançam cargos de alto padrão em organizações privadas e nas públicas, assim como no meio político (WIRTH, 2001). Torna-se mais custoso para a mulher conciliar sua vida privada de cuidado dos filhos com sua atuação no mundo do trabalho se comparado aos homens. As mulheres priorizam a sua atuação privada em comparação a sua atuação no mercado de trabalho, e o que se nota é um condicionante de serem menos competitivas por isso (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014).

No que se refere ao local de atuação das deputadas federais no processo decisório, ou seja, os postos estratégicos de atuação, é visto que as mesmas atuam nas presidências de comissões de temática questões voltadas aos direitos humanos, educação, cultura, seguridade social. Elas foram presidentes dessas comissões sociais, ou que se chamam também *soft politics*, quase metade das vezes em ocuparam um cargo nas comissões (REZENDE, 2017).

Outra maneira de avaliar como as deputadas federais atuam na esfera de decisão é perceber se elas tinham atuação em grupos de associativismo como sindicatos, igrejas e outros antes de entrarem na Câmara Federal. De 2003 a 2015, nota-se que quase metade das mulheres possuía um vínculo de associativismo. A participação anterior das mulheres em organizações de associativismo é relevante para as chances delas conseguirem ter êxito na disputa eleitoral (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

A participação anterior a vida política institucional dessas deputadas no associativismo mostra que mesmo que a atuação dessas parlamentares no associativismo é complementar, “os vínculos e as relações oportunizadas por essa participação podem potencializar outros tipos de

capitais políticos e fazer a diferença nos processos de competição eleitoral para o universo em questão” (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012, p.246).

As deputadas federais que atuam em organizações de mulheres geralmente estão inseridas em outra(s) organizações também. Os dados mostram que é comum que elas atuem na questão da mulher dentro dos sindicatos ou de grupos religiosos (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

É possível observar um aumento no número de mulheres que possuem uma atuação no grupo de mulheres em espaços religiosos. Entretanto, esses grupos religiosos não lhes garantem grandes recursos para o recrutamento político se comparado aos sindicatos por exemplo. Esse fator interfere no número de mulheres que farão parte do processo decisório e que atuarão de forma eficaz nesse espaço (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012).

Um exemplo da tentativa das mulheres terem uma maior participação no processo decisório se refere a formação do bloco feminino voltado a questão das mulheres com a criação da Bancada Feminina no ano de 1986, período da Constituinte, em que as mulheres buscavam direitos para o grupo ‘mulheres’ (OLIVEIRA, 2012).

A partir da construção da bancada feminina que funciona até hoje, é possível ultrapassar a questão partidária até certo ponto. Mesmo sendo composta por diferentes mulheres que possuíam valores distintos, foi observado que durante a constituinte a Bancada Feminina possuiu uma grande relevância na construção de políticas para as mulheres. O desafio continua na manutenção de um órgão que seja responsável para que as mulheres participem de forma ativa do processo decisório (OLIVEIRA, 2012).

Outro tópico que se volta a teoria da massa crítica é a imprescindibilidade de aumentar o número de mulheres eleitas, para que aja o aumento no número de mulheres que tenham a possibilidade de se fazerem presentes nas decisões, “uma vez que, para alocar legisladoras em tais posições, líderes partidários devem contar com um percentual mínimo de deputadas nas bancadas de seus partidos, o que ainda é um desafio no contexto brasileiro. (REZENDE, 2017, p. 1207).

QUADRO 2 – Exemplos de *Hard Politics*, *Middle Politics* e *Soft Politics*

<i>Hard Politics</i>
Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países

<p>Defesa (segurança nacional)</p> <p>Reforma política e legislação eleitoral</p> <p>Administração pública e reforma do Estado</p> <p>Política brasileira</p> <p>Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica</p> <p>Política econômica e tributária</p> <p>Política industrial</p> <p>Política agrícola</p> <p>Violência e segurança pública (incluindo reforma no código penal e trânsito)</p> <p>Reforma agrária (e outras questões fundiárias)</p> <p>Questões internas do Congresso</p> <p>Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações e etc).</p>
<b><i>Middle Politics</i></b>
<p>Emprego, trabalho e formação profissional</p> <p>Ciência e tecnologia</p> <p>Funcionalismo público</p> <p>Comunicação social</p> <p>Propriedade Intelectual, pirataria e biopirataria</p> <p>Previdência social</p> <p>Questões irrelevantes e outros</p> <p>Questões religiosas</p> <p>Homenagens e comemorações em geral</p> <p>Outros</p>
<b><i>Soft Politics</i></b>
<p>Saúde pública e saneamento</p> <p>Habitação</p> <p>Direitos humanos</p> <p>Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)</p> <p>Meio ambiente</p> <p>Educação</p> <p>Cultura e esporte</p> <p>Direitos do consumidor</p> <p>Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência</p>

Fonte: Quadro reproduzido por Miguel e Feitosa (2009, p.208).

Os espaços de decisão são mais representativos no momento em que são incluídos diferentes perspectivas na forma de se pensar e ser na política. Incluir grupos diferentes nos espaços de decisão para que a representação se faça presente nesses locais (SACCHET, 2012). As pesquisas produzidas sobre qualidade democrática buscam encontrar dados sobre o número de mulheres e minorias que se encontram no parlamento (LIJPHART, 2003). Resultados sobre

pesquisas que medem a qualidade democrática apontam que uma democracia se consolida mais com o maior número de mulheres incluídas na esfera de poder.

Na política há as *hard politics* que são as políticas mais relevantes no processo político, pois referem-se a gestão econômica por exemplo. Encontram-se também as *middle politics* que se referem a temas mistos como a questão da previdência, e há as *soft politics* de temática social. A atuação das parlamentares para terem maior poder dentro da Câmara Federal deveria ser nas *hard politics*, o que não se observa, visto que as mesmas atuam de forma mais ampla nas *soft politics* (MIGUEL, BIROLI, 2009). No parágrafo acima segue a análise do que Miguel e Birolí (2009) consideram como *hard, middle e soft politic*.

Esse é um ponto importante na discussão sobre a mulher e o poder de aprovação de proposições legislativas na Câmara dos Deputados. Como apresentado anteriormente, ainda no processo de eleição, as mulheres não se sentem preparadas para atuarem na política, e quando entram na política buscam atuar na área social, a qual possui uma importância menor no processo decisório se comparada as outras temáticas de proposição legislativa.

Como já discutido, as mulheres atuam em maior proporção nas temáticas sociais, na medida que a construção social de serem mães e cuidadoras lhes colocou enquanto parlamentares que buscam esse tipo de engajamento. É visto que se as parlamentares quiserem obter um maior protagonismo, devem buscar estratégias para ocuparem em maior porcentagem as comissões de *hard politic e middle politic* (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

É notório que a violência simbólica sofrida pelas parlamentares brasileiras já inseridas no processo decisório não se encontram facilmente perceptíveis. O foco dos projetos e atuação parlamentar das mulheres de maneira geral ser voltados as políticas sociais demonstra essa violência simbólica não perceptível, o ‘teto de vidro’ apontado pela literatura.

O próximo capítulo abrangerá o trabalho legislativo dos deputados e das deputadas federais, apresentando qual o poder dos deputados federais na produção legislativa para que se faça um enquadramento ou análise da categoria gênero dentro da produção legislativa, já que os trabalhos sobre esse tema não colocam essa perspectiva em sua maioria.

### **3 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA BRASILEIRA**

O objetivo desse capítulo é uma revisão da literatura para compreender a dinâmica específica do processo legislativo federal e da relação executivo legislativo no período pós 88, sobretudo a partir das determinações institucionais e endógenas ao processo legislativo, além de mensurar a participação feminina no período (1987 a 2017).

A primeira seção apresentará três visões teóricas sobre os estudos do legislativo realizados no mundo. Consideramos que apresentar essas três visões pode abrir o leque na compreensão de como é possível estudar a atuação parlamentar das deputadas federais. As três perspectivas teóricas são: a visão distributivista, partidária e informacional.

Sobre a segunda seção, a ideia é apresentar a relação do Executivo e do Legislativo na perspectiva do presidencialismo de coalizão, entendendo o porquê do Legislativo possuir uma atuação menos preponderante que o Executivo na produção legislativa.

A terceira seção é sobre o poder de agenda do Executivo e do Legislativo, relacionando-se com o segundo capítulo, na medida em que busca aprofundar a discussão da preponderância do Executivo na produção legislativa, proporcionando um menor poder de agenda para o legislativo. A ideia é entender, de acordo com a literatura, que tipo de legisladores possui poder de agenda. E com isso, fazer um recorte de gênero, tentando observar o porquê das deputadas federais possuírem pequena participação na aprovação de proposições legislativas na Câmara Federal.

Um dos pontos importantes desse capítulo é buscar, na medida do possível, fazer um recorte de gênero, ou seja, entender as teorias sobre o legislativo, bem como a relação entre o Executivo e o Legislativo tentando expor como as parlamentares se enquadram nessas relações. Por isso, a última seção apresentará quem foram e são as deputadas eleitas desde 1987 até 2014, e fatos que ocorreram nas 8 legislaturas sobre a atuação das parlamentares. É importante salientar que nessa seção procura-se entender como os debates apresentados nas três primeiras seções possuem ou não um foco na atuação das mulheres.

#### **3.1 TEORIAS DA ORGANIZAÇÃO DO LEGISLATIVO: VISÃO DISTRIBUTIVISTA, PARTIDÁRIA E INFORMACIONAL**

Na literatura sobre o legislativo brasileiro, encontram-se as teorias positivas sobre o legislativo. São elas, a visão distributivista, a partidária e a informacional. Nesse subcapítulo pretende-se apresentar essas três fontes teóricas avaliando as diferenças e semelhanças que existem entre elas.

Essas três diferentes formas de analisar o legislativo ajudam a compreender o caos visto na arena legislativa. É compreendido que há previsibilidade no caos como é visto por autores como Elster (2000), e a partir dessa previsibilidade há um equilíbrio no funcionamento do legislativo (NASCIMENTO, 2007).

As teorias positivas a respeito do legislativo buscam explicar como pessoas que agem de forma individualista conseguem chegar a um bem comum. Nessa perspectiva, a busca pelo bem comum é alcançada por meio de contratos. Entende-se que o bem comum supera as diferenças de preferências que os indivíduos possuem (NASCIMENTO, 2007).

Nas três teorias, os indivíduos agem de maneira racional e por isso os problemas se solucionam de acordo com os objetivos racionais dos atores. Tanto objetivos altruístas como os objetivos individuais são alcançados por meio de estratégias que usam o cálculo racional (NASCIMENTO, 2007). Fala-se aqui de racionalidade instrumental, maximização de preferências e auto interesse (COLEMAN, 1998).

A estabilidade social é vista nas três teorias como incerta, pois a instabilidade gera uma maior dificuldade para que o bem comum seja alcançado. A diferença nas três teorias é na natureza do bem, ou seja, se esse bem é mais coletivo, ou particularista. Também se avalia se é utilizado mais *pork barrel*<sup>11</sup> ou se é vista mais informação (NASCIMENTO, 2007).

Sobre a teoria distributivista, é visto que ela apresenta que a alocação de recursos para os distritos eleitorais é responsável pelo equilíbrio legislativo. Os recursos podem ser mandados para os distritos dos legisladores que aderiram aos acordos, e percebe-se também que uma determinada legislatura é capaz de acabar com a imprevisibilidade que é vista na arena legislativa. Nota-se que no período de eleição, os e as legisladoras que não conseguiram os recursos terão menor possibilidade de se reelegerem (GILLIGAN; KREHBIEL, 1994).

A teoria distributivista, chamada de *demand side*, possui um foco no indivíduo que age de forma individualista, e os benefícios que esse ou essa legisladora levaram para seus distritos. Para que esse indivíduo consiga ter acesso a esses recursos é necessário que haja um acordo. O legislativo é entendido como um lugar de trocas, ou seja, é um mercado no qual pode haver certas restrições nessas trocas (GILLIGAN; KREHBIEL, 1994). A variável independente (a explicativa) é o sistema eleitoral, e as comissões possuem grande relevância no que se refere as decisões (SHEPSLE, 1978).

---

<sup>11</sup>Difícil definir ao pé da letra o termo em português. Se refere as verbas governamentais distribuídas para municípios tendo como intuito questões políticas eleitorais (NASCIMENTO, 2007).

Na teoria distributivista o foco analítico recai na política, chamada em inglês de *police* e observa-se que diferente das outras duas teorias que a natureza do bem é coletivo, na visão distributivista a natureza do bem é particularista, por isso os indivíduos agem de forma individualista (SHEPSLE, 1978). Como os indivíduos estão em um ambiente altamente competitivo, eles querem executar suas plataformas individuais, pois buscam a reeleição.

As comissões têm uma relevância no modelo distributivista, visto que a divisão do trabalho ocorre nas comissões por meio do poder que é fracionado entre vários membros. Nesse sentido, a autoridade política é compartilhada entre os membros dessa comissão, e é nesse espaço de poder que um sujeito consegue apoio em relação há algo que necessita na sua atividade legislativa. Nas comissões é que se formam os *logrolling* que tem como melhor definição na língua portuguesa “apoios políticos” (NASCIMENTO, 2007).

As comissões são os espaços em que a heterogeneidade se faz presente, e também é o espaço em que os legisladores e as legisladoras conseguem negociar e ir à busca de ganhos e de trocas (SHEPSLE, 1978). Nesse espaço são institucionalizadas regras e há uma diminuição no custo das transações que são realizadas entre os envolvidos no processo legislativo. As comissões criadas em diferentes temáticas fazem com que os legisladores possam escolher aonde buscarão atuar, ou seja, supõem-se então que buscarão uma atuação legislativa nas comissões que melhor lhes represente (SHEPSLE, 1978).

Esse ponto remete a ideia apresentada sobre a presidência de comissões de deputadas federais estarem voltadas as *soft politics* em maior medida (REZENDE, 2017). No entanto, diferente da análise geral de que os deputados escolhem as comissões que melhor lhe representem como é apresentada pela visão distributivista, é difícil supor no recorte de gênero “mulheres” que essa escolha é só por uma questão de afinidade aquela determinada comissão. Como apresentado pela autora Norris (1996) e por Miguel e Feitosa (2009) a escolha das mulheres atuarem nas *soft politics* se refere a construção social do que é ser mulher e qual o seu lugar de fala. Historicamente, o local de fala foi no ambiente privado, por isso, ao adentarem o legislativo, geralmente encontram-se nas comissões de *soft politics*, pois falam de questões sociais tendo como exemplo a maternidade.

Coloca-se na visão distributivista que atores cooperarem, pois eles precisam se reeleger. Os deputados e deputadas utilizando o cálculo racional de que se forem intolerantes em todas as suas ações legislativas, todos os e as parlamentares sofreram com essa forma de agir. Por isso, os deputados se colocam na posição de que um ajuda o outro para que todos consigam maximizar o tanto que conseguirem (NASCIMENTO, 2007).



Os recursos são ponto relevante nessa abordagem já que a entende-se que o Congresso possui recursos escassos que devem ser alocados da melhor maneira possível, sendo que há vários atores envolvidos que buscam ter esses recursos para conseguirem se reeleger. As comissões são espaços de poder na qual se barganha esses recursos, assim como nesse espaço os acordos legislativos são garantidos (SHEPSLE, 1978).

Há outras análises sobre a função que cumprem as comissões. Elas não são locais nos quais se barganha como é apontado na visão distributivista, mas são espaços de em que se produz, são nelas que a especialização do processo legislativo é encontrada. Por isso, as políticas públicas são produzidas nesses espaços, visto que, como já mencionado anteriormente, a especialização da produção legislativa está nas comissões. O ponto central nessa análise é a racionalidade informacional do legislativo, proposta por Krehbiel (1997).

Outro ponto questionado sobre a teoria distributivista é a hipótese dos ganhos de trocas já que não se explica nessa teoria de que forma se formam esses contratos, por isso, essas outras teorias expõem que a hipótese de ganhos de trocas tem pressupostos que não conseguem ser justificados (KREHBIEL, 2002).

Essas novas fontes teóricas não detêm o foco nas ações individualistas dos e das legisladoras e nem nos distritos dos legisladores. A análise parte da ideia da incerteza vista no contrato<sup>12</sup> que os legisladores se comprometem a cumprir e o que o desenho institucional do parlamento oferece de oportunidades para o(a)s deputado(a)s (KREINBIEL, 2004). São as teorias *supply side* que nesse caso se referem a teoria informacional e a partidária.

Como o nome diz o foco da análise da teoria partidária é que os partidos políticos são capazes de solucionar problemas de ação coletiva, e o que explica isso são os recursos distribuídos na arena legislativa. Por isso, diferente da teoria distributivista que apresenta que as comissões são fortes, aqui as comissões não detêm a mesma força já que os partidos possuem um papel central (COX; MCCUBBINS, 1993).

Na década de 90 observaram-se mudanças institucionais no Congresso Americano, e a visão partidária apresenta essas mudanças no processo legislativo e na maneira em que se formam as preferências individuais. Os presidentes do Congresso possuem grande importância na análise, visto que eles detêm um poder considerável no processo de tramitação dentro do legislativo (COX; MCCUBBINS, 1993).

---

<sup>12</sup> No entanto, é necessário salientar que as 3 fontes de análise entendem que existe uma instabilidade nos contratos. Por isso há uma dificuldade em se alcançar o bem comum já que se observa essa instabilidade nas relações sociais (NASCIMENTO, 2007).

Nessa mudança institucional observada no Congresso Norte-Americano as comissões passam a possuir um papel mais crítico, limitasse o número de propostas que podem ser apresentado pelos jogadores e pelas jogadoras, ou seja, não se observa mais a *open rule* que seriam as diversas propostas que eram aceitas no jogo político (COX; MCCUBBINS, 1993).

Há a *closet rule* em que uma proposta advinda de um jogador conhecido é votada rapidamente, não havendo mais espaço para emenda da proposta de um player conhecido feita por outro player que também é conhecido (BARON; FEREJOHN, 1989). Nessa abordagem as comissões deixam de ser explicativas e o partido passa a ser a variável que explica (NASCIMENTO, 2007).

Os partidos são entendidos como cartéis e eles retiram do Congresso a função de produção legislativa. A agenda legislativa não é controlada pelas comissões e sim por esses cartéis que são os partidos (COX; MCCUBBINS, 1993). A corrente teórica partidária busca compreender como o funcionamento do legislativo ocorre pelos partidos, por isso analisa-se a delegação realizada pelo poder Executivo, o partido e a burocracia (NASCIMENTO, 2007). Além de apresentar esse processo de delegação há a análise da relação desses três poderes com as comissões e como se frutificam as políticas públicas (KIEWIT; MCCUBBINS, 1991).

O partido tem o poder de tirar autoridade legislativa de certos atores, de modificar a forma como se estrutura o legislativo, e posicionar a agenda que acredita ser mais importante (COX; MCCUBBINS, 1993).

O partido possui todas essas prerrogativas, mas por ser uma organização que terá seus entraves de ação coletiva, os atores não agirão de forma individual, de forma geral, na medida em que eles serão frustrados por esses problemas de ação coletiva encontrada dentro da organização partidária. A forma de ampliar os ganhos só é possível com a criação de instituições que possuem líderes. E o local em que surgirão esses líderes é dentro da estrutura partidária. Além disso, nos partidos haverá cooperação e racionalização de ganhos (NASCIMENTO, 2007).

Difícilmente um ator ganha agindo individualmente, por isso é necessário cooperar, e essa cooperação é feita pelo intermédio do partido. Ferramentas como o poder de indicar para uma comissão, o que se produzirá dentro de uma comissão são utilizadas pelas organizações partidárias para inspecionar o legislativo (NASCIMENTO, 2007).

Nos estudos sobre a participação da mulher já nas instituições políticas coloca-se a importância das parlamentares mulheres estarem inseridas em cargos-chaves como líder de comissões e líderes de partido para estarem inseridas em espaços de discussão da agenda além das *soft politics* (REZENDE, 2017). Considerando essa análise, a teoria partidária possui uma

relação direta com a maior atuação das mulheres na política, visto que se entende que a variável partido é primordial na atuação das parlamentares. Por exemplo, o caso da Inglaterra com a disciplina partidária, nos quais os partidos funcionam como chicotes para as parlamentares, diminuindo a autonomia das parlamentares na sua forma de atuar (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003).

Na visão partidária critica-se a ideia de que os partidos declinaram e são desimportantes. Podem ter declinado, mas acreditar que não tem mais importância é dar uma ênfase em excesso a importância das comissões (COX; MCCUBBINS, 1993). Os partidos dentro do processo legislativo são uma coalização processual, e por isso agem de forma unitária. É possível observar que os partidos com graus maiores de homogeneidade se posicionam de forma mais ativa. A análise partidária deixa em segundo plano as racionalidades individuais, além de não enaltecer a ação coletiva (NASCIMENTO, 2007).

No que se refere a teoria informacional nota-se que o processo legislativo não é apenas sobre atores que agem de forma individual e o conflito que existe na arena legislativa. Há nessa perspectiva teórica uma noção de que os objetivos coletivos ultrapassam o comportamento individual racional. Aqui, como na visão partidária, a natureza dos bens é coletiva, e a variável explicativa é os recursos dentro do legislativo (KREHBIEL, 1997).

Questiona-se a ideia de que o Congresso é um espaço em que as trocas e ganhos feitos pelos e pelas congressistas são facilitados. Um dos pressupostos apresentados por Krehbiel (1991) é a relação instituição e especialização, na qual a primeira cria incentivos para que os parlamentares busquem se especializar. Além disso, outro pressuposto relevante na análise é que os e as legisladoras que detêm maior *expertise* serão os que conseguirão alcançar maiores ganhos dentro do Poder Legislativo (KREHBIEL, 1997).

As instituições constroem as escolhas dos parlamentares para Krehbiel (1997). Refletindo a participação da mulher na política e como as teorias de gênero apresentam esse debate, a visão de Krehbiel (1997) traz reflexões sobre a importância que as instituições têm para moldar como as mulheres atuam na política, já que a forma como são moldadas as instituições serão responsáveis nas escolhas das parlamentares mulheres também.

Assim, novas reflexões sobre as temáticas de produção das deputadas podem ser entendidas na lógica de instituições que moldam as escolhas parlamentares. Pensando nas comissões enquanto um espaço de *expertise*, as mulheres buscarão atuar no que melhor entendem. Além disso, as instituições são vistas como fruto de uma maioria segundo Krehbiel (1997), e a maioria é composta por homens, ou seja, as escolhas e o formato das instituições serão masculinas como apresentada pelas teorias de gênero.

As informações refletem a atuação legislativa. Os legisladores que possuem uma maior quantidade de informação, ou seja, uma maior quantidade de *expertise* serão os que melhor atuarão nesse espaço. Por isso, as comissões não podem ser entendidas apenas como espaços de construção da agenda, mas também espaços em que é possível encontrar as informações e monopolizar essas informações (NASCIMENTO, 2007).

Quadro 3- Explicação resumida das três teorias sobre o poder legislativo

	<i>Demand Side</i>	<i>Supply Side</i>	
Comissões legislativas	Poderosas (autonomia decisória).	Relativamente poderosos (submetidos ao legislador mediano).	Fracas (submetidas ao poder do partido majoritário).
Composição das preferências legislativas	Preferências outliers (self-selection).	Preferências nonoutliers.	Preferências nonoutliers.
Foco analítico	Políticas (policies).	Escolhas sobre as instituições	Escolhas sobre instituições.
Ideia geral	O legislativo é compreendido como um mercado de trocas sob restrições ( <i>exchange and cooperation</i> ).	O processo legislativo vai além do individualismo e do conflito e incorpora objetivos coletivos que perpassam o comportamento individual racional.	Partidos políticos funcionam como mecanismos capazes de promover a solução de problemas de ação coletiva.
Natureza dos bens	Particularistas	Coletivos	Coletivos.
Postulados teóricos	Teoria Distributivista.	Teoria Informacional.	Teoria Partidária
Referências	The Giant Jigsaw Puzzle (Shepsle: 1978).	Information and Legislative Organization (Krehbiel: 1991).	Legislative Leviathan: Party Government in the House (Cox e McCubbins: 1993).
Variável explicativa	Sistema Eleitoral	Distribuição de recursos dentro da arena legislativa.	Distribuição de recursos dentro da arena legislativa.

Fonte: Quadro produzido pela autora de acordo com o quadro produzido por Nascimento (2007, p.83).

Outro ponto dessa vertente teórica é entender de onde saem as preferências dos parlamentares. Entende-se aqui que as preferências são fruto de valores vindos do eleitor do parlamentar, e assim essas preferências se constroem fora da arena decisória, são exógenas. A síntese da ideia é que os legisladores buscam na próxima eleição ocuparem o mesmo espaço, e por isso os valores dos eleitores são os que moldam as preferências dos parlamentares (Krehbiel, 1997).

É possível que não só o eleitorado molde as preferências dos deputados e deputadas. Pode ser também pela “reeleição, persecução de políticas públicas apropriadas aos distritos

eleitorais, ou até mesmo o uso e aquisição de poderes institucionais dentro da legislatura” (NASCIMENTO, 2007, p. 94).

A partir dessas três vertentes dos estudos do legislativo, surge duas questões. Como enquadrar a partir do recorte de gênero os estudos sobre deputadas federais nessas três análises teóricas, e se nessa pesquisa há um foco analítico em alguma dessas três vertentes.

As três visões teóricas são relevantes para entender o processo legislativo. São complementares em muitos aspectos. O que se pode perceber é que as três visões levam em conta o funcionamento do poder legislativo sem um recorte de gênero, ou seja, os aspectos do funcionamento do legislativo ocorrem pelas instituições, e por isso apenas o modo como os atores atuam nas instituições explicam o processo legislativo, e assim a diferença de gênero mostra-se irrelevante.

As 3 visões surgiram na década de 70, 80 e 90. Período em que as mulheres estavam mais sub representadas no legislativo, situação um pouco diferente do cenário no século XXI. Assim, pode ser que pesquisas que estudem o legislativo com o recorte de gênero tragam em suas análises outras variáveis explicativas como o “gênero” e como ele é influenciado pelas instituições, do que só apenas a variável instituição por si só.

Dentro das três perspectivas teóricas apresentadas, podemos apontar, de acordo com as variáveis independentes e dependentes construídas nessa pesquisa que a perspectiva que melhor enquadra o objeto e a temática em questão é a visão partidária. Isso ocorre, na medida em que uma das variáveis explicativas para essa pesquisa é a possibilidade de aumento de produção legislativa e de maior poder de transformar proposições legislativas em normas jurídicas de acordo com a ideologia do partido.

No entanto, podemos observar, por meio da visão distributivista, não só o trabalho das deputadas nas comissões, mas verificar se as deputadas produzem para um determinado nicho de forma individualista como aponta a teoria distributivista, ou um olhar sistêmico por meio de apresentação de matérias legislativas que beneficiem o grupo ‘mulheres’. Mulheres agindo conjuntamente para atingir objetivos comuns.

### 3.2 O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: AS DIFERENTES ABORDAGENS DE ESTUDO

Essa seção do segundo capítulo busca apresentar a teoria sobre o presidencialismo de coalizão e como ela ajuda a compreender o trabalho legislativo dos e das parlamentares brasileiro(a)s. Por isso, apresenta-se tanto as visões negativas e as positivas sobre o presidencialismo de coalizão, e como diferentes autores abordam essa temática.

As principais referências teóricas sobre os estudos sobre a teoria do Presidencialismo de Coalizão segundo Silva (2007, p.4) são os textos de Amorim Neto, Santos, Anastásia, Melo Figueiredo, Limongi, Pereira e Mueller. Os estudos desses autores são citados em larga escala tanto nacionalmente como internacionalmente.

O primeiro referencial teórico sobre o Presidencialismo de Coalizão é do Sérgio Abranches (1988) em seu artigo *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*, texto no qual o autor cunha o termo *Presidencialismo de Coalizão*. Ele aborda a importância de compreender as características no arranjo institucional brasileiro que são únicas do Brasil. Na sua perspectiva, o Estado brasileiro possui sua própria dinâmica e por isso, se faz necessário compreendê-la levando em conta as suas peculiaridades (ABRANCHES, 1988).

É visto que outros estudos apontam a opção do presidencialismo como irresponsável, como é visto nas pesquisas realizadas na década de 70 sobre formas de governo. O foco analítico delas é o presidencialismo presente na América Latina e quais os resultados que a utilização dessa forma de governo traria aos Estados que lhes adotassem como sistema de governo (SILVA, 2007). Assim, o que se observou com esses estudos é que era possível encontrar os autores que viam o presidencialismo como algo negativo para a estabilidade política, como Linz (1991).

Outra abordagem negativa a respeito do presidencialismo nos países latino-americanos é que a instabilidade não é apenas pelos países adotarem esse sistema de governo, mas também pela junção de sistema proporcional e o multipartidarismo. Devido ao fato de haver vários partidos, o presidente não consegue formar uma maioria dentro do Congresso, tendo como consequência a adoção de grandes coalizões e patronagem. A coalizão formada no presidencialismo cria uma paralisia no governo com altos índices de instabilidade e debilita ao poder do presidente (MAINWARING, 2001). O que se observa é que a junção de presidencialismo com sistema proporcional e multipartidarismo é responsável por o que se chama de crises de governabilidade (MAINWARING; SHUGART, 1997).

A governabilidade pode ser entendida como uma condição institucional, na qual é possível que haja o exercício do poder por parte do presidente. Nesse sentido, há certas características presentes no exercício do poder que garantem essa governabilidade, tendo como exemplo a relação entre o Executivo e o Legislativo, ou como ocorre a intermediação de interesses dos diversos atores, e a forma de governo presente no país (CASTRO SANTOS, 1997).

É possível entender a governabilidade também tanto pela maneira em que o Estado funciona como exemplo se a máquina administrativa é eficaz, e como é realizado o controle

dessa máquina. A governabilidade também pode ser entendida pelo viés político-institucional por meio do processo decisório, da relação entre o Executivo e o Legislativo, o sistema eleitoral, o sistema partidário e se as políticas governamentais são construídas junto da interação público ou privado ou não (CASTRO SANTOS, 1997). Dependendo de como o Estado está organizado, ele pode sofrer crises de governabilidade apresentadas por Mainwaring e Shugart (1997).

A análise de instabilidade política presente nos países que adotam o presidencialismo junto com sistema eleitoral proporcional e multipartidarismo é contraposta por outras análises teóricas. Encontram-se outras abordagens que apontam que o problema de instabilidade é fruto de como se organiza

Algumas instituições que são de extrema importância para o melhor funcionamento das democracias presidencialistas, as quais sejam: o Executivo e o Legislativo. Inclusive tomando como referência, a importância dos mecanismos de separação de poderes e de *checks and balance* (SANTOS, 2007, p.4).

Um ponto que diverge nas primeiras análises sobre Presidencialismo de Coalizão com as que vieram depois é não só analisar a relação entre as diferentes variáveis (multipartidarismo, sistema proporcional e sistema de governo ) que levam a estabilidade ou a instabilidade que era apontada por Abranches (1988), mas é necessário entender como funcionam internamente esses mecanismos institucionais, pois são eles que fazem as diferentes variáveis funcionarem e existirem no sistema político brasileiro (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Entender quais são as prerrogativas que o Presidente possui foi uma fonte teórica de análise do presidencialismo de coalizão, assim como comparar essas prerrogativas em diferentes sequências históricas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Outro ponto é entender como funciona o congresso, sendo essa perspectiva uma abordagem que vai de encontro com a proposta desse trabalho, visto que se procura entender qual é a atuação das deputadas federais, e os resultados dessa atuação pode ser entendida pelas prerrogativas que o presidente detém e como isso influencia no funcionamento do Congresso, visto que os parlamentares têm uma alta produção legislativa, mas aprovam poucas proposições enviadas.

Os estudos sobre o processo decisório apontado por Limongi e Figueiredo (1999) apresentam que a preponderância do Executivo na esfera de atuação legislativa presente na Carta de 1988 foi apenas uma continuidade do que já era visto durante a ditadura militar. Nesse sentido, os líderes partidários assim como o presidente só aumentaram seus poderes após a Constituição de 1988. O partido tem um papel fundamental no processo de organização do legislativo, e o fato do presidente legislar faz com que se amplie o poder de agenda do próprio



presidente, podendo assim restringir o poder de agenda dos legisladores (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1999).

A próxima seção do trabalho apontará como se constrói a agenda dentro do congresso e o poder de agenda que os deputados e deputadas possuem.

### 3.3 O PODER DE AGENDA DOS E DAS DEPUTADO(A)S FEDERAIS

Uma das batalhas mais vistas no parlamento é sobre a agenda política. Uma pergunta presente é: quais problemas são os mais importantes e merecem receber ações governamentais? Pensando na atuação das parlamentares na Inglaterra aponta-se que as prioridades são nas questões que envolvem mulheres, crianças e família. As mulheres têm interesses distintos em uma gama ampla de problemas como, por exemplo, desalojamento, transporte público e crime. Além disso, as mulheres produzem uma política mais suave e gentil, usando mais a cooperação do que o conflito. Observa-se que a colaboração está acima da hierarquia. Além disso, para as parlamentares a honestidade é maior que a corrupção (NORRIS, 1996).

Analisando a atuação das deputadas brasileiras e quais podem ser suas possíveis agendas, pode-se refletir sobre: Como se constrói a agenda? Quem constrói essa agenda? Caso seja em grande parte realizada pelo poder Executivo, o que cabe ao Legislativo? O que cabe as deputadas mulheres? É possível falar de uma agenda de *soft politics* destinada as mulheres só pela construção social dos papéis de gênero?

Não é possível desenvolver e responder essas perguntas de uma forma satisfatória, mas é possível apresentar como a literatura entende a agenda, e com isso construir argumentações com recorte de gênero sobre o poder de agenda.

Pensar sobre o que entra como agenda é analisar quais assuntos os parlamentares ou mesmo presidentes passam a considerar como relevantes. Entender o porquê das pessoas dedicarem seu tempo há um assunto e não a outro. Refletir sobre a mudança da agenda e como ela é filtrada mesmo tendo um repertório de alternativas. O que é notado pelos estudos é que os modelos de políticas públicas não surgem apenas de decisões finais, mas também de propostas que são lançadas e outras que nunca são levadas a sério (KINGDON, 2007).

É necessário entender o que a literatura compreende como agenda. Sobre essa perspectiva, uma interpretação é que a agenda se refere:

Uma lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estritamente associadas às autoridades (...) Dentro dos possíveis temas ou problemas



que o governo poderia dedicar sua atenção, eles se concentram em alguns e não em outros. Assim, o processo de estabelecimento de agenda reduz o conjunto de temas possíveis a um conjunto menor, que de fato se torna tema de atenção. Queremos compreender não apenas porquê a agenda é composta dessa forma em um certo momento, mas também como e por que ela muda de um momento para o outro. (KINGDON, 2007, p.222).

Nota-se que o autor se refere ao governo, ou seja, a como o Executivo junto com a sua base escolhe dentro de uma gama de assuntos o que lhe parece mais interessante ser discutido. A construção da agenda é entendida por Abranches, um autor brasileiro, como a última fase do processo de formação das coalizões. Primeiro é no período eleitoral, depois quando o presidente é eleito com a composição do governo formado, e por fim quando a agenda política é construída são observadas as alianças formadas eleitoralmente que geraram a composição de governo, e se elas conseguirão construir uma agenda conjunta (ABRANCHES, 1988).

A agenda só se constrói por meio de uma parceria entre o Executivo e o Legislativo no período anterior a própria entrada no poder. Outro ponto é que há tanto a agenda de governo quanto a agenda de decisão (KINGDON, 2007).

Sobre a diferença entre a agenda de governo e de decisões argumenta-se que a agenda de governo é uma lista de temas que recebem atenção do governo. Há a agenda dos itens mais importantes como exemplo as questões orçamentarias, economia etc. Também há a agenda mais especializada como na área da saúde ou dos transportes. Entende-se que a agenda de governo são os temas que recebem atenção do governo, e a agenda de decisão são os temas de interesse do governo que são levados para a decisão. Por isso, há temas que fazem parte da agenda de governo que não se tornam agenda de decisão (KINGDON, 2007).

A formação de uma agenda ocorre por meio de 3 processos: problema, participantes e as políticas visíveis. O primeiro deles é pela forma como o problema é posto, por exemplo, apresentar indicadores que mostram que determinado assunto deve se tornar uma agenda devido a complexidade daquele problema. Os participantes podem ser atores visíveis como presidente, figuras importantes do Congresso, partidos políticos, mídia. Os atores invisíveis, que também são participantes, são os acadêmicos e burocratas de carreira. Quem define a agenda são os atores visíveis e quem define as alternativas são os atores invisíveis (KINGDON, 2007).

Assim uma questão surge: Como as alternativas são filtradas? Por meio de dois processos, sendo eles: 1- dinâmica própria das políticas públicas; 2-envolvimento dos participantes invisíveis (especialistas nas áreas dessas políticas) (KINGDON, 2007).

As políticas visíveis ocorrem por meio da janela de oportunidades. Sobre as janelas de oportunidades, podemos defini-las como oportunidades que defensores de uma causa

reconhecem como soluções a determinados problemas. As propostas de solução estão sempre prontas aguardando a oportunidade para serem postas. As janelas abertas são raras, deve se esperar outro momento se acaso se perder aquela determinada oportunidade. Essas janelas ocorrem por dinâmicas da política e por dinâmicas dos problemas. Um momento no qual essa janela pode aparecer é na eleição com a formação de novos políticos, visto que novas pautas para solucionar problemas antigos ou novos problemas podem aparecer (KINGODN, 2007).

É na formulação de uma agenda que é possível observar a estabilidade ou a instabilidade da coalizão. Há coalizões com alto grau de fracionalização em que o presidente apresenta maior liberdade de construção de uma agenda. Essa força do presidente é fruto da manipulação que o presidente consegue ter dos seus aliados. Caso o partido do presidente não possua a maioria do Congresso, o mesmo pode se tornar prisioneiro da própria coalizão (ABRANCHES, 1988).

O poder de agenda do Executivo como apresentado na seção anterior é devido a ampliação das prerrogativas do mesmo a partir Carta de 1988. Durante a ditadura, o Executivo já detinha grandes prerrogativas institucionais, o que apenas se fortaleceu com a nova Constituição. Essas prerrogativas significam um maior poder de agenda. O que isso quer dizer, é que o Executivo determina o que é posto como conteúdo no Congresso Nacional, bem como o *timing* de quando é apresentado (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1999).

Essa atribuição do Executivo nas tarefas do legislativo altera a lógica da separação dos poderes que é comum em sistemas presidencialistas. Há algumas prerrogativas que se tornam exclusivas do Executivo como o orçamento, administração pública, poder de editar decretos provisórios e medidas provisórias, como é formatado a composição dos ministérios. Essas atividades de exclusividade do Executivo são observadas no Brasil (SILVA, 2007).

O controle do Executivo sobre certas atividades pode ser entendido como uma maneira de legitimar seus privilégios sobre o Legislativo, não ocorrendo a negociação entre os dois poderes, já que um se sobrepõem ao outro (SHUGART; CAREY, 1992). Outra maneira de entender a sobre saliência do Executivo sobre o Legislativo é que com esses poderes o Executivo passa a negociar quais serão as possíveis preferências do Legislativo, ou seja, é necessário ter negociações diferentes do que foi sugerido por Shugart e Carey (1992).

O que se observa é que o Executivo procura fazer o Legislativo cooperar e assim entende-se a importância que o sistema partidário e recursos que não são do legislativo passam a ter nesse processo de negociação (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1999).

A previsibilidade se faz necessária, por isso, a disciplina partidária cumpre um papel fundamental nesse processo, visto que havendo disciplina partidária o Executivo compreenderá de uma melhor maneira como agir nas negociações. Os recursos são distribuídos através dos

partidos, sendo os partidos a conexão na negociação entre o Executivo e o Legislativo (SILVA, 2007).

O poder de agenda pode ser através das estruturas de regras vista na teoria do Neoinstitucionalismo da Escolha Racional. Dentro de uma estrutura organizacional é possível encontrar quem detém o poder de determinar qual agenda será apresentada, assim como é possível saber o que esse ou essa líder poderá fazer e quando ele ou ela poderá realizar (SANTOS; BORGES, 2018). Entende-se que:

Dado um processo decisório qualquer, coletivo, a ser decidido mediante alguma forma de agregação de decisões individuais, quem pode, o que, e quando? O conceito de poder de agenda representa, por conseguinte, a distribuição de poder resultante de uma dada estrutura institucional em contextos de processos decisórios coletivos (SANTOS; BORGES, 2018, p.9).

Na política há dilemas de ação coletiva, e dentro de um cenário apresentado por Cox como “um corpo coletivo que está em estado de natureza” os diferentes atores têm poder para apresentarem suas ideias, em um cenário em que não há regras e as propostas são apresentadas e debatidas em sessões nas quais todos os envolvidos participam. No entanto, pelo fato de não se encontrarem regras é possível prever que o resultado será a construção de decisões não estáveis (COX, 2006).

No estado de natureza dois problemas surgem: escassez de tempo e problemas das maiorias cíclicas. Sobre o primeiro problema é visto que no Estado de natureza as decisões são decididas coletivamente, e todos têm o poder da palavra. O processo de decisão tem um tempo para ser tomado e decidido, por isso as pautas normalmente são congestionadas. Os atores que não conseguiram apresentar as suas pautas tentarão utilizar o veto como uma maneira de colocar a sua pauta em discussão, podendo ter como resultado a paralisia decisória (COX, 2006).

Outra questão é a dificuldade em se formar maiorias simples para decidir a agenda que transforma em política de fato. Arrow (1951) aponta o Teorema da Impossibilidade, o qual é árduo o trabalho de saber qual é a preferência coletiva, já que os indivíduos que participam do processo de decisão ordenam de forma diferente suas preferências, por exemplo, o indivíduo um pode ordenar sua preferência em X,Y,Z já o indivíduo dois em Z,X,Y. Assim, uma alternativa é que não seja possível chegar em uma decisão em conjunto, encontrando dificuldades para achar uma decisão social que seja única e estável (ARROW, 1951).

Outra análise é que cada ponto no espaço é entendido como as diferentes posições dos atores que participam da política. Os atores, por serem seres racionais, buscam as alternativas que lhes trarão maiores benefícios, por meio de uma escala de valores determinada por eles

próprios. O ator que tem o poder de agenda pode escolher a ordem nas quais as alternativas são confrontadas, por isso, o resultado encontrado pode ser do seu interesse (MCKELVEY, 1976).

No estado de natureza as decisões não são estáveis, todavia no mundo real as mesmas são. As regras têm um papel decisivo nessa estabilidade, já que por meio delas há atores que estão no controle do sistema de votações e por estarem nesse controle, não haverá os dilemas apontados por Arrow (1951) e McKelvey (1976). Por isso, entende-se o poder de agenda como “o poder distribuído a determinados atores por um conjunto de regras para que esses atores possam viabilizar e estabilizar processos decisórios realizados via voto.” (SANTOS; BORGES, 2018, p. 11).

As comissões permanentes são exemplos de distribuição de poder de agenda. A descentralização das comissões é responsável pela não paralisia e a estabilidade do funcionamento do legislativo. O porquê disso é devido ao processo de barganha que se encontra nesses espaços. Os principais atores interessados nas proposições que passam nessas comissões estarão geralmente participando desse órgão. Para uma pauta passar da comissão para ir a plenária é preciso conseguir o voto do grupo opositor, por isso, nesse espaço há barganha entre os grupos em busca de apoio (SANTOS, BORGES, 2018).

O modelo partidário é um bom exemplo de quem detém o poder de agenda no Brasil. Delimita-se o modelo partidário a concentração de poder “na liderança de uma maioria parlamentar, na forma de partido ou coalizão de partidos” (SANTOS; BORGES, 2018, p. 13). Há certas proposições que são entendidas como agenda, e certos grupos se beneficiam com o apoio que recebem de forma unificada a elas. Os problemas de ação coletiva são resolvidos quando o poder e as prerrogativas são delegados a um líder partidário.

Existe um processo chamado cartelização da agenda, na qual os partidos ou coalizão decidem quais propostas não serão apresentadas. Nas palavras de Santos e Borges (2018, p. 13) é “a capacidade do partido majoritário afastar políticas contrárias aos seus interesses à deliberação do plenário”. Encontra-se também a teoria do governo partidário condicional, a qual atenta-se ao desempenho que os partidos possuem em aprovar proposições legislativas de seu interesse. O sucesso do partido será maior quando houver maior coesão dentro dessa instituição (SANTOS; BORGES, 2018).

Pelas análises apontadas tanto o Executivo com a sua preponderância na produção legislativa quanto os líderes partidários são alguns dos responsáveis pela construção da agenda. Dada às prerrogativas do Executivo, torna-se relevante pensar qual de fato é o grau de atuação dos legisladores na construção da agenda e na produção legislativa, é refletir sobre até que ponto

as deputadas federais têm uma postura e uma produção diferente da que os legisladores homens possuem. Além disso, é questionar qual de fato é o poder de agenda dessas parlamentares.

Observou-se que a disciplina partidária tem um peso importante na atuação dos parlamentares assim como foi apresentado pela Norris (1996) no caso da Inglaterra, talvez assim como a autora mostrou, as mulheres tenham um poder de agenda sobre a pauta das mulheres. Os líderes partidários constroem agendas, delimitando o que eles acreditam ser relevantes e o que acreditam que não seja. Os resultados da pesquisa podem apresentar uma agenda mais ativa em determinadas temáticas como a questão de gênero ou alguns outros temas sociais. Norris (1996) cita que no caso da Inglaterra as mulheres mais conservadoras tinham mais preponderância de abordar os assuntos sobre mulheres do que os homens progressistas do partido trabalhista. A construção da agenda ‘mulheres’ pode ser decidida, até certo ponto, pelas próprias deputadas federais.

A agenda das deputadas pode ser mais voltada as questões sociais, as *soft politics*, mas pode haver pequenos detalhes como assuntos sobre mulheres que devem ser levados em conta, ou mesmo o que as mulheres produzem para as mulheres enquanto grupo. Há um perfil de mulheres enquadradas na produção legislativa como exemplo projetos voltados apenas para mães ou de violência, ou abarca-se as mudanças estruturais da sociedade sendo apresentados projetos que representem múltiplas formas de ser mulher.

Os resultados da pesquisa podem apontar para um poder de agenda das deputadas ao menos nos projetos voltados a temática de gênero. Pensando na perspectiva de participação das deputadas em comissões de *soft politics* como aponta Busanello e Rehbein (2017), pelo menos em certos temas dentro da temática social, as mesmas conseguem colocar-se como fazedoras dessa agenda no Congresso, quando esse problema se torna agenda.

### 3.4 A ATUAÇÃO DAS DEPUTADAS FEDERAIS 1987-2017

Na parte precedente desse capítulo foram analisadas como as teorias distributivista, partidária e informacional apontam o funcionamento do legislativo brasileiro. Buscou-se analisar cada fonte teórica, tentando observar se alguma delas contribui para as análises dessa pesquisa. Na mesma perspectiva, na seção sobre o Presidencialismo de Coalizão, buscamos apresentar algumas perspectivas para estudar esse fenômeno brasileiro, e na seção sobre poder de agenda foi apresentado quem tem poder de agenda, e como podemos perceber as deputadas federais nesse espaço.

Por isso, é necessária uma última revisão e organização da contextualização do legislativo brasileiro para a abordagem do presente objeto de estudo: “as deputas federais eleitas e as suplentes” dentro do recorte temporal escolhido “de 1987-2017”. O objetivo dessa seção é apresentar uma contextualização histórica das oito legislaturas que cercam essa pesquisa, bem como apontar quais foram as deputadas eleitas nesses 31 anos.

O período no qual foram eleitas as deputadas para a legislatura 1987-1990 foi marcado por grandes debates na Câmara Federal. Naquela eleição foram eleitas 27 mulheres para o cargo de deputadas federais, sendo que em 1982 havia sido criado, através de um grupo de feministas, um órgão que tinha como objetivo defender o interesse das mulheres a partir da implementação de políticas públicas. Criou-se esse órgão em Minas Gerais e São Paulo chamado de Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Brasil (AZEVEDO; RABAT, 2011).

A partir da criação dos dois órgãos debateu-se a criação de um órgão federal chamado Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, gozando de autonomia financeira e administrativa em 1985 durante o Governo Sarney. As mobilizações organizadas pela CNDM nas comissões da Câmara no período da Constituinte deram um apelido pejorativo ao órgão “Lobby do Batom”. É importante salientar que essa crítica midiática a atuação ativa das mulheres deputadas (e não deputadas) na Câmara não foi responsável pelo fim da luta das mulheres, mas sim pela continuidade da militância política das mesmas.

#### Sobre as articulações feitas pelas deputadas da CNDM

Assim, essas conselheiras e a equipe do CNDM estiveram presentes em diversas etapas do processo constitucional- nas subcomissões, nas comissões temáticas e na apresentação de emenda. Elas também mantiveram um intenso diálogo com os diversos grupos de mulheres e feministas; desse modo, articuladas e em permanente vigília, conseguiram garantir 85% das reivindicações das mulheres encaminhadas aos constituintes no novo texto constitucional (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.156)

Percebe-se que as deputadas federais foram grandes articuladoras no período da constituinte. Azevedo e Rabat (2011, p. 122) retratam essa autonomia e importância na articulação das deputadas federais quando citam que “O texto constitucional, em muitos dispositivos, mostrou que a bancada de mulheres na Câmara dos Deputados não tinha apenas um peso simbólico, mas produzia efeitos legislativos práticos”. Sobre quem foram as deputadas eleitas para a legislatura 1987-1990 pode-se observar no Quadro 3 que foram eleitas 27 parlamentares.

DEPUTADAS ELEITAS								
Abigail Feitosa (BA)	Bete Mendes (SP)	Elizabeth Azize (AM)	Lídice da Mata (BA)	Márcia Cibilis (RJ)	Maria Lúcia Melo de Araújo (AC)	Myriam Portella (PI)	Rita Camata (ES)	Sadie Hauache (AM)
Anna Rattes (RJ)	Cristina Tavares (PE)	Eunice Michiles (AM)	Lúcia Braga (PB)	Márcia Kubistscheck (DF)	Marluce Pinto (RR)	Raquel Cândido (RO)	Rita Furtado (RO)	Sandra Cavalcanti (RJ)
Benedita da Silva (RJ)	Dirce Quadros (SP)	Irma Passoni (SP)	Lúcia Vânia (GO)	Maria de Lourdes Abadia (DF)	Moema São Tiago (CE)	Raquel Capiberibe (AP)	Rose de Freitas (ES)	Vilma de Faria (RN)

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

### Sobre o Lobby do Batom, a socióloga Jacqueline Pitanguy apresenta que

Foi um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática (...) Circulávamos pelo Congresso Nacional, de gabinete em gabinete, incorporadas a este fluxo de pessoas representando as mais variadas expressões de 21 anos de um regime totalitário, tinha o compromisso histórico de restaurar os alicerces legais da democracia, da justiça social e da igualdade de gênero, raça e etnia. Lembro-me com nitidez deste caminhar político e da sensação de que estávamos participando, como protagonistas, de um momento histórico” (PITANGUY *apud* AZEVEDO; RABAT, 2011, p.130).

Uma análise feita por Rabay e Carvalho (2011) aponta que na eleição de 1986 para a legislatura 1987-1990, não foram eleitas mulheres feministas e não foram eleitas um número considerável de mulheres que pudessem trazer mudanças profundas, todavia com o *lobby* do batom ocorreu diversos avanços na agenda de gênero como pela capacidade de articulação desse movimento que estava se formando.

A legislatura de 1991-1994 se enquadra em um período em que ONU promoveu encontros importantes sobre o direito das mulheres como a Conferência Mundial de Direitos Humanos, na qual foi criada a Declaração sobre a Violência contra Mulher. Nesse período, 30 mulheres foram eleitas deputadas federais, e alguma delas incorporavam como agenda a pauta das mulheres como a CPI criada para investigar a violência de gênero tendo a deputada Etevalda Menezes como relatora.

Quadro 5- Deputadas eleitas na legislatura 1991-1994

DEPUTADAS ELEITAS
-------------------



Adelaide Neri (AC)	Elizabeth Azize (AM)	Jandira Feghali (RJ)	Maria Laura Sales Pinheiro (DF)	Regina Gordilho (RJ)	Sandra Starling (MG)
Ângela Amin (SC)	Etevalda Menezes (ES)	Luci Choinacki (SC)	Maria Luiza Fontonele (CE)	Rita Camata (ES)	Socorro Gomes (PA)
Benedita da Silva (RJ)	Eurides Brito (DF)	Lúcia Braga (PB)	Maria Valadão (GO)	Rose de Freitas (ES)	Teresa Surita (RR)
Célia Mendes (AC)	Fátima Pelaes (AP)	Lúcia Vânia (GO)	Marilu Segatto (MS)	Roseana Sarney (MA)	Wanda Mendes Reis (RJ)
Cidinha Campos (RJ)	Irma Passoni (SP)	Márcia Cibilis (RJ)	Raquel Cândido (RO)	Sandra Cavalcanti (RJ)	Zila Bezerra (AC)

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

Na legislatura 1995-1998 foram eleitas 42 deputadas federais. Nesse período a lei de cotas para mulheres nas eleições foi aprovada (Lei n. 9100), tendo como um dos motivos para isso, o questionamento de grupos de feministas a respeito da sub-representação feminina (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Além disso, houve a Conferência de Pequim (IV Conferência Mundial da Mulher) na qual teve repercussão nos debates da Câmara Federal. Nessa legislatura quase todas as deputadas federais eleitas tinham Ensino Médio ou Superior, e 17 das 42 deputadas declararam como sua profissão serem professoras. Boa parte das parlamentares eleitas na 50ª legislatura é da área da educação (CASTRO, 2007).

Nessa legislatura a bancada feminina apresentou 300 projetos de lei, e conseguiu aprovar três. Desses 300 projetos, apenas 34 se relacionavam ao direito das mulheres. Os três projetos aprovados se referem a licença maternidade a adotante, benefício as mulheres vítimas de câncer e direito de queixa a mulher (CASTRO, 2007). No ano de 1998 a senadora Benedita da Silva, presidiu uma sessão no Congresso Nacional, entrando para a história do Brasil como a primeira mulher a conseguir esse feito (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Quadro 6- Deputadas eleitas na legislatura 1995-1998

DEPUTADAS ELEITAS						
Adelaide Neri (AC)	Célia Mendes (AC)	Etevalda Grassi de Menezes (ES)	Marcia Cibilis Viana (RJ)	Marilu Guimarães (MS)	Raquel Capiberibe (AP)	Telma de Souza (SP)
Alcione Athayde (RJ)	Cidinha Campos (RJ)	Fátima Pelaes (AP)	Márcia Marinho (MA)	Marinha Rauff (RO)	Regina Lino (AC)	Teté Bezerra (MT)
Alzira Ewerton (AM)	Dalila Figueiredo (PSDB)	Jandira Feghali (RJ)	Maria da Conceição Tavares (RJ)	Marisa Serrano (MS)	Rita Camata (ES)	Vanessa Felipe (RJ)



Ana Catarina (RN)	Dolores Nunes (TO)	Joana D'Arc (MG)	Maria Elvira (MG)	Marta Suplicy (SP)	Sandra Starling (MG)	Yeda Crusius (RS)
Ana Júlia (PA)	Elcione Barbalho (PA)	Laura Carneiro (RJ)	Maria Laura (DF)	Nair Xavier Lobo (GO)	Simara Ellery (BA)	Zila Bezerra (AC)
Ceci Cunha (AL)	Esther Grossi (RS)	Lídia Quinan (GO)	Maria Valadão (GO)	Odaísa Fernandes (RO)	Socorro Gomes (PA)	Zulaiê Cobra (SP)

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

Apesar dos avanços com a institucionalização da bancada feminina e a lei de cotas que procurava uma maior representação de mulheres nas eleições proporcionais, no pleito de 1998 observou-se uma diminuição no número de mulheres eleitas, visto que foram eleitas 34 deputadas federais (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Para Azevedo e Rabat (2011) a institucionalização da bancada feminina só ocorreu no começo do século XXI, visto que nesse período foi criada a Procuradoria da Mulher e a representação da bancada feminina nas reuniões de líderes, as quais são importantes, pois definem as pautas que estarão presentes na Câmara, ou seja, é ali que é definida a agenda. Quem coordenava a bancada feminina nesse período era a deputada Iara Bernardi do PT de São Paulo.

Nas eleições de 2002, 558 mulheres disputaram as 513 cadeiras presentes para o cargo de deputado(a) federal, já a quantidade de homens que disputaram cadeiras foi de 4.083 (AZEVEDO; RABAT, 2011). Na legislatura 2003-2006, 47 mulheres foram eleitas deputadas federais e oito para o Senado, sendo considerado um aumento no número de mulheres que compunham as cadeiras, mas não pode-se dizer que foi uma mudança com grandes significações (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Quadro 7- Deputadas eleitas na legislatura 1999-2002

DEPUTADAS ELEITAS				
Alcione Athayde (RJ)	Elcione Barbalho (PA)	Luci Choinacki (SC)	Marinha Rauff (RO)	Telma de Souza (SP)
Almerinda de Carvalho (RJ)	Esther Grossi (RS)	Luiza Erundina (SP)	Marisa Serrano (MS)	Tête Bezerra (MT)
Ana Catarina Lyra Alves (RN)	Fátima Pelaes (AP)	Lydia Quinan (GO)	Miriam Reid (RJ)	Vanessa Grazziotin (AM)

Ana Corso (RS)	Iara Bernardi (SP)	Maria de Lourdes Abadia (DF)	Nair Xavier Lobo (GO)	Yeda Crusius (RS)
Angela Guadagnin (SP)	Jandira Feghali (RJ)	Maria do Carmo Lara (MG)	Nice Lobão (MA)	Zilda Bezerra (AC)
Ceci Cunha (AL)	Laura Carneiro (RJ)	Maria Elvira (MG)	Rita Camata (ES)	Zulaiê Cobra (SP)
Celcita Pinheiro (MT)	Lúcia Vânia (GO)	(Maria Lúcia Cardoso (MG)	Rose de Freitas (ES)	-

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

A respeito do desequilíbrio no número de candidaturas de homens e mulheres é visto que “as mulheres disputam as eleições em aproximadamente dezoito estados, mas apenas no Distrito Federal se igualam em número com os homens” (SCHUMAHHER; CEVA, 2015, p.297).

Apesar do dado negativo, nesse período em que o ex-presidente Lula foi eleito, criaram-se duas secretarias com *status* de ministério que serviam como interlocutor entre a relação do Estado com a sociedade civil, impactando diretamente na agenda de gênero e na agenda racial. Foram criadas: Secretaria de Políticas para as Mulheres- SPM/PR e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – Seppir (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

No ano de 2004 apenas duas mulheres assumiram prefeituras de capitais: em Fortaleza a Luizianne Lins e em Boa Vista a Teresa Surita. No entanto, houve um aumento no número de mulheres que assumiram pastas ministeriais: Marina Silva no Ministério do Meio-Ambiente, Matilde Ribeiro de Assistência Social, Benedita da Silva no Ministério de Assistência e Promoção Social, Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil. É visto que a ocupação ministerial nesse período seguiu a mesma lógica de temas *soft* ou *middle* das comissões em que as deputadas se encontram presentes (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

Quadro 8- Deputadas eleitas na legislatura 2003-2006

DEPUTADAS ELEITAS					
Alice Portugal (BA)	Denise Frossard (RJ)	Janete Capiberibe (AP)	Maria do Carmo Lara (MG)	Perpétua Almeida (AC)	Thelma de Oliveira (MT)
Almerinda de Carvalho (RJ)	Edna Macedo (SP)	Kátia Abreu (TO)	Maria do Rosário Nunes (RS)	Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira (GO)	Vanessa Grazziotin (AM)
Ana Alencar (TO)	Elaine Carvalho Costa (RJ)	Kelly Moraes (RS)	Maria Helena Veronese (RR)	Rose de Freitas (ES)	Yeda Rorato Crusius (RS)

Ana Guerra (MG)	Fátima Bezerra (RN)	Laura Carneiro (RJ)	Maria Lúcia Netto dos Santos (RJ)	Sandra Rosado (RN)	Zelinda Novaes e Silva Jarske (BA)
Angela Guadagnin (SP)	Francisca Trindade (PI)	Luci Choinacki (SC)	Maria Lúcia Cardoso (MG)	Selma Schons (PR)	Zulaiê Cobra Ribeiro (SP).
Antonia Lúcia Braga (PB)	Iara Bernardi (SP)	Luciana Genro (RS)	Marinha Rauff (RO)	Suely Campos (RR)	-
<b>Celcita Pinheiro (MT)</b>	Iriny Lopes (ES)	Luiza Erundina (SP)	Neyde Aparecida da Silva (GO)	Telma de Souza (SP)	-
<b>Clair de Flora Martins (PR)</b>	Jandira Feghali (RJ)	Maninha (DF)	Nice Lobão (MA)	Terezinha das Neves Pereira (MA)	-

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

No que se refere ao panorama geral de eleições femininas de 2006, Rabay e Carvalho (2011, p.89) apontam que

Nas eleições para a Câmara Federal, de 2006, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), candidataram-se em todo o país 2.498 mulheres: duas à Presidência, 26 aos Governos Estaduais, 35 ao Senado, 652 à Câmara Federal e 1.783 às Assembleias Legislativas. Destas, apenas 176 mulheres foram eleitas: três governadoras, quatro senadoras, 46 deputadas federais e 123 deputadas estaduais/distritais.

Como apresentado por Ray e Carvalho (2011) foram eleitas 46 deputadas federais em um universo de 2.498 mulheres inscritas como concorrentes ao cargo. A coordenação da bancada feminina na legislatura de 2007-2010 esteve a cargo da deputada Luiza Erundina do PSB, e a parlamentar nos atributos do seu cargo criou um sistema de reuniões internas da Bancada, assim como o regimento interno do órgão, nota-se que se trata de ações que buscam a maior institucionalização da instituição (RAY; CARVALHO, 2011).

O ano de 2006 foi importante na conquista de direitos para as mulheres, já que naquele momento entrava em vigor a Lei n. 11.340 de agosto de 2006, chamada Lei Maria da Penha. Em 2007 foi criado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que era uma agenda social do governo federal para construir ações em conjunto entre o governo federal, os estados e os municípios brasileiros (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Quadro 9- Deputadas eleitas na legislatura 2007-2010

<b>DEPUTADAS ELEITAS</b>
--------------------------

Alice Portugal (BA)	Cida Diogo (RJ)	Íris Rezende Machado (GO)	Luiza Erundina (SP)	Nice Lobão (MA)	Solange Almeida (RJ)
Aline Corrêa (SP)	Dalva Figueiredo (AP)	Janete Capiberibi (AP)	Manuela D'Ávila (RS)	Nilmar Ruiz (TO)	Solange Amaral (RJ)
Ana Arraes (PE)	Elcione Barbalho (PA)	Janete Rocha Pietá (SP)	Maria do Carmo Lara (MG)	Perpétua Almeida (AC)	Sueli Vidigal (ES)
Andreia Zito (RJ)	Emília Fernandes (RS)	Jô Moraes (MG)	Maria do Rosário Nunes (RS)	Raquel Teixeira (GO)	Suely Santana da Silva (RJ)
Ângela Amin (SC)	Fátima Bezerra (RN)	Jusmari Oliveira (BA)	Maria Helena Veronese (RR)	Rebecca Garcia (AM)	Thelma de Oliveira (MT)
Ângela Portela (RR)	Fátima Lúcia Pelaes (AP)	Lucenira Pimentel (AP)	Maria Lúcia Cardoso (MG)	Rita Camata (ES)	Tonha Magalhães (BA)
Ann Pontes (PA)	Gorete Pereira (CE)	Luciana Costa (SP)	Marina Maggessi (RJ)	Rose de Freitas (ES)	Vanessa Grazziotin (AM)
Bel Mesquita (PA)	Iriny Lopes (ES)	Luciana Genro (RS)	Marinha Rauff (RO)	Sandra Rosado (RN)	

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

No ano de 2007 a bancada feminina criou na semana da mulher em março pauta especial, visto que projetos de autorias de mulheres sobre temas referentes as mulheres foram apresentadas (MELO, 2007). É visto que essa atitude da bancada feminina tem a intenção de colocar a agenda da mulher feita por mulheres para entrarem em discussões mesmo que seja apenas em um determinado período.

A coordenação da bancada feminina ficou com a Alice Portugal do PCdoB da Bahia entre 2009 e 2010. Nesse período os avanços feitos foram

Aprovação da minirreforma política, Lei 12.034/09, que garante que as legendas componham as chapas com 30% das vagas, além da obrigatoriedade de os partidos destinarem 5% do fundo partidário para a capacitação de lideranças femininas e a garantia de 10% do tempo das inserções anuais das legendas na rádio e na TV reservados para as mulheres (AZEVEDO; RABAT, 2011, p.238)

Alice Portugal deu ênfase na necessidade de colocar temas de gênero de forma transversal a outros temas como economia, reforma política e as alterações no código penal na C.F. Além disso, a parlamentar defendeu quando esteve no cargo a maior representação feminina na Mesa Diretora (AZEVEDO; RABAT, 2011). Pelo posicionamento da parlamentar pode-se observar a importância dos cargos-chaves para as mulheres que atuam no legislativo. A questão da participação da mulher na política ultrapassa a entrada dela nos espaços de poder, é preciso observar como incluí-las de forma mais abrangente nas discussões para terem maior capacidade de aprovação de normas legislativas.

No ano de 2009 foi criada a Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados, a qual recebe e faz o encaminhamento de questões vindas da sociedade como denúncias. Tem como objetivo discutir proposições legislativas e políticas públicas que asseguram direitos que as mulheres já possuem e buscam manter (BRASIL, 2011). Nesse ano foi criado também o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero que possui como meta fazer com que o Estado brasileiro cumpra com objetivos de igualdade de gênero, promovendo a disseminação de informações sobre a desigualdade de gênero e sobre quais são os direitos que as mulheres têm (AZEVEDO; RABAT, 2011).

Um ano após a criação de dois órgãos importantes voltados a questão de gênero, tivemos como um dos resultados das eleições de 2010 a entrada da primeira presidenta mulher na história do Brasil, sendo que nessa eleição duas mulheres concorreram ao cargo de presidenta: Dilma Rousseff (eleita presidenta) e Marina Silva. Dilma Rousseff ganhou a eleição no segundo turno contra o PSDB com 56,05% dos votos válidos (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

No cenário do legislativo federal (C.F) tivemos 1.007 mulheres candidatas a deputadas federais, e dessas 45 conseguiram ser eleitas, correspondendo a uma porcentagem de 8,77% da Câmara. Até o ano de 2010, já fazia 80 anos que as mulheres haviam conquistado sua cidadania a partir do direito ao voto, todavia apenas 175 mulheres haviam sido eleitas. A entrada da primeira presidenta alterou o *status quo* até então presente, visto que 9 mulheres foram indicadas para preencher cargos ministeriais. No ano de 2011, foi eleita a primeira mulher ao cargo de vice-presidenta da mesa, Rose de Freitas – PMDB<sup>13</sup>. E a presidência da Petrobrás esteve pela primeira vez com uma mulher também, a Graça Foster (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

A deputada Manuela D'Ávila em 2001 assumiu a presidência da comissão de Direitos Humanos e Minoria, a Fátima Bezerra assumiu a presidência da comissão de Educação. Nesse mesmo ano a Dilma Rousseff foi a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, até outubro de 2011 a bancada feminina apresentou 300 proposições legislativas com temas como salário maternidade, educação ambiental, legislação eleitoral e partidária (AZEVEDO; RABAT, 2011).

---

<sup>13</sup> “Antes de conceder a palavra aos oradores, não posso deixar de registrar a honra que me coube, após disputa interna do meu partido e de votação no plenário nesta Casa, de ser a primeira mulher a tomar posse na Mesa Diretora como 1ª vice-presidenta do Congresso Nacional. Sei das responsabilidades que assumi perante essa Casa, sei também que represento a luta de inúmeras mulheres do país, mulheres com ou sem mandato, que aqui estiveram, e que por aqui passaram e outras que ainda virão e que estão em vários segmentos da sociedade, na economia, na política, nos movimentos sociais (...)” (DIÁRIO DA CÂMARA, 2011, p. 3201). Discurso da deputada Rose de Freitas.

Percebe-se que as deputadas que fizeram parte de presidente de comissões são as comissões voltadas aos temas *soft*. Há a delegação de maneira mais abrangente às deputadas a atuação nessas comissões de cunho social. E mesmo os temas apresentados pela bancada feminina são *soft politics* também.

Sobre a última legislatura 2015-2018 que corresponde a 55ª legislatura, lembrando que a análise de dados dessa pesquisa se refere a 2015, 2016 e 2017, vemos que 51 deputadas foram eleitas. Da legislatura de 2010-2014 em que foram eleitas 45 deputadas para essa que foram eleitas 51 deputadas a porcentagem geral no número de deputados passou de 8,8% para 9,9%.

A respeito desse pequeno aumento de uma legislatura para outra, mesmo com a reeleição da ex-presidenta Dilma Rouseff, uma mulher, Jô Moraes do PCdoB de Minas Gerais diz que “É um resultado decepcionante. Ele mostra que a política de inclusão das mulheres nas instâncias de poder está fadada ao fracasso, está falida”. Outra questão apontada pela parlamentar reeleita para a 55ª legislatura é que é necessário fazer uma reforma política e que as cotas não garantiram o acesso das mulheres ao parlamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Quadro 10 – Deputadas eleitas na legislatura 2011-2014

DEPUTADAS ELEITAS				
Alice Portugal (BA)	Dalva Figueiredo (AP)	Íris Rezende Machado (GO)	Luci Teresinha Choinacki (SC)	Perpétua Almeida (AC)
Aline Corrêa (SP)	Elcione Barbalho (PA)	Jandira Feghali (RJ)	Luciana Santos (PE)	Professora Dorinha (TO)
Ana Arraes (PE)	Erika Kokay (DF)	Janete Capiberibe (AP)	Luiza Erundina (SP)	Rebecca Garcia (AM)
Andréa Zito (RJ)	Fátima Bezerra (RN)	Janete Rocha Pietá (SP)	Manuela D'Ávila (RS)	Rosane Ferreira (PR)
Antonia Lúcia (AC)	Fátima Pelaes (AP)	Jaqueline Roriz (DF)	Mara Gabrielli (SP)	Rose de Freitas (ES)
Benedita da Silva (RJ)	Flávia Moraes (GO)	Jô Moraes (MG)	Marcivania da Rocha (AP)	Rosinha de Adefal (AL)
Bruna Furlan (SP)	Gorete Pereira (CE)	Keiko Ota (SP)	Marinha Raupp (RO)	Sandra Rosado (RN)
Célia Rocha (AL)	Iracema Portella (PI)	Lauriete (ES)	Nice Lobão (MA)	Sueli Vidigal (ES)
Cida Borghetti (PR)	Iriny Lopes (ES)	Liliam Sá (RJ)	Nilda Gondim (PB)	Teresa Surita (RR)

Fonte: Quadro criado pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

Dentro dos dados encontrados nessa pesquisa que serão destrinchados na próxima seção criou-se a categoria de temas de proposições apresentadas “Político”. Sobre essa categorização foi possível observar que as mulheres produzem projetos voltados a temática de maior inclusão de mulheres nos espaços políticos como apontou a deputada Jô Moraes.

Das 4.661 proposições legislativas apresentadas, 152 delas foram classificadas como tema político. E dentro dos temas voltados a temática de gênero apresentados pelas deputadas federais que foram 401 projetos, 28 se enquadraram na categoria participação política das mulheres criadas pela autora da pesquisa. Desses 28 voltados a maior participação da mulher na política, apenas um foi aprovado. Podemos pensar que as mulheres produzem pouco sobre a participação da mulher na política e aprovam menos ainda. Há um interesse secundário na temática que lhes beneficia enquanto grupo de parlamentares, já que essas proposições legislativas aprovadas lhes garantiriam maior participação na política por exemplo. Assim, percebemos que a fala da Jô Moraes sobre a indignação no número de mulheres eleitas na 55<sup>a</sup>



legislatura é verdadeira, já que as parlamentares não conseguem transformar em norma jurídica as proposições legislativas que influenciam o seu próprio trabalho.

Tabela 1- Deputadas federais que atuam em frentes parlamentares e tipo de temática da frente parlamentar

Nome da deputada	Frente parlamentar	Soft, middle ou hard politic
Bruna Furlan	Frente Parlamentar de Proteção a Dados Pessoais	Middle politic
Soraya Santos	Frente Parlamentar em Defesa da Construção Naval e Conteúdo	Hard politic
Erika Kokai	<u>Frente Parlamentar em Defesa da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) 100% Pública</u>	Hard politic
	Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial,	Soft politic
	Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro	Hard politic
	Frente Parlamentar em Defesa dos Terceirizados da Câmara Federal	Soft politic
	Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos	Soft politic
	Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana	Soft politic
	Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento as DST/HIV/AIDS	Soft politic
Yeda Crusius	Frente Parlamentar Mista de Prevenção à Violência	Soft politic
Luciana Santos	Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura	Soft politic
Alice Portugal	Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público	Middle politic
Carmen Zanotto	Frente Parlamentar Mista pela Causa da Prematuridade	Soft politic
	Frente Parlamentar Mista pela Causa do Diabetes	Soft politic
	Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer	Soft politic
Rosângela Gomes	Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Comerciais Brasil-Texas	Hard politic
Bruna Furlan	Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Humana	Hard politic
Maria Helena	Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro	Hard politic
Moema Gramacho	Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora	Middle politic
Ana Perugini	Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.	Middle politic
Janete Capiberibi	Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Navegação Fluvial na Amazônia	Hard politic
Cristiane Brasil	Frente Parlamentar pela Renegociação da Dívida dos Estados e do Distrito Federal	Hard politic
Raquel Muniz	Frente Parlamentar em Apoio à Duplicação da BR 251, no Trecho entre Montes Claros a Salinas - MG	Hard politic
Geovania de Sá	Frente Parlamentar em Defesa do Trabalho, Emprego e Renda.	Middle politic
Benedita da Silva	Frente Parlamentar Mista Brasil-África com Participação Popular de Enfrentamento ao Racismo	Soft politic
Tereza Cristina	Frente Parlamentar Mista da Agropecuária - FPA	Hard politic
Gorete Pereira	Frente Parlamentar Mista da Causa QESA.	Middle politic
Flávia Morais	Frente Parlamentar Mista de Apoio à Concretização da Revisão Territorial dos Municípios	Hard politic
	Frente Parlamentar Mista do Envelhecimento Ativo.	Soft politic
Mara Gabrielli	Frente Parlamentar Mista de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras	Soft politic Soft politic
	Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa do Acesso à Justiça	
Maria do Rosário	Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Soft politic
	Frente Parlamentar Mista em Defesa do Ensino Técnico e Profissionalizante	Soft politic
Keiko Ota	Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência	Soft politic
Margarida Salomão	Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais	Soft politic
Magda Mofato	Frente Parlamentar pela Qualidade da Hotelaria Brasileira	Soft politic
<b>Total de deputadas: 25</b>	<b>Total de frentes: 36</b>	<b>Total soft politic: 19 middle politic: 6 hard politic: 11</b>

Fonte: Tabela criada pela autora de acordo com as informações disponíveis na Câmara Federal e a classificação anteriormente proposta de Hard, Middle e Soft politics feitas por Miguel e Feitosa (2009).

Sobre as deputadas federais eleitas na legislatura de 2015-2018 temos 51 deputadas. A única líder de partido/bancada do sexo feminino nessa legislatura é a deputada Leandre do Partido Verde – PV, sendo que o partido em que ela está inserida possui apenas 4 cadeiras



(CAMARA FEDERAL, 2014). A coordenação da bancada feminina desde 2017 está com a Soraya Santos do PMDB do Rio de Janeiro. Nessa legislatura 43 das 51 deputadas eleitas ocupam o cargo de deputada federal pela primeira vez (CÂMARA FEDERAL, 2018).

Sobre o cargo-chave de liderança da Frente Parlamentar podemos observar, na Tabela 3, que quase metade das deputadas federais eleitas (25 delas) ocupou a liderança de alguma frente parlamentar. No referente a temática dessas frentes é possível observar que 19 das 36 frentes parlamentares em que as mulheres estão na presidência são de temática de *soft politic*<sup>14</sup> se relacionando com o que a literatura aponta sobre atividade legislativa das deputadas federais serem em maior escala em questões *soft* (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

A parlamentar Erika Kokai está presente como presidente de sete frentes parlamentares, apesar da grande quantidade de frentes em que ela ocupa a presidência apenas uma é de *hard politic*, as outras são de *soft politic*. Há uma frente parlamentar voltada ao direito das mulheres que está com a presidência da Ana Perugini.

QUADRO 11- Deputadas eleitas na legislatura 2015-2018

DEPUTADAS EM EXERCÍCIO							
Alice Portugal – BA	Clarissa Garotinho – RJ	Erika Kokay – DF	Jéssica Sales – AC	Leandre – PR	Margarida Salomão – MG	Prof. Marcivania – AP	Soraya Santos – RJ
Ana Perugini – SP	Conceição Sampaio – AM	Flávia Moraes – GO	Jô Moraes – MG	Luana Costa – MA	Maria do Rosário – RS	Raquel Muniz – MG	Tereza Cristina – MS
Benedita da Silva – RJ	Cristiane Brasil – RJ	Geovania de Sá – SC	Josi Nunes – TO	Luciana Santos – PE	Maria Helena – RR	Rejane Dias – PI	Tia Eron – BA
Bruna Furlan – SP	Dâmina Pereira – MG	Gorete Pereira – CE	Jozi Araújo – AP	Luiza Erundina – SP	Mariana Carvalho – RO	Renata Abreu – SP	Yeda Crusius – RS
Brunny – MG	Dulce Miranda – TO	Iracema Portella – PI	Júlia Marinho – PA	Luizianne Lins – CE	Marinha Raupp – RO	Rosangela Gomes – RJ	Zenaide Maia – RN
Carmen Zanotto – SC	Elcione Barbalho – PA	Jandira Feghali – RJ	Keiko OTA – SP	Magda Mofatto – GO	Norma Ayub – ES	Shéridan – RR	
Christina Yared – PR	Eliziane Gama – MA	Janete Capiberibe – AP	Laura Carneiro – RJ	Mara Gabrilli – SP	Prof. Dorinha	Simone Morgado – PA	

<sup>14</sup> A autora da pesquisa classificou as temáticas das frentes de acordo com o artigo do Miguel e Feitosa (2009) que se fala sobre o discurso das parlamentares classificados na temática hard, middle e soft politic. A mesma análise foi feita no tema das frentes parlamentares que elas atuam.

					Seabra - TO				
--	--	--	--	--	----------------	--	--	--	--

Fonte: Quadro produzido pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara.

Após a análise da composição das frentes parlamentares com a coordenação de mulheres é necessário apresentar quem são as 51 deputadas federais que compõem o quadro de eleitas na legislatura 2015-2018. Pode-se observar essa lista no Quadro 11.

Essa última subseção do segundo capítulo tinha como objetivo apresentar quem são as deputadas federais presentes nas diferentes legislaturas e uma interpretação histórica das deputadas federais que compõem o objeto de análise na produção legislativa das 8 legislaturas estudadas (desde 1987 a 2017).

Com as fontes teóricas apresentadas na primeira seção do segundo capítulo, a distributivista, a partidária e a informacional observa-se que o foco de análise, de maneira geral, quando se estuda teoricamente o legislativo é na atuação parlamentar de modo geral, não há o recorte de gênero. A única teoria que nos ajuda em algum grau nessa pesquisa é a partidária já que uma das possíveis variáveis independentes para entender a produção legislativa das deputadas federais é o partido político que as deputadas se encontram.

Percebe-se também que a temática do poder de agenda quando colocada o foco nos e nas parlamentares não nos explica de forma razoável, por meio da literatura, qual o poder de agenda das parlamentares mulheres. No entanto, por meio dos estudos de gênero produzidos na ciência política, as mulheres que compõem o legislativo ocupam em menor proporção os cargos-chaves no legislativo, e quando ocupam estão em cargos com menos capacidade de aprovação de normas legislativas como presidência de comissões de *soft politics*, ou mesmo liderança partidária. Apenas uma parlamentar mulher é líder de partido nessa legislatura. A posição em que as parlamentares ocupam mostra até que ponto as mesmas têm poder de agenda.

Na próxima seção serão apresentados como foi construído o desenho de pesquisa, a metodologia utilizada para criar as variáveis do trabalho, e os achados empíricos.

#### 4 A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS

O objetivo geral desse capítulo é apresentar os dados encontrados nessa pesquisa, respondendo as cinco hipóteses levantadas na introdução. Para que isso possa ser feito, será exposto como foram construídos os dados, mostrando qual método foi utilizado, e como as variáveis presentes na pesquisa foram construídas e coletadas.

Dessa maneira, a primeira seção apresentará qual foi o método empregado, no caso, a Análise de Conteúdo Temático-Categorial enquanto uma técnica utilizada para realizar o levantamento de três das categorias coletadas na pesquisa: 1- a temática das proposições legislativas produzidas pelas deputadas. 2- as proposições legislativas de temática de gênero enviadas pelas parlamentares. 3- Temáticas de *hard*, *middle* e *soft politics* categorizadas de acordo com as temáticas gerais.

Por essa razão, será abordada na primeira seção como a literatura entende a análise de conteúdo, e especialmente a Análise de Conteúdo Temático-Categorial. Na segunda seção explicar-se-á como foi realizada a coleta de dados por meio do Livro de Códigos. Na terceira seção será apontada como será feita a análise dos dados encontrados, ou seja, quais teorias serão utilizadas para compreender os dados encontrados na pesquisa.

Na quarta seção apresentaremos os dados encontrados na pesquisa, buscando responder o problema de pesquisa e as hipóteses formuladas na introdução do trabalho. Já na quinta seção a ideia central é analisar os dados encontrados com o que a literatura de representação e participação política de mulheres e produção legislativa apresentam sobre o tema.

Antes de discorrer sobre a análise de conteúdo realizada para descobrir a temática dos projetos, é necessário apresentar que dentro da variedade de métodos que há na Ciência Política, o método que se enquadra essa pesquisa é o decisional. Sustenta-se essa ideia, na medida em que a análise realizada recai sobre o poder de decisões de alguns grupos, na qual “as pessoas com poder são capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes) e nem sempre se confundem com aqueles que ocupam as posições formalmente designadas como as mais relevantes” (CODATO, 2015, p. 16).

O método decisional é o utilizado nessa pesquisa, visto que o objeto de pesquisa são as deputadas federais e a temática dos seus projetos apresentados e aprovados. Nessa pesquisa, a partir dos dados encontrados sobre o número de proposições aprovadas em norma jurídica e a temática dessas matérias legislativas, conseguimos perceber parcialmente a capacidade de aprovação de normas legislativas das parlamentares.

Através dos objetivos específicos dessa pesquisa podemos perceber que busca-se uma análise em uma das atividades parlamentares das deputadas federais que é a produção legislativa, e dentro dessa atividade legislativa realizada pelas deputadas perceber capacidade de aprovação de normas legislativas das mesmas e no que elas conseguem decidir se acaso tem alguma capacidade de aprovação de normas legislativas. No método decisional avalia-se os “atores influentes, independente de sua autoridade formal sobre o processo de tomada de decisões” (CODATO, 2015, p.17). Com os dados encontrados na pesquisa é possível saber a quantidade de proposições aprovadas pelas deputadas, bem como quem são essas deputadas que conseguiram aprovar as proposições enviadas, o conteúdo dessas proposições, a ideologia do partido dessas parlamentares, o tempo de tramitação dos projetos e outras variáveis que se referem a capacidade de aprovação de normas legislativas delas.

Sobre essa perspectiva de análise coloca-se como problema de pesquisa: Em que medida houve ou não alterações no decorrer das diferentes legislaturas entre 1987 a 2017 no teor das proposições apresentadas pelas deputadas e no teor das proposições aprovadas pelas deputadas?

Temos cinco hipóteses na pesquisa, sendo elas: *H1*: As temáticas que as deputadas mais produzem proposições legislativas são as de cunho social, chamadas *soft politics*, e, são nessas temáticas que as parlamentares mais conseguem transformar em normas jurídicas as suas proposições. *H2*: Dentre as *soft politics*, as parlamentares conseguem aprovar com maior facilidade as temáticas de gênero do que outros temas de maneira geral, inclusive aprovam mais proposições de gênero que outras temáticas sociais. *H3*: As deputadas federais que conseguem aprovar mais suas proposições legislativas são as que fazem parte da coalizão de governo. *H4*: As parlamentares que conseguem aprovar mais as suas proposições legislativas são as que estão em partidos de esquerda; *H5*: Quanto maior o número de mandatos que a parlamentar possuir, maior a chance da deputada conseguir aprovar suas proposições legislativas.

O método de coleta é a raspagem de dados sobre os projetos legislativos (PL, PLP e PEC) de autoria das deputadas federais presentes na Câmara Federal entre 1987-2017, na qual se realizou a análise documental para descobrir as temáticas dos projetos. O método de análise é correlacionar os dados encontrados de acordo com o que a teoria sobre participação política da mulher e a produção legislativa apontam. Observamos que se trata de uma pesquisa empírica.

A seguinte seção apresentará uma descrição do que é a análise de conteúdo e a análise de conteúdo temático-categorial que foi empregada para a construção da variável temática das proposições legislativas e temática de gênero (projetos voltados para as mulheres).

É importante salientar que essa pesquisa se encontra dentro da Ciência Política na abordagem do Neoinstitucionalismo da Escolha Racional. Entendemos que a pesquisa encontra-se na abordagem neoinstitucionalista, visto que avaliamos o papel das instituições para determinados resultados políticos (HALL; TAYLOR, 2003).

O Neoinstitucionalismo da Escolha Racional surgiu na década de 70 a partir das análises dos cientistas políticos a respeito do funcionamento do Congresso norte-americano. Procurava-se compreender dentro dos variados tipos de legisladores que possuem escalas de preferências diferentes o porquê de haver estabilidade nas decisões políticas. As respostas de boa parte dos cientistas políticos para essa questão se relaciona as instituições, na medida em que “as instituições resolvem boa parte dos problemas de ação coletiva enfrentados pelos legisladores” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 203).

Nessa perspectiva avalia-se como as normas de uma instituição determinam o comportamento das instituições. Além disso, a Teoria da Escolha Racional aborda a preferência dos atores políticos apontando que:

(...) os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferencias ou de gostos (conformando-se habitualmente a condições muito precisas, como o principio da transitividade) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferencias, com frequência num alto de estratégia, que pressupõe um numero significativo de cálculos ” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205).

Pensando na pesquisa aqui presente, entendemos como apontado no primeiro capítulo que a construção social do “ser mulher” é um determinante na atuação das parlamentares, como por exemplo, a atividade legislativa estar mais voltada para o cuidado, nos projetos de *soft politic*. No entanto, compreendemos que as instituições, no caso, Câmara Federal moldam um tipo de comportamento tanto dos deputados como das deputadas federais, e que as parlamentares agem a conquistar seus próprios objetivos dentro desse espaço de poder.

#### 4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOCUMENTAL

Na coleta de dados realizada nessa pesquisa empregou-se a Análise de Conteúdo Temática Categorical na variável “temática das proposições legislativas”. A construção das variáveis da pesquisa será explicada na próxima seção do trabalho. Também utilizou-se essa

técnica para que o trabalho fosse mais confiável e replicável. Por isso essa seção apresentará os conceitos de Análise de Conteúdo e Análise de Conteúdo Temática-Categorial.

A Análise de Conteúdo - AC teve sua origem nos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial. Um expoente nessa técnica naquela época era Harald Lesswell, o qual utilizava essa técnica naquela época para as pesquisas sobre comunicação. Um exemplo dos estudos feitos naquela época era sobre os conteúdos contidos nos jornais dos países do Eixo.

O campus acadêmico após o final da guerra começou a utilizar a técnica em pesquisas na área de comunicação política. Com o tempo outras áreas de conhecimento passaram a aplicar a técnica, como na área de ciência política nos estudos sobre discursos políticos, mídias sociais e documentos oficiais.

A AC é compreendida como uma técnica ou metodologia de pesquisa que procura fazer deduções sobre uma determinada realidade por meio de símbolos e também da análise de textos. Essa técnica busca analisar as mensagens vistas em textos, discursos, imagens, examinando o conteúdo desses textos (NEUNDORF, 2002).

Para que a AC possa ter validade é preciso que haja confiabilidade e replicabilidade da técnica, ou seja, um determinado pesquisador criou determinadas categorias, se outro pesquisador utilizar as mesmas categorias, ele deve conseguir replicá-las e achar resultados similares (NEUNDORF, 2002). Na AC é visto também a objetividade, a subjetividade e o teste de hipótese. Não se limita essa técnica a quantidade de variáveis que podem ser utilizadas e nem ao contexto em que elas são criadas.

A AC tem um caráter quantitativo, visto que de maneira geral analisa um grande número de textos (NEUNDORF, 2002). A necessidade da AC ter replicabilidade é compreendida também por Krippendorff (2004), no entanto a metodologia em questão não é apenas quantitativa para o autor, na medida em que se analisa uma quantidade elevada de textos, e também se compreende a técnica como qualitativa visto que os pesquisadores fazem inferências sobre os resultados encontrados (KRIPPENDORFF, 2004).

O pesquisador que emprega a técnica deve ao máximo ser impessoal não utilizando na inferência dos textos suas opiniões pessoais. A técnica se torna confiável apenas quando há rigor metodológico, por isso a replicabilidade, validade<sup>15</sup> e a confiabilidade são três requisitos fundamentais ao utilizar essa técnica (KRIPPENDORFF, 2004). Berelson (1952) apresentou

---

<sup>15</sup>Tanto a leitura, a amostragem e a análise para serem validas devem satisfazer critérios externos (KRIPPENDORF, 2004), por isso a autora da pesquisa buscou outros pesquisadores para coletarem 100 projetos do total de 5017 para avaliar se havia uma porcentagem mínima de concordância entre os pesquisadores na coluna “temática dos projetos coletados”.

que era necessário que na AC houvesse objetividade e sistematicidade na descrição do que foi analisado, ideia semelhante ao que Krippendorff cita sobre ser replicável, válido e confiável.

As categorias criadas devem ser excludentes e é necessário a total entendimento sobre as categorias criadas. E, apesar de haver na atualidade computadores que analisem as palavras é importante o trabalho do pesquisador com embasamento teórico para compreender da melhor maneira possível os conteúdos apresentados (KRIPPENDORFF, 2004).

A AC pode ser empregada de várias formas dependendo do que o pesquisador procura encontrar. Nessa pesquisa será utilizada a Análise de Conteúdo Temático-Categorial apresentada por Denize Cristina de Oliveira (2008). A autora em seu artigo exhibe de que maneira é possível utilizar essa técnica assim como os instrumentos que são imprescindíveis.

Primeiramente, é necessário que o leitor leia os textos que serão analisados de maneira exhaustiva, tentando manter a maior distância possível do objeto de pesquisa para que o mesmo não se impressione com o que está lendo. Por meio dessa leitura é possível que o pesquisador encontre hipóteses para o trabalho. Assim, a partir das leituras o pesquisador já consegue elencar a unidade de registro que será utilizada no trabalho (OLIVEIRA, 2008). O que a autor entende como Unidade de Registro são:

[...] palavras, frases, temas (regra de recorte do sentido e não da forma, representada por frases, parágrafos, resumo, etc.), objeto ou referente (temas eixos, agregando-se ao seu redor tudo o que o locutor diz a seu respeito), personagem (papel familiar, idade, sexo, etc.), acontecimento (elementos factuais importantes para o objeto em estudo), documento (artigo de jornal, a resposta a uma questão aberta, uma entrevista, etc.) (OLIVEIRA, 2008, p.572).

A Unidade de Registro dessa pesquisa são as proposições legislativas (PL, PLP, PEC) de autoria das deputadas federais ou que as deputadas federais são coautoras da proposição legislativa. Em seguida se faz necessário estabelecer quais são os temas encontrados em cada Unidade de Registro. Para encontrar quais são esses temas, primeiramente é necessário definir quais são esses temas que nesse caso são oito temas: 1- Gestão; 2- Honorífico; 3- Econômico; 4- Orçamentário; 5- Social; 6-Trânsito; 7- Político; 8- Meio-ambiente.

Sobre as categorias criadas é importante salientar que elas devem ser homogêneas e que com essas categorias seja possível encontrar todos os textos possíveis e imagináveis. Essas categorias precisam ser excludentes, ou seja, não é possível que uma categoria se encaixe na outra. E, além disso, as categorias devem se apresentar de forma objetiva e clara. Se o pesquisador conseguir criar categorias objetivas e que sejam excludentes, é possível tirar as principais características de cada texto analisado como Unidade de Registro (OLIVEIRA, 2008).



Definem-se as dimensões dos temas como foi apresentado acima e cada unidade de registro é agrupada em cada dimensão correspondente a ela de acordo com os critérios teóricos, de hipótese de análise e empíricos. Fica a cargo do pesquisador definir como serão apresentados os dados, de forma descritiva ou por tabelas, gráficos, quadros e etc (OLIVEIRA, 2008).

Pelo fato do trabalho ter um N grande, a pesquisadora buscou apresentar os dados em forma de gráfico, tabela e quadros para que o leitor possa visualizar da melhor forma possível. Após apresentar os dados é necessário discuti-los, e voltar ao objeto de pesquisa. O rigor metodológico é imprescindível para que se avaliem os textos da forma mais imparcial possível. Os dados encontrados são mais claros e neutros ao adotar-se o critério do rigor metodológico (OLIVEIRA, 2008).

Essa seção apresentou como a literatura aborda a técnica metodológica Análise de Conteúdo e Análise de Conteúdo Temático-Categorial. Procurou-se apresentar os principais autores que estudam essa técnica, e como eles entendem o emprego da mesma. Na próxima seção será apresentado como foi realizado o método de coleta de dados, quais as variáveis empregadas etc.

#### 4.1.1 Método de coleta de dados

Os dados coletados foram raspados através do site da Câmara Federal. Para encontrar as informações dos projetos apresentados, é necessário pesquisar o nome de cada deputada federal, especificando as informações: Projeto de Lei – PL, Projeto de Lei Complementar – PL e Proposta de Emenda a Constituição- PEC.

Para achar essas informações, é necessário acessar o site da Câmara Federal, no endereço <http://www2.camara.leg.br/>. Após entrar no site ir na aba “Atividade Legislativa”<sup>16</sup> e clicar no “Projetos de Lei e outra proposição”. Na página que é aberta, especifica-se o tipo de proposição que se pretende coletar, nesse caso PL,PLP e PEC e o nome da deputada. Após

---

<sup>16</sup>Antes de começar a coleta das proposições de autora por autora foi necessário descobrir quem são as deputadas de cada legislatura, lembrando que caso a deputada tivesse sido reeleita e estivesse nas outras legislaturas, não era necessário coletar as informações novamente, pois já havia sido coletada a informação na primeira legislatura dessa deputada. Para achar a informação sobre quais são as deputadas de cada legislatura há uma aba chamada “conheça os deputados”, após clicar nessa aba, é possível colocar a legislatura que pretende-se buscar informação e o sexo. Por exemplo, colocar a legislatura 1987-1990 e o sexo feminino, aparecendo todas as deputadas que exerceram a função legislativa na Câmara Federal nessa legislatura. Foi utilizada uma outra tabela apenas com o nome das deputadas para que não fosse coletada mais de uma vez a mesma informação sobre as mesmas deputadas.

delimitar a pesquisa, clica-se em pesquisar, no qual serão apontados todos os projetos produzidos pelas deputadas.

Nessa nova aba é possível gerar um dado bruto dos projetos produzidos pelas deputadas em formato de planilha do Excel, em que são apresentadas diretamente sem coleta as informações: proposições (qual o número da proposição), ementa (do que se trata o projeto), autor (de quem é autoria do projeto, se é em conjunto é apresentado quem são os outros deputados), o UF (estado da deputada que está apresentando o projeto), o partido que parlamentar está ou estava quando produziu a proposição, a data de apresentação do projeto, e a situação do projeto (tramitando, aprovado, rejeitado).

Copiou-se as informações que o site automaticamente fornecia em uma planilha de Excel, de acordo com as deputadas eleitas desde 1987, ou seja, coletou-se de nome por nome as deputadas federais que propuseram projetos desde 1987 até 2017.

Depois da coleta de todas as proposições legislativas produzidas pelas deputadas, levando em conta as proposições produzidas de forma individual por elas, ou em conjunto com outros ou outras parlamentares. Foram adicionados os dados que deveriam ter sido gerados automaticamente, mas por um erro do site não foram gerados.

O próximo passo é a construção de novas variáveis que foram coletadas. A construção das variáveis ocorreu por meio da leitura dos textos do processo legislativo. Em especial um artigo chamado “Teoria e Método nos Estudos Sobre o Legislativo Brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994/2005” do Manoel Santos de 2008. No texto o autor explica as variáveis endógenas e exógenas que podem ser usadas nos estudos do legislativo.

A temática dos projetos é apresentada como a primeira variável. Para coletar a temática das proposições foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo - AC.

Quadro 12 – As variáveis endógenas e exógenas utilizadas nessa pesquisa

VARIÁVEL ENDÓGENA OU EXÓGENA	TIPO DE VARIÁVEL	VARIÁVEIS COLETADAS	INFORMAÇÃO SOBRE A VARIÁVEL COLETADA
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável independente	1-Temática do projeto	Processo legislativo: “relativo a regras de tramitação e ao tipo de proposição e seus impactos no <i>outcome</i> legislativo” (SANTOS,2008,p.6).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável independente	2- <i>Hard, Middle</i> ou <i>Soft Politic</i>	Processo legislativo: “relativo a regras de tramitação e ao tipo de proposição e seus impactos no <i>outcome</i> legislativo” (SANTOS,2008,p.6).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável independente	3- Temática de mulher (gênero)	Avaliar se a proposição apresentada versa sobre um tema que reflete em direitos para as mulheres. Os projetos que versam sobre gênero serão classificados em diferentes temáticas de mulher a partir da técnica de análise de conteúdo temático-categorial.
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável independente	4- Governo x Oposição	Posição Política: “Posição política de um parlamentar em um determinado governo” (SANTOS, 2008, p.5).
VARIÁVEL EXÓGENA	Variável Independente	5- Ideologia do Partido da parlamentar	Ideologia: “Conjunto de variáveis relativas a posição do parlamentar no espectro ideológico esquerda-direita” (SANTOS,2008, p.5).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável independente	6- Número de mandatos da parlamentar	“Conjunto de variáveis relativas à carreira do parlamentar especificamente no interior do Legislativo” (SANTOS,2008, p.6).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Variável dependente	7- Situação da proposição	Verificar se a proposição legislativa está em tramitação, se foi aprovado, rejeitado, vetado.
VARIÁVEL ENDÓGENA	Indicador <sup>17</sup>	8- Tipo de proposição	Processo legislativo: (PEC, PLC e PL) “relativo a regras de tramitação e ao tipo de proposição e seus impactos no <i>outcome</i> legislativo” (SANTOS,2008,p.6).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Indicador	9-Tempo de tramitação	Processo legislativo: “relativo a regras de tramitação e ao tipo de proposição e seus impactos no <i>outcome</i> legislativo” (SANTOS, 2008, p.6).
VARIÁVEL ENDÓGENA	Indicador	10-Partido Político	Referente a qual partido político a parlamentar faz parte.

Fonte: Quadro criado pela autora, utilizando alguma das variáveis classificadas por Santos (2008).

<sup>17</sup> Dois indicadores coletadas nessa pesquisa foram utilizados para descrever variações na “situação da proposição” (tipo de proposição, PEC/PLC/PL; e tempo de tramitação). O indicador “partido político” da parlamentar é o *proxy* que permite, em um período de tempo inferior a uma legislatura, classificar a posição da deputada (governo/oposição) e conceituar, conforme uma aproximação do proposto pela literatura, a ideologia da parlamentar.

Neto e Santos (2008) no artigo “O Segredo Ineficiente Revisto: O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros” criaram oito categorias para coletar a temática dos projetos, sendo essas categorias: 1- Administrativo; 2- Econômico, 3- Honorífico, 4- Orçamentário; 5- Política; 6- Social; 7- Cultural-Científica; Tecnológica. Por meio da classificação criada por Neto e Santos (2008), a autora criou a sua própria categorização de temáticas utilizando a Análise de Conteúdo Temático-Categorial.

A definição dado sobre o que se referem as proposições legislativas enquadradas em algum das oito temáticas construídas nesse trabalho podem ser vistas no quadro 13.

QUADRO 13- Temáticas dos projetos

<b>Temática</b>	<b>Explicação</b>
Gestão	Proposições legislativas que tratam sobre ‘coisas públicas’ como contratação de pessoal, extinção de cargos, fiscalização de obras, aquisição e doação de bens públicos, regulação fundiária, criação de juizados etc.
Honorífico	Proposições legislativas referentes a homenagear pessoas, denominação de logradouros e de bem público, criação de dias nacionais.
Econômico	Proposições legislativas referentes a questões que envolvem empresas nacionais ou internacionais como diminuição ou aumento de impostos como o ICMS. Também sobre investimento de fundos, ou direito do consumidor, criação de micro e pequenas empresas por meio de crédito.
Orçamento	Matérias legislativas que envolve as contas públicas como destinação de recursos a nível federal, estadual e municipal, limitação de despesas de parlamentares, alterações da Lei Orçamentária, contingência orçamentária.
Social	Proposições legislativas voltadas a direito para as pessoas, como direito de minorias, educação, cultura, saúde, habitação, lazer, turismo, pena de crimes, leis trabalhistas.
Trânsito	As matérias legislativas se referem a como diminuir o número de acidentes de pedestres, melhoramento de calçadas e vias. Também sobre multas e radares. Também sobre os valores de bilhetes de transporte. São proposições legislativas que tratam sobre os diferentes transportes, as estradas, a trânsito das cidades e o direito dos pedestres.
Política	Questões que envolvam mudanças na política, como mudanças no regimento interno da Câmara ou reforma eleitoral ou política, referendums, anistia.
Meio-ambiente	Melhorias para a natureza como utilização de energias renováveis, coleta de lixo, como ocupar os solos preservando o meio-ambiente, direito dos animais, recursos hídricos,

Fonte: Quadro produzido pela autora.

Sobre a classificação de *hard politics*, *middle politics* e *soft politics* utilizada nessa pesquisa, avaliamos o quadro produzido por Miguel e Feitosa (2009) sobre o que eles consideram como *hard*, *middle* e *soft politics*, e junto a isso observamos dentro dos oito temas de proposições legislativas criados, quais deles se relacionam a quais tipos de políticas (*hard*, *middle* ou *soft*). Podemos observar o resultado da classificação de *hard*, *middle* e *soft politics* dessa pesquisa no quadro 14.

Quadro 14- Classificação de *Hard, Middle e Soft Politics*

Hard Politics	Middle Politics	Soft Politics
<b>Econômico</b>	Gestão	Social
<b>Orçamento</b>	-	Meio-ambiente
<b>Político</b>	-	Honorífico
<b>Trânsito</b>	-	-

Fonte: Quadro produzido e classificado pela autora de acordo com a classificação apresentada por Miguel e Feitosa (2009).

Nos projetos que versam sobre direitos para as mulheres realizou-se uma AC voltada a temática da mulher. As temáticas dos projetos voltados a direito para as mulheres forma classificadas em: 1-Violência de Gênero, 2- Maternidade, 3- Participação política das mulheres; 4- Orientação sexual e Identidade de gênero - mulheres bissexuais, lésbicas e trans, 5- Acesso ao mercado de trabalho e 6- Reconhecimento. A explicação sobre as seis classificações das proposições legislativas que tratam sobre gênero podem ser vistas no quadro 15.

Quadro 15 - Explicação sobre os projetos voltados a temática de mulheres

TIPO DE PROJETO	EXPLICAÇÃO
<b>Violência de gênero</b>	As proposições legislativas que versam sobre os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem, sendo elas desde violência doméstica até feminicídio. Um exemplo seria o aumento na pena por crimes praticados contra as mulheres
<b>Maternidade</b>	Proposições legislativas que garantem direitos para as gestantes e mães. Exemplos seriam aumento de licença maternidade
<b>Participação política das mulheres</b>	Proposições que versam sobre o maior acesso das mulheres nos espaços políticos. Um exemplo seria o aumento de cadeiras para as mulheres no legislativo por meio de cotas.
<b>Orientação sexual e identidade de gênero- mulheres lésbicas, bissexuais e trans</b>	Projetos que garantem direitos para as mulheres lésbicas e transgêneras/travestis. Um exemplo é as mulheres trans também estarem incluídas dentro da Lei Maria da Penha.
<b>Acesso ao mercado de trabalho</b>	Proposições legislativas que retratam sobre a mulher no mercado de trabalho. Um exemplo é o aumento de vaga para as mulheres em empresas
<b>Reconhecimento</b>	As proposições que garantem as mulheres direitos ainda não reconhecidos. O exemplo seria acesso gratuito para todas as mulheres ao exame de prevenção do câncer de mamas.

Fonte: Quadro e classificação produzido pela autora.

Na categoria governo x oposição a classificação das deputadas federais serem do governo ou da oposição é feita a partir da literatura que trata sobre o tema. Amorim Neto (2000) no artigo “Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e disciplina legislativa no Brasil” aponta que no Governo Sarney, Collor de Melo e Itamar Franco, os partidos que faziam parte da coalizão de governo eram: PMDB, PFL, PSDB. Esses 3 partidos serão considerados os partidos da coalizão para a coleta de dados no período (1987-1994).

Inácio e Rezende (2015) em seu artigo denominado “Partidos Legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas” apresentam quais foram os partidos da coalizão do governo Fernando Henrique Cardoso ao Luís Inácio Lula da Silva. A classificação presente no trabalho de Inácio e Rezende (2015) é utilizada para classificar se o partido das deputadas no governo FHC e Lula faziam parte do Governo ou da Oposição.

Quadro 16 - Coalizões no governo FHC e Lula

<b>COALIZÃO</b>	<b>PARTIDOS</b>	<b>VIGÊNCIA DO GABINETE</b>
<b>FHC I 1</b>	PSDB-PFL-PMDB-PTB	Jan.1995/Abr.1996
<b>FHC I 2</b>	PSDB-PFL-PMDB-PTB-PPB	Abr.1996/Dez.1998
<b>FHC II 1</b>	PSDB-PFL-PMDB-PPB	Jan.1999/Mar.2002
<b>FHC II 2</b>	PMDB-PSDB-PPB	Mar.2002/Dez.2002
<b>LULA I 1</b>	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PDT-PPS-PV	Jan.2003/Jan.2004
<b>LULA I 2</b>	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PPS-PV-PMDB	Jan.2004/Jan.2005
<b>LULA I 3</b>	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PV-PMDB	Fev.2005/Mai.2005
<b>Lula I 4</b>	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB	Mai.2005/Jul.2005
<b>Lula I 5</b>	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PP-PMDB	Jul.2005/Jan.2007
<b>Lula II 1</b>	PT-PCdoB-PSB-PTB-PP-PMDB-PDT	Jan.2007/Abr.2007
<b>Lula II 2</b>	PCdoB-PDT-PMDB-PP-PR-PRB-PSB-PT-PTB-PV	Abr.2007/Ago.2009
<b>Lula II 3</b>	PCdoB-PDT-PMDB-PP-PR-PRB-PSB-PT-PTB	Ag.2009/Mar.2010

Fonte: Quadro produzido pela autora de acordo com o quadro produzido por Inácio e Rezende (2015, p. 307).

O trabalho de Pereira (2017) apresenta a coalizão presente no governo Dilma. Na coleta de dados foram utilizados os partidos da coalizão presentes no quadro 17. No quadro 17 há início e fim do Dilma 1 e Dilma 1, considera-se início, os dois primeiros anos de governo e fim os dois últimos anos.

Considera-se o início de Dilma 1 os anos 2011 e 2012, e o fim do Dilma 1 os anos 2013 e 2014. O início de Dilma 2 o ano 2015 e o fim do Dilma 2 o ano 2016 até a data de 16/05/2018,

quando a ex-presidenta se retirou do seu cargo devido ao processo de impeachment e assumiu como presidente o então vice Michel Temer.

Quadro 17 - Coalizão durante o governo Dilma

MANDATO	PERÍODO	PARTIDO	ANO
DILMA 1	Início	PT-PMDB-PSB-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB	2011-2012
	Fim	PT-PMDB-PSD-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB.	2013-2014
DILMA 2	Início	PT-PMDB-PSD-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB-PTB-PROS.	2015
	Fim	PT-PP-PR-PDT-PCdoB-PTB.	2016 – até o dia 16/05/2016.

Fonte: Quadro produzido pela autora de acordo com o quadro produzido por Pereira (2017, p. 63).

Sobre o Governo Temer interpreta-se a coalizão de seu governo como: DEM, PSDB, PPS, PMDB, PSD, PSB, PR, PRB, PV, PTB. Para essa pesquisa utiliza-se do dia 17/05/2016 até final de 2017 como essa classificação de coalizão. Utilizou-se a análise de coalizão feita pela (FGV-DAPP, 2016).

Outra variável utilizada na pesquisa é sobre o tipo de proposição. Considera-se as proposições: Projetos de Lei – PL, Projetos de Lei Complementar – PLP e Proposta de Emenda a Constituição – PEC. Há também a categoria situação do projeto, ali colocou-se como categorias para serem coletadas: 1- Transformado em Norma Jurídica, 2- Em tramitação, 3- Arquivada, 4- Veto total e 5- Veto parcial.

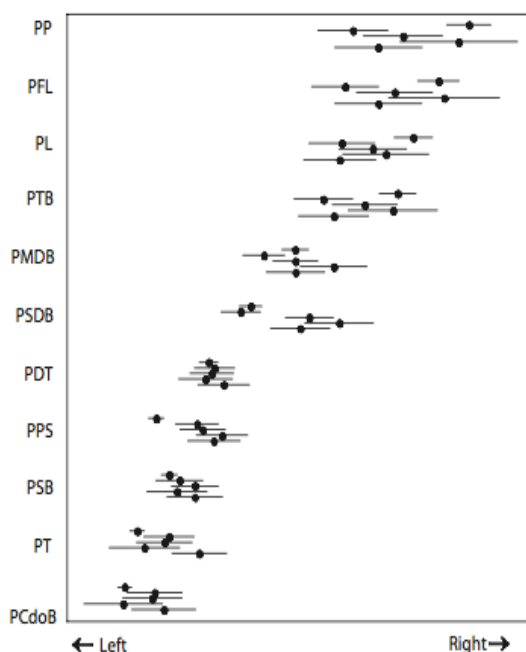
O tempo de tramitação dos projetos é apresentado em anos, por exemplo, se um projeto tem mais de um ano, coloca-se a quantidade de anos que está tramitando, caso o projeto tenha menos de 1 ano coloca-se a quantidade do tempo em fração, por exemplo 4 meses, corresponde a 4/12 ou 1/3 de ano. Se um projeto foi apresentado em 1987 e está em tramitação coloca-se 32 anos. A coleta de dados dessa variável são apenas os projetos que foram transformados em norma jurídica, visto que procura-se observar quanto tempo em média um projeto de autoria feminina demora para transformar-se em norma jurídica.

Também é coletado o partido da deputada federal, visto que partindo da perspectiva teórica partidária, os partidos são relevantes para explicar o processo legislativo. Os nomes dos partidos foram colocados de forma abreviada.



Outra variável é sobre a ideologia do partido, para isso utilizou-se o artigo de Power e Zucco (2009) chamada “*Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005*”. Os autores utilizam uma escala de 1 a 10 em que 1 são os de esquerda e 10 são as organizações partidárias de direita. Separa-se os partidos em centro esquerda, centro e centro direita como é apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Posição ideológica dos partidos políticos



Fonte: Gráfico produzido por Power e Zucco (2009, p. 231).

A partir do enquadramento apresentado por Power e Zucco (2009) é coletado a posição ideológica dos principais partidos do Brasil. Considera-se na análise que o PCdoB, PT, PPS, PDT são de esquerda. Já o PSDB e o PMDB são de centro, e o PTB, PL, PFL e o PP são de direita. O PPB é o antigo PP, por isso foi coletado como direita também, assim como o DEM que é o antigo PFL e foi coletado como direita.

Quadro 18 - Classificação de velha e nova direita produzida por Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

Ideologia	VELHA DIREITA	NOVA DIREITA	"OUTROS PARTIDOS"
N	7.410	3.427	12.382
%	28,3	14,8	53,3
Sigla	DEM (2007) PAN (1998-2006) PFL (1985-2007) PGT (1995-2003) PHS (1997) PL (1985-2006) PP (2006) PPB (1993-2006) PR (2006) PRN (1989-1990) PRONA (1989-2006) PRP (1991) PRTB (1994) PSC (1985) PSD (1987-2003) PSN (1996) PTB (1981)	PEN (2011) PRB (2005) PSD (2011) PSDC (1997) PSL (1994) PST (1996-2003) PT do B (1989) PTC (1990) PTN (1995) SD (2013)	PC do B (1962) PCB (1922) PCO (1995) PDT (1979) PMDB (1980) PMN (1984) PPL (2009) PPS (1992) PROS (2010) PSB (1985) PSDB (1988) PSOL (2004) PSTU (1993) PT (1980) PV (1986)
total	17	10	15

Fonte: Quadro produzido por Codato, Bolognesi e Roeder (2015) no Laboratório de Elites da UFPR.

O quadro apresentado sobre velha e nova direita foi usada para classificar os partidos (CODATO; BOLOGNESI; MATOS, 2015). Tanto a velha como a nova direita foram enquadradas apenas como direita. Carreirão (2006, p.143) também faz uma distinção entre partidos políticos separando eles em “Direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA. Centro: PMDB e PSDB. Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN”.

QUADRO 19 - Ideologia dos partidos políticos das deputadas federais de 1987 a 2017.

Posição ideológica	Partidos
<b>Direita</b>	DEM/PFL; PDS; PL; PMN; PODE; PP/PPB; PPR; PR; PRB; PRN; PRONA; PRP; PSL; PTB; PTC; PT do B; PTN e PTR.
<b>Esquerda</b>	PCdoB; PDT; PPS; PROS; PSB; PT; PSOL; PSTU e PV.
<b>Centro</b>	REDE, PSDB e PMDB.

Fonte: Quadro construído pela autora de acordo com a denominação da ideologia partidária apresentada por Carreirão (2006), Power e Zuco (2009) e Codato, Bolognesi e Matos (2015).

Nessa pesquisa colocamos apenas a posição ideológica: direita, esquerda e centro como é possível observar no quadro 19. Após a apresentação de como os dados foram organizados, a seguinte seção apresentará como será realizada a análise de dados. Assim, será feita uma síntese breve de qual literatura será utilizada para analisar os dados da dissertação.

#### 4.1.2 Método de Estratégias de análise

O primeiro capítulo da pesquisa apresentou a teoria de gênero sobre a participação da mulher na política, encontrando-se um subcapítulo referente à mulher já inserida nos espaços de poder. Acredita-se que a partir dos dados encontrados nessa pesquisa será possível correlacioná-los com a literatura sobre a participação da mulher nos espaços de poder.

A literatura internacional com os trabalhos de Norris (1996) e a nacional com o trabalho de Miguel e Feitosa (2009) apresentam os temas em que as deputadas federais são mais engajadas na sua atuação política, devido ao papel socialmente construído sobre o que é ser mulher. Entende-se que a partir dos dados encontrados será possível compreender se o que a literatura apresenta se reflete nos dados empíricos encontrados nessa pesquisa.

Além da literatura de gênero, a literatura sobre produção legislativa é imprescindível já que a partir dela, podemos observar sobre o que versam os estudos sobre o legislativo, observando como podemos enquadrar um recorte de gênero nesses estudos. A partir da literatura sobre legislativo e os dados encontrados podemos, de maneira parcial, observar o que produzem as deputadas federais, e relacionar com os estudos já feitos sobre deputadas federais. A ideia é poder avaliar o que a literatura entende e o que os dados mostram para afirmar ou contestar o que já foi escrito sobre o tema.

#### 4.2 Dados gerais da pesquisa

Nessa seção será realizada uma análise descritiva dos dados encontrados. Pretendemos expor e analisar os dados que se relacionem aos objetivos específicos propostos pela pesquisa, responder o problema de pesquisa e averiguar se as hipóteses propostas foram corroboradas<sup>18</sup>.

O corpus de análise do trabalho corresponde a 4.661 proposições legislativas produzidas pelas deputadas federais, sendo elas: PL, PLP e PEC. É importante salientar que a contagem total reúne os projetos que as deputadas federais foram autoras, bem como os projetos que elas produziram em parceria com outros deputados e deputadas. Além disso, foram coletadas

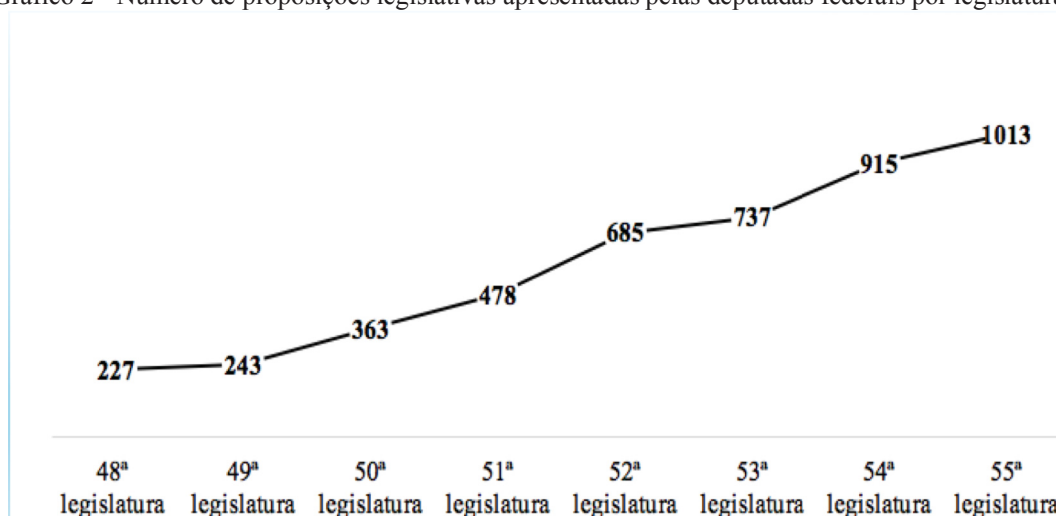
---

<sup>18</sup> É importante ressaltar que ao avaliar a quantidade de proposições legislativas aprovadas, em alguns momentos serão observadas as proposições aprovadas em autoria individual que correspondem a um total de 140 matérias legislativas, já em outros momentos serão consideradas as proposições legislativas também aprovadas em conjunto, que foram 18 matérias legislativas. Assim, algumas vezes o total das proposições será 158, já que são consideradas tanto as matérias individuais quanto as em coautoria.

também as proposições legislativas das deputadas federais que foram suplentes de um deputado ou uma deputada, visto que elas atuaram no legislativo também.

Os primeiros dados que serão apresentados são referentes a um panorama geral da produção legislativa das parlamentares. Sobre a quantidade de proposições produzidas nas oito legislaturas, ou seja, o corpus da pesquisa, observamos a partir do Gráfico 2 que a produção legislativa das deputadas aumentou substancialmente ao longo das legislaturas. Uma das motivações para isso é o aumento no número de deputadas eleitas ao longo dos 31 anos do recorte temporal da pesquisa.

Gráfico 2 - Número de proposições legislativas apresentadas pelas deputadas federais por legislatura<sup>19</sup>



Fonte: Gráfico produzido pela autora de acordo com as informações coletadas no site da Câmara Federal.

Como apresentado anteriormente na legislatura 1987-1990 foram eleitas 27 deputadas federais. Para a legislatura de 1990-1994 foram eleitas 30 deputadas federais e nas próximas legislaturas aumentou-se gradualmente o número de parlamentares eleitas chegando a 51 deputadas eleitas na eleição de 2014. Entre 1987 a 2017 foram transformadas em norma jurídica 158 proposições de autoria das deputadas federais de um total de 4.661, esse dado nos diz que aproximadamente 3,38% da produção das deputadas federais produzidas como autoras individuais ou em coautoria foram aprovadas.

Sobre as PL's, PEC's e PLP's produzidas observamos que foram produzidos 4.245 PL's, 125 PLP's e 291 PEC's. No que se refere a quantidade de produção legislativa produzida por

<sup>19</sup> A 48ª legislatura corresponde a 1987-1990, a 49ª legislatura corresponde a 1991-1994, a 50ª legislatura corresponde a 1995-1998, a 51ª legislatura corresponde a 1999-2002, a 52ª legislatura corresponde a 2003-2006, a 53ª legislatura corresponde a 2007-2010, a 54ª legislatura corresponde a 2011-2014 e a 55ª legislatura corresponde a 2015-2018. Sobre a 55ª legislatura, foram coletados os dados de 2015, 2016 e 2017, ou seja, as 1013 proposições legislativas produzidas correspondem a produção de 3 anos, e não a produção total do período.

deputadas eleitas e a quantidade produzida por suplentes vemos que, tirando dessa análise as matérias legislativas em coautoria, temos 4.370 proposições legislativas, dessas 4.109 foram produzidas por deputadas eleitas e 261 por suplentes. 94,03% das proposições legislativas enviadas individualmente por parlamentares mulheres foram produzidas pelas deputadas eleitas. 35 deputadas fazem parte da amostra das deputadas suplentes e há 166 deputadas que fazem parte da amostra de deputadas eleitas, sendo que há deputadas que em determinadas legislaturas foram eleitas e em outras suplentes. Nesse sentido, a análise recai em 201 deputadas que estiveram presentes na Câmara nesses 31 anos.

Das proposições legislativas de autoria individual aprovadas, oito são de deputadas suplentes e 132 são de deputadas eleitas. Portanto, apenas 22,86% das deputadas suplentes aprovaram alguma proposição legislativa. Já em relação à quantidade de proposições legislativas propostas e aprovadas por deputadas eleitas, 79,6% das deputadas eleitas aprovaram uma proposição legislativa durante sua trajetória na Câmara. Esse cálculo não conta que há deputadas federais que têm um poder de aprovação muito superior que outras, sendo apenas uma média entre o quanto uma deputada suplente ou eleita aprovou nesses 31 anos de amostra.

Sobre as deputadas federais que conseguiram aprovar as 158 proposições legislativas, apenas quatro delas aprovaram cinco ou mais proposições legislativas. São elas: Sandra Rosado com cinco proposições legislativas aprovadas, Vanessa Grazziotin com cinco também, Rita Camata com nove proposições legislativas aprovadas e Luiza Erundina com nove proposições aprovadas. Das cinco proposições legislativas aprovadas pela Vanessa Grazziotin, três foram no primeiro mandato e duas no segundo. Das cinco proposições legislativas aprovadas pela Sandra Rosado duas foram no primeiro mandato e três no terceiro mandato.

Das nove da Rita Camata, duas no primeiro mandato, duas no segundo mandato, três no terceiro mandato uma no quarto mandato e uma no quinto mandato. E das nove proposições aprovadas pela Erundina, seis foram no primeiro mandato, duas no segundo e uma no quarto. As deputadas que tiveram a maior aprovação legislativa conseguiram aprovar a grande maioria dos seus projetos no primeiro mandato.

A tabela 2 se relaciona as proposições legislativas de autoria individual. Assim, as matérias legislativas que foram apresentadas em coautoria são retiradas da análise. Boa parte das legisladoras tem pouca capacidade de aprovação de proposições legislativas enviadas. Percebemos na Tabela 4 que uma grande quantidade de deputadas federais possui pouco poder de aprovação de proposições legislativas. 46 parlamentares aprovaram apenas uma matéria legislativa. Na amostra de 191 deputadas, apenas 69 deputadas aprovaram alguma proposição legislativa, o que corresponde a 36,13% da amostra total do número de deputadas.

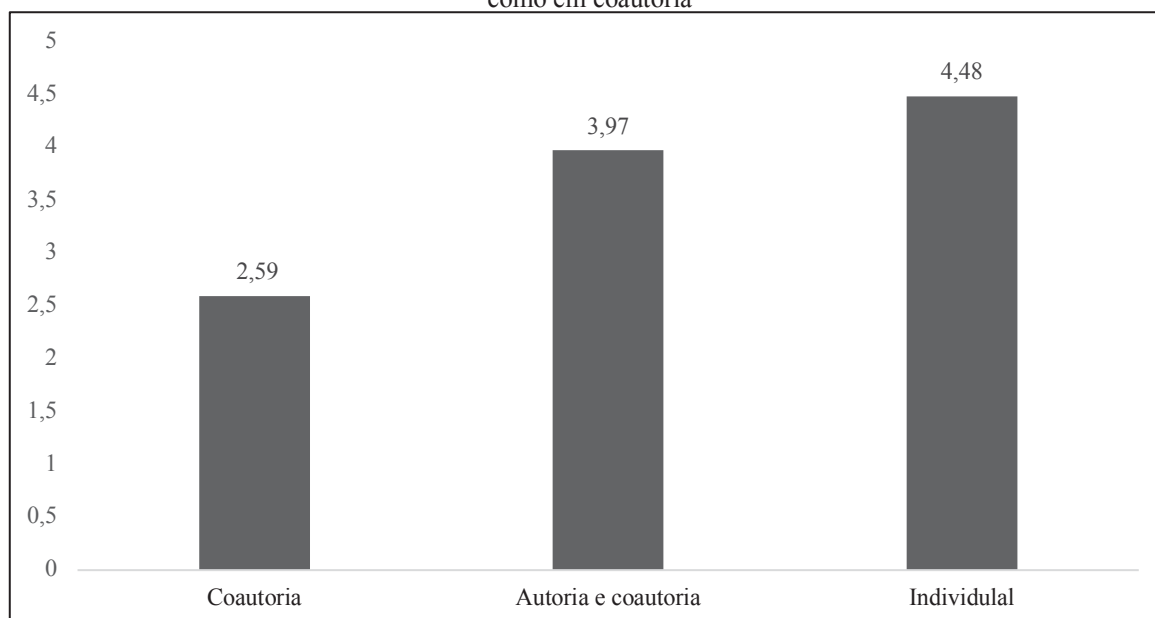
Tabela 2 – Quantidade de proposições legislativas apresentadas individualmente e aprovadas por número de deputadas.

Número de deputadas	Quantidade de proposições legislativas aprovadas por deputada	Total de proposições legislativas aprovadas pelas deputadas
2	9	18
2	5	10
6	4	24
8	3	24
9	2	18
46	1	46
Total de deputadas: 69		Total de proposições aprovadas: 140

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo com as informações coletadas no site da Câmara Federal.

Sobre o tempo de tramitação dos projetos aprovados, percebemos no Gráfico 3 que quando somado a quantidade de tempo que levaram para serem aprovadas as 158 proposições legislativas que se tornaram normas jurídicas, tanto de autoria individual como as de coautoria vemos que a média de tempo é 3,97 anos, ou seja, aproximadamente quatro anos leva para ser aprovada uma proposição legislativa proposta por uma deputada federal como autora individual ou em coautoria nessa análise de 31 anos de atividade legislativa das parlamentares.

Gráfico 3 - Tempo de tramitação das proposições transformadas em norma jurídica tanto em autoria individual como em coautoria



Fonte: Gráfico produzido pela autora de acordo com as fontes retiradas do site da Câmara Federal.

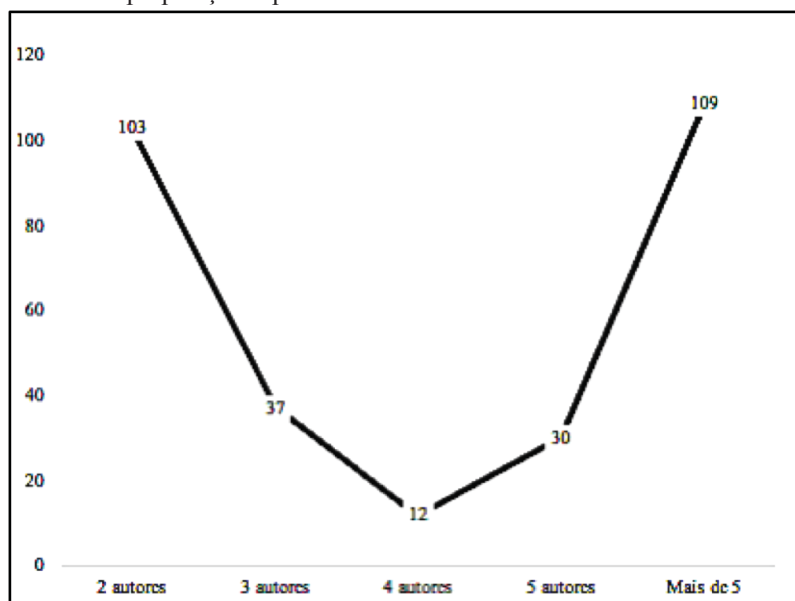
Se analisarmos apenas o tempo que leva para serem aprovadas as proposições que as deputadas apresentaram com outros autores ou autoras percebemos que o tempo de tramitação dos projetos em coautoria é de 2,59 anos, arredondando para dois anos. O tempo cai para um

ano a menos em comparação a média geral de todos os projetos. Sendo que 18 proposições legislativas em coautoria foram transformadas em norma jurídica em um universo de 158 matérias legislativas.

Sobre a média de tempo dos projetos em que as deputadas produziram individualmente que foram 140 proposições transformadas em norma jurídica, temos como resultado que as deputadas quando apresentam projetos individualmente tem o tempo de aprovação das proposições em uma média de 4,48 anos. Notamos que ao apresentarem individualmente suas proposições legislativas há uma demora maior na aprovação do que quando apresentam em conjunto.

Em relação aos projetos serem apenas de uma autora ou serem em coautoria, das 4.661 proposições apresentadas, 4.370 eram em autoria individual e 291 era em coautoria. Isso significa que 93,76% das proposições legislativas apresentadas no período foram produzidas pelas próprias deputadas. Sobre os projetos em coautoria, os mesmos foram divididos em número de coautoria, como é apresentado no Gráfico 4. Nota-se que os projetos com maior número de coautoria são os com dois coautores ou com mais de cinco. Não há uma tendência de aumento ou diminuição de número de proposições apresentadas em coautoria. O que podemos de fato perceber é que há um número efêmero de projetos apresentados em coautoria.

Gráfico 4 – Número de proposições apresentadas de acordo com o número de coautores envolvidos.



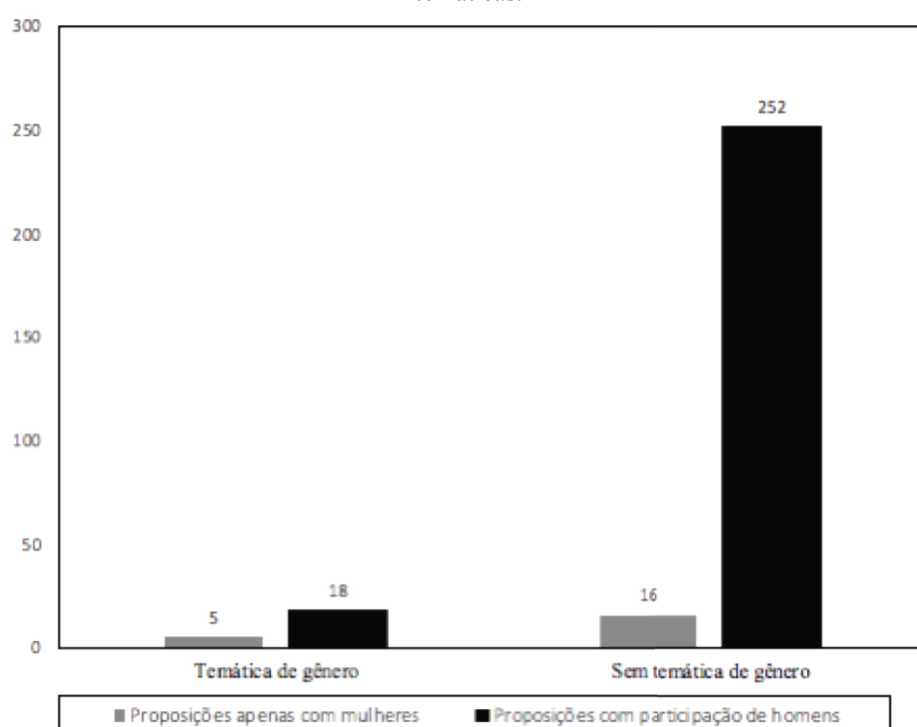
Fonte: Gráfico produzido pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal.

Uma informação que não está disponível no Gráfico 4 é que das 291 proposições legislativas apresentadas em coautoria, apenas 21 delas foram produzidas apenas por autoras



mulheres. A maioria, 270 dessas 291 proposições legislativas, obtiveram a participação de homens enquanto coautores. Outro ponto é que das 21 proposições enviadas apenas por mulheres apenas 3 foram PEC's. E, das 270 proposições enviadas com homens apenas 9 foram PEC's. Geralmente utiliza-se a coautoria para PEC's, pois é necessário um número alto de assinaturas apenas para começar as discussões sobre a matéria, no entanto os números mostram que há poucas proposições desse tipo em coautoria.

Gráfico 5 – Proposições legislativas com mais de um autor apresentadas na temática de gênero e em outras temáticas.



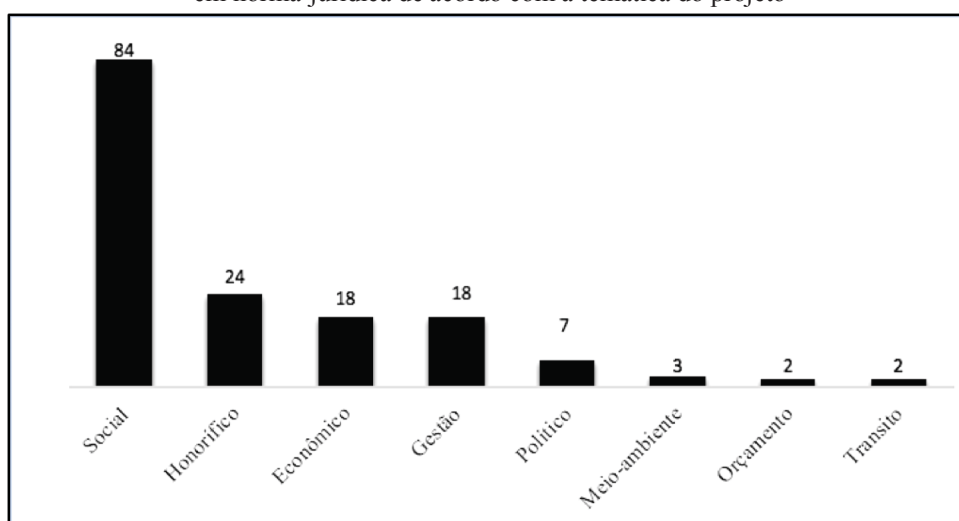
Fonte: Gráfico produzido pela autora de acordo com as informações disponíveis no site da Câmara Federal

Observa-se no gráfico 5 que das 21 proposições legislativas com participação apenas de mulheres como coautoria, 5 delas são voltadas a temática de gênero, ou seja, 23,80% do que foi apresentado em coautoria apenas de mulheres se refere a projetos de gênero. Já as 268 matérias legislativas propostas com coautoria de homens, 18 delas são de temática de gênero, correspondendo a 6,72% da produção. Esse dado parece nos mostrar que as mulheres tendem a se unir para produzirem proposições que beneficiem seu grupo.

#### 4.3 Hipótese 1 da pesquisa: temática das proposições

Um dos objetivos específicos da pesquisa é saber em que temática essas autoras tiveram maior poder de aprovação. O Gráfico 6 nos aponta que o maior poder de aprovação das deputadas foi na temática social. 53,16% do que foi transformado em norma jurídica em 31 anos de produção legislativa feminina advêm da área social.

Gráfico 6 – Quantidade de proposições legislativas (apresentadas individualmente e em coautoria) transformadas em norma-jurídica de acordo com a temática do projeto



Fonte: Gráfico produzido pela autora de acordo com as informações coletadas no site da Câmara Federal.

Esse dado corresponde à produção geral das deputadas federais que pode ser vista na tabela 5, já que das 4.661 proposições legislativas produzidas, 2.352 eram de cunho social, ou seja, 50,46% da produção total das deputadas são na área social, sendo assim o poder de aprovação delas é maior nessa temática. Esse dado corresponde as análises feitas por Miguel e Feitosa (2009) em relação a temática da produção das deputadas federais estar direcionada as *soft politics*. As *hard politics* que são econômico, orçamento, político e trânsito estiveram do meio para o fim na aprovação de proposições legislativa.

Observamos que a segunda maior produção legislativa das deputadas é na área econômica. Podemos observar que foram produzidas 1.010 proposições legislativas nessa temática, no entanto a aprovação nessa temática ficou em terceiro lugar. Projetos de temática honorífica têm maior facilidade de ser aprovada no legislativo, isso ocorre porque a temática não trata de assuntos que trazem grandes alterações para a sociedade. Foram produzidos 181

projetos honoríficos e aprovados 24. Os dados sobre aprovação ou não das proposições de acordo com a temática estão disponíveis na tabela 3.

Tabela 3 - Situação das proposições legislativas de acordo com a temática (n e %)

Temáticas	Transformado em norma jurídica	Vetado totalmente	Arquivado	Em tramitação	Total de proposições de cada tema
<b>Social</b>	84 (3,6%) (53,2%)	5 (0,2%) (38,5%)	1242 (52,8%) (49,6%)	1021 (43,4%) (51,5%)	2352 (100,0%) (50,5%)
<b>Econômico</b>	18 (1,8%) (11,4%)	4 (0,4%) (30,8%)	566 (56,0%) (22,6%)	422 (41,8%) (21,3%)	1010 (100,0%) (21,7%)
<b>Gestão</b>	18 (2,9%) (11,4%)	1 (0,2%) (7,7%)	369 (59,9%) (14,7%)	228 (37,0%) (11,5%)	616 (100,0%) (13,2%)
<b>Honorífico</b>	24 (13,3%) (15,2%)	2 (1,1%) (15,4%)	90 (49,7%) (3,6%)	65 (35,9%) (3,3%)	181 (100,0%) (3,9%)
<b>Político</b>	7 (4,6%) (4,4%)	0 (0,0%) (0,0%)	74 (48,4%) (3,0%)	72 (47,1%) (3,6%)	153 (100,0%) (3,3%)
<b>Trânsito</b>	2 (1,4%) (1,3%)	1 (0,7%) (7,7%)	54 (36,7%) (2,2%)	90 (61,2%) (4,5%)	147 (100,0%) (3,2%)
<b>Meio-ambiente</b>	3 (2,3%) (1,9%)	0 (0,0%) (0,0%)	70 (53,8%) (2,8%)	57 (43,8%) (2,9%)	130 (100,0%) (2,8%)
<b>Orçamento</b>	2 (2,8%) (1,3%)	0 (0,0%) (0,0%)	41 (56,9%) (1,6%)	29 (40,3%) (1,5%)	72 (100,0%) (1,5%)
<b>TOTAL</b>	158 (3,4%) (100,0%)	13 (0,3%) (100,0%)	2506 (53,8%) (100,0%)	1984 (42,6%) (100,0%)	4661 (100,0%) (100,0%)

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo com as informações coletadas do site da Câmara Federal.

(\*) Os percentuais à direita da quantidade (n) de proposições descrevem a fração de cada *situação das proposições* para uma *temática*. Os percentuais abaixo da quantidade (n) descrevem a fração de uma *situação das proposições* para todas *temáticas*.

A taxa de sucesso das deputadas nesses 31 anos foi de 3,4% de aprovação do total das proposições apresentadas. A partir da tabela 4 é possível observar a taxa de sucesso das deputadas federais em cada temática de proposições apresentadas. Para entender a taxa de sucesso de cada temática de projeto é necessário saber a quantidade de projetos aprovados em cada temática pela quantidade de projetos apresentados nessa mesma temática. Através dessa análise podemos observar que o melhor desempenho em aprovação de proposições legislativas das deputadas em relação aos temas, é na temática política e não na social como poderia ser suposto.

A maior taxa de sucesso são as proposições honoríficas. As matérias de cunho honorífico são de menor relevância, em relação as outras temáticas, visto que retratam sobre denominação de espaço público ou homenagens. São consideradas pela literatura como *soft*

*politics*. A segunda colocação é para as proposições de cunho político, o que percebemos é que mesmo produzindo e aprovando poucos projetos de cunho político essa temática obteve a segunda colocação. Já o tema social que é o que elas mais aprovam e produzem, encontram um desempenho político-institucional menor, já que se encontra na terceira colocação.

Tabela 4 – Taxa de sucesso das deputadas federais por temática de projeto.

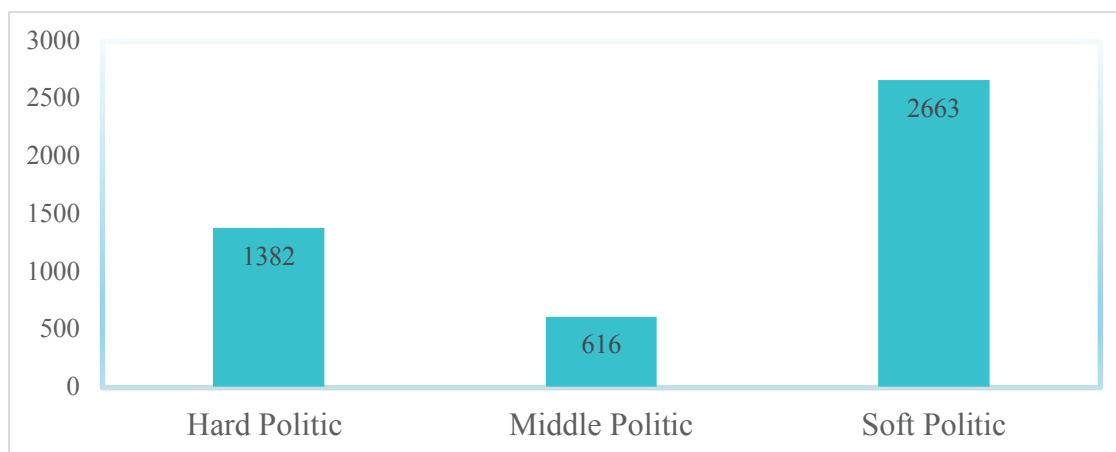
Temática	Taxa de sucesso por temática
Honorífico	13,3%
Político	4,57%
Social	3,6%
Gestão	2,92%
Orçamento	2,77%
Meio-ambiente	2,30%
Econômico	1,78%
Transito	1,36%

Fonte: Tabela produzida pela autora.

Na primeira e terceira colocação encontram-se temas vistos como '*softs*', ou seja, percebemos que as deputadas tendem a ter maior taxa de sucesso nessas temáticas que são vistas como menos relevantes. O fato da taxa de sucesso das matérias legislativas honoríficas ser bem mais alta que as demais indica que as parlamentares conseguem aprovar matérias de menor relevância.

No referente à produção legislativa das deputadas federais serem mais de *hard*, *middle* ou *soft politics*, observamos no gráfico 7 que a maior produção legislativa das deputadas federais se relaciona a temática de *soft politic* (soma de social, honorífico e meio ambiente). O dado está diretamente relacionado à temática social ser a maior produção e aprovação legislativa das parlamentares.

Gráfico 7 – Produção legislativa das deputadas de acordo com a temática de *hard*, *middle* e *soft politic*.



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

Sabemos que os projetos de maior produção das parlamentares estão nas *soft politics*, basta sabermos se a maior aprovação das deputadas também está nessas temáticas. Podemos observar pela tabela 5 que a maior aprovação de projetos é também na temática de *soft politics*.

Tabela 5 - A situação das proposições legislativas apresentadas de acordo com a temática delas (n e %).

Temáticas	Transformado em norma jurídica	Vetado totalmente	Arquivado	Em tramitação	Total de proposições de cada tema
<b>Hard Politics</b>	29 (2,1%) (18,4%)	5 (0,4%) (38,5%)	735 (53,2%) (29,3%)	613 (44,4%) (30,9%)	1382 (100,0%) (29,7%)
<b>Middle Politics</b>	18 (2,9%) (11,4%)	1 (0,2%) (7,7%)	369 (59,9%) (14,7%)	228 (37,0%) (11,5%)	616 (100,0%) (13,2%)
<b>Soft Politics</b>	111 (4,2%) (70,3%)	7 (0,3%) (53,8%)	1402 (52,6%) (55,9%)	1143 (42,9%) (57,6%)	2663 (100,0%) (57,1%)
<b>TOTAL</b>	158 (3,4%) (100,0%)	13 (0,3%) (100,0%)	2506 (53,8%) (100,0%)	1984 (42,6%) (100,0%)	4661 (100,0%) (100,0%)

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo os dados coletados do site da Câmara Federal.

(\*) Os percentuais à direita da quantidade (n) de proposições descrevem a fração de cada *situação das proposições* para uma *temática*. Os percentuais abaixo da quantidade (n) descrevem a fração de uma *situação das proposições* para todas *temáticas*.

Um dado que chama a atenção é que há um número maior de projetos vetados pelo presidente também na área de *soft politics*, no entanto pela quantidade de projeto enviados na área de *hard politics* que foram 1382 em comparação ao *soft politic* que foram 2663, houve um número elevado de projetos de *hard politics* vetados. Uma das possíveis explicações para isso é que por tratarem de questões que se relacionam ao orçamento, economia, política externa, pode ser que quando enviados para apreciação do legislativo, sofram maiores barreiras para serem aprovados.

#### 4.4 Hipótese 2 da pesquisa: produção na temática de gênero

Uma questão a ser analisada nessa pesquisa é sobre a produção das deputadas federais no que se refere a temática de gênero. As deputadas produziram 401 projetos na temática de gênero. É necessário saber quantos desses foram aprovados e do que se tratam esses projetos aprovados.

As deputadas fizeram 401 proposições legislativas da temática gênero (que representam o % abaixo no total de proposições).

Tabela 6 – Porcentagem no número de proposições legislativas voltadas a temática de gênero dentro das temáticas sociais, *soft politics* e proposições de modo geral.

TOTAL	n	% gênero
Totais proposições	4661	8,6%
<i>Soft Politics</i>	2663	15,1%
Temática Social	2352	17,0%

Tabela produzida pela autora.

Um ponto que chama a atenção na Tabela 7 é que há apenas um projeto que foi vetado que se relaciona a maternidade. Talvez o número baixo de vetos presidenciais nas proposições voltadas a temática de gênero signifique que as deputadas por terem uma maior *expertise* e *background* na área de gênero, passam a ter menor dificuldade em aprovar seus projetos.

É possível observar que as deputadas conseguiram aprovar 7,5% do total dos projetos enviados na temática de gênero. Isso nos diz que o desempenho político-institucional das deputadas é maior na temática de gênero do que de maneira geral que foi de 3,4% como descrito anteriormente.

Tabela 7 – Proposições voltadas à temática de gênero e situação em que se encontram (n e %)

Temáticas	Transformado em norma jurídica	Vetado totalmente	Arquivado	Em tramitação	Total de proposições de cada tema
Acesso ao mercado de trabalho	2 (5,1%) (6,7%)	0 (0,0%) (0,0%)	26 (66,7%) (13,7%)	11 (28,2%) (6,1%)	39 (100,0%) (9,7%)
Maternidade	8 (8,2%) (26,7%)	1 (1,0%) (100,0%)	56 (57,1%) (29,5%)	33 (33,7%) (18,3%)	98 (100,0%) (24,4%)
Orientação sexual e identidade de gênero – mulheres lésbicas, bissexuais e trans	0 (0,0%) (0,0%)	0 (0,0%) (0,0%)	7 (31,8%) (3,7%)	15 (68,2%) (8,3%)	22 (100,0%) (5,5%)
Participação política das mulheres	1 (3,6%) (3,3%)	0 (0,0%) (0,0%)	13 (46,4%) (6,8%)	14 (50,0%) (7,8%)	28 (100,0%) (7,0%)
Reconhecimento	14 (12,8%) (46,7%)	0 (0,0%) (0,0%)	49 (45,0%) (25,8%)	46 (42,2%) (25,6%)	109 (100,0%) (27,2%)
Violência de gênero	5 (4,8%) (16,7%)	0 (0,0%) (0,0%)	39 (37,1%) (20,5%)	61 (58,1%) (33,9%)	105 (100,0%) (26,2%)
<b>TOTAL</b>	30 (7,5%) (100,0%)	1 (0,2%) (100,0%)	190 (47,4%) (100,0%)	180 (44,9%) (100,0%)	401 (100,0%) (100,0%)

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo os dados coletados do site da Câmara Federal.

(\*) Os percentuais à direita da quantidade (n) de proposições descrevem a fração de cada *situação das proposições* para uma *temática*. Os percentuais abaixo da quantidade (n) descrevem a fração de uma *situação das proposições* para todas *temáticas*.

A maior produção das deputadas é na área de reconhecimento e a maior aprovação é também na área de reconhecimento. Isso nos mostra que as parlamentares aprovaram 14 proposições legislativas voltadas a temática de reconhecimento, nos mostra que elas procuram alcançar direitos ainda não reconhecidos pelo Estado brasileiro. A segunda maior aprovação é na temática de maternidade. O fato delas aprovarem em segundo lugar mais matérias legislativas na temática de maternidade, pode nos indicar que uma das agendas predominante das parlamentares quando as mesmas produzem para o grupo mulheres é na temática de maternidade.

Percebemos uma produção legislativa menor em proposições legislativas voltadas para mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras. Observamos também que as mulheres parlamentares produzem em menor quantidade proposições legislativas voltadas a maior participação política das mulheres, ou seja, matérias legislativas que lhes beneficiam.

A produção legislativa voltada ao maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho é menor também. Analisando de uma maneira apenas quantitativa esses dados, já podemos supor que as parlamentares colocam a participação das mulheres nos espaços públicos como o mercado de trabalho e na política de forma secundária. E, as mulheres transgêneras, bissexuais e lésbicas têm seus interesses subrepresentados pelas próprias parlamentares mulheres, já que elas produzem menos e aprovam menos nessa temática.

#### 4.5 Hipótese 3 da pesquisa: fazer parte da coalizão de governo

Um ponto apresentado na literatura é sobre a relação entre fazer ou não parte da coalizão do governo com a capacidade de aprovação de proposições legislativas. Nessa análise, apenas observamos 4.370 proposições legislativas, já que as proposições com coautoria são retiradas da verificação.



Gráfico 8 – Quantidade de proposições enviadas e aprovadas pelas deputadas de acordo com elas fazerem ou não parte da coalizão de governo.

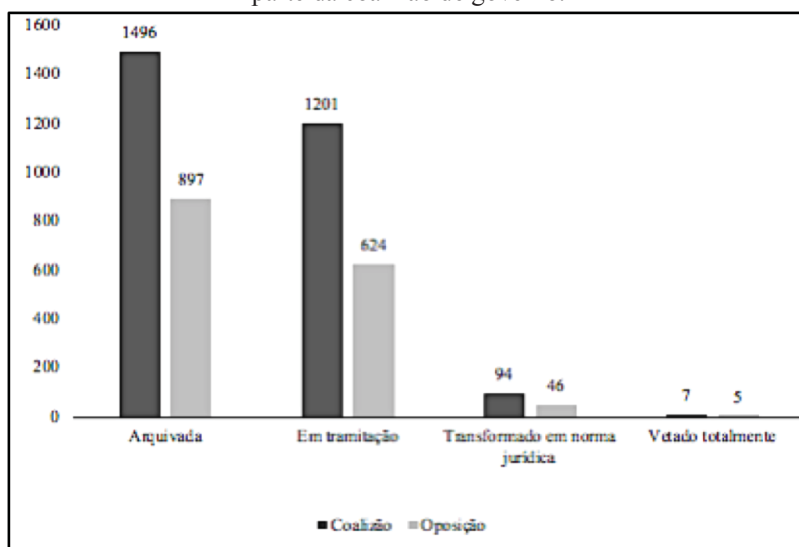


Gráfico produzido pela autora de acordo com os dados coletados do site da Câmara Federal.

A partir do Gráfico 8 observamos que as deputadas da coalizão aprovaram mais proposições legislativas (94) do que as deputadas da oposição (46). Todavia, é necessário observar que as deputadas da coalizão apresentaram 2.798 proposições legislativas e as da oposição 1.572. Assim, analisando pela quantidade de proposições legislativas apresentadas entre os dois grupos temos que as deputadas da coalizão conseguiram aprovar 3,4% do que enviaram, enquanto as da oposição aprovaram 2,9% do que enviaram. A taxa de aprovação das proposições legislativas entre ser ou não da coalizão traz algumas diferenças quantitativas, visto que a taxa de aprovação no Congresso é aproximadamente 2%, assim aprovar 15% a mais por ser da coalizão nos aponta uma certa relevância.

Um questionamento que deve ser feito se refere ao número de deputadas que compunham a coalizão e o número de deputadas que compunham a oposição. Tirando o número de deputadas que fizeram parte tanto do governo quanto da oposição enquanto parlamentares, temos que 73 das deputadas estiveram na coalizão de governo, 35 deputadas estiveram oposição e 93 fizeram parte da coalizão e da oposição em momentos distintos. Tirando da verificação as parlamentares que estiveram na coalizão e na oposição em momentos diferentes, percebemos que há um número maior de deputadas na coalizão, e isso pode influenciar na quantidade de proposições legislativas aprovadas.

#### 4.6 Hipótese 4 da pesquisa: ideologia do partido das deputadas

Outro ponto relevante é sobre a relação entre capacidade decisória e ideologia partidária. Assim como na análise das deputadas da coalizão e da oposição, ao averiguar a ideologia partidária analisam-se apenas os projetos de uma autora, ou seja, 4.370 proposições legislativas. Observamos na Tabela 8 que as deputadas dos partidos de esquerda são as que mais aprovaram proposições legislativas (71 proposições legislativas) em comparação as deputadas dos partidos de centro e de direita.

Tabela 8 – Ideologia partidária das deputadas e situação da proposição (n e %)

<b>Ideologia Partidária</b>	<b>Transformado em norma jurídica</b>	<b>Vetado totalmente</b>	<b>Arquivado</b>	<b>Em tramitação</b>	<b>Total de proposições</b>
<b>Direita</b>	30 (3,0%) (21,4%)	2 (0,2%) (16,7%)	486 (48,9%) (20,3%)	476 (47,9%) (26,1%)	994 (100,0%) (22,7%)
<b>Centro</b>	39 (2,9%) (27,9%)	5 (0,4%) (41,7%)	782 (57,5%) (32,7%)	534 (39,3%) (29,3%)	1360 (100,0%) (31,1%)
<b>Esquerda</b>	71 (3,5%) (50,7%)	5 (0,2%) (41,7%)	1125 (55,8%) (47,0%)	815 (40,4%) (44,7%)	2016 (100,0%) (46,1%)
<b>TOTAL</b>	140 (3,2%) (100,0%)	12 (0,3%) (100,0%)	2393 (54,8%) (100,0%)	1825 (41,8%) (100,0%)	4370 (100,0%) (100,0%)

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo com os dados disponíveis na Câmara e da classificação da tipologia dos partidos políticos de Carreirão (2006), Power e Zuco (2009) e Codato, Bolognesi e Matos (2015).

(\*) Os percentuais à direita da quantidade (n) de proposições descrevem a fração de cada *situação das proposições* para uma *ideologia*. Os percentuais abaixo da quantidade (n) descrevem a fração de uma *situação das proposições* para todas as *ideologias*.

No entanto as parlamentares de esquerda tiveram uma produção legislativa maior em comparação aos outros partidos agrupados por ideologia. Se analisarmos a quantidade de aprovação de proposições legislativas de acordo com a quantidade produzida por parlamentares temos como resultado que as deputadas dos partidos de direita conseguiram aprovar 3,0%, dos de centro 2,9% e dos de esquerda 3,5%, respectivamente, do conjunto de proposições legislativas apresentadas por cada grupo ideológico.

Os deputados e deputadas têm uma taxa de aprovação baixa no Congresso em torno de 2%. Aprovar 17% a mais em relação as deputadas da direita, e 21% em relação as deputadas da esquerda não é irrelevante, mesmo que não seja absurda a diferença.

É importante salientar que o número de deputadas que fizeram parte apenas de partidos de esquerda são 70 parlamentares. O número de deputadas que somente fizeram parte de partidos de direita foram 47 deputadas, e somente de centro 42 deputadas. Enquanto, 42

parlamentares fizeram parte de mais de uma ideologia de partido no período, podendo estar em partido de esquerda e depois de direita por exemplo.

O número de parlamentares de partido de esquerda é superior às outras ideologias dos partidos. Nesse cálculo deve ser levado em conta que, 14 anos de um total de 31 da análise, foram dos governos Lula e Dilma. Talvez isso explique o número maior de parlamentares de esquerda na análise, especialmente quando avaliamos que o número de parlamentares eleitas aumentou após a lei de cotas que foi aprovada no final da década de 90. Além disso, no período dos governos Lula e Dilma a maior parte das deputadas de partidos de esquerda também eram membros da coalizão de governo.

#### 4.7 Hipótese 5 da pesquisa: número de mandatos das deputadas

Uma das variáveis explicativas do trabalho é capacidade de aprovação de proposições legislativas das deputadas estar relacionado ao número de mandatos que elas possuem. Acredita-se que quanto mais mandatos as parlamentares possuem mais proposições legislativas elas aprovam. Todavia, os dados da tabela 9 nos mostram que a aprovação de proposições legislativas foi maior entre as deputadas que estão no primeiro mandato.

Um dos motivos para ter uma menor aprovação com o decorrer das legislaturas é que se encontra mais difícil uma deputada federal conseguir permanecer na Câmara durante várias legislaturas, na medida em que há uma renovação parlamentar alta. Os dados sobre renovação parlamentar apresentam que em média a cada nova legislatura, há uma renovação parlamentar de 40% dos deputados e deputadas federais (SANTOS, 2000). Por isso, com o decorrer das legislaturas o número de proposições legislativas aprovadas diminui, visto que o número de parlamentares reeleitas diminui.

Tabela 9 – Proposições transformadas em norma jurídica nos diferentes mandatos

MANDATO	1	2	3	4	5	6	Total
PROPOSIÇÕES	2387	1071	550	267	73	22	4370
Transformado em norma jurídica	70	43	17	7	3	0	140
% de aprovação	2,9%	4,0%	3,1%	2,6%	4,1%	0,0%	3,2%

Tabela produzida pela autora de acordo com os dados coletados do site da Câmara Federal.

Nos dados encontrados na pesquisa é possível observar que apenas sete legisladoras têm cinco mandatos, sendo elas: Elcione Barbalho, Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Luiza Erundina, Marinha Raupp, Rita Camara e Rose Freitas. Essas sete legisladoras produziram 73 proposições legislativas. As que estão em seu sexto mandato são apenas a Jandira Feghali e Rose Freitas, as duas em seus sexto mandato produziram 22 proposições legislativas.

Podemos observar a partir da tabela 9 que a soma de toda a produção legislativa das deputadas que estavam em seu primeiro mandato deu um total de 2.387 proposições legislativas e elas aprovaram 70, ou seja, elas conseguiram ter uma taxa de sucesso de 2,9%. No segundo mandato essa taxa de sucesso é de 4,0%, no terceiro 3,1%, no quarto mandato é de 2,6%, no quinto de 4,1%. Percebemos que avaliando a taxa de sucesso por mandato é possível observar que quanto mais mandatos maior é a chance de serem aprovadas proposições legislativas, havendo apenas uma diminuição no quarto mandato que foi para 2,6%.

No quinto mandato das parlamentares podemos observar um aumento significativo na taxa de sucesso das proposições legislativas. Podemos supor que o tempo de tramitação de matérias legislativas na Câmara é relativamente lento, vimos que as matérias de autoria individual levam cerca de cinco anos para serem aprovadas, todavia não podemos deixar de levar em conta a variável *seniority* como relevante, já que a experiência parlamentar pode ser um fator relevante para a aprovação das proposições legislativas da parlamentares. A experiência na Câmara, o conhecimento da regra do jogo, nos mostram uma maior capacidade de decisão das deputadas.

Outra análise que podemos fazer a partir da tabela 10 é que quando a parlamentar possui mais de um mandato, não importa quanto mandatos forem a porcentagem de aprovação aumenta. Por isso, a taxa de aprovação no primeiro mandato é 2,9%, já quando é mais de um mandato é 3,5%. Podemos mais uma vez salientar que a *seniority* parece ser um indicativo importante para analisar o sucesso parlamentar das parlamentares brasileiras.

Tabela 10 – Taxa de sucesso das parlamentares no primeiro mandato e em mais de um mandato.

MANDATO	1	mais de 1
PROPOSIÇÕES	2387	1983
Transformado em norma jurídica	70	70
% de aprovação	2,9%	3,5%

Tabela produzida pela autora de acordo com os dados coletados do site da Câmara Federal.

#### 4.8 O problema de pesquisa

O problema de pesquisa se relaciona a perceber se nas diferentes legislaturas houve mudanças ou não no que foi produzido em termos de temática pelas deputadas do que foi aprovado pelas mesmas. A respeito do que foi produzido pelas deputadas, é visto pelos dados na tabela 11 a maior produção legislativa das deputadas nas 8 legislaturas se refere a temática social, e a segunda maior produção legislativa é na temática econômica. Percebemos que nas diferentes legislaturas as deputadas federais tendem a ter um padrão de produção legislativa, e que a produção na temática social é superior as outras, ela mais do que dobra a produção do segundo colocado que são as matérias legislativas de cunho econômico.

No que se refere a aprovação de projetos por separação de temática nas 8 legislaturas observamos que a temática social teve a maior aprovação de projetos em todas as legislaturas com um total de 84 projetos aprovados, uma média de 10,5 matérias aprovadas por legislatura. A temática econômica permanece na segunda colocação em número de projetos aprovados, no entanto está ocupando o posto com as proposições legislativas de tema de gestão.

Tabela 11 - Produção total de proposições legislativas separadas por temática nas oito legislaturas analisadas.

Temática	1987- 1990	1991- 1994	1995- 1998	1999- 2002	2003- 2006	2007- 2010	2011- 2014	2015- 2018	Total
Econômico	44	53	88	112	141	156	205	211	1010
Gestão	31	42	51	79	98	124	111	80	616
Meio-Ambiente	1	9	4	9	27	39	20	21	130
Orçamento	2	3	5	7	14	15	11	15	72
Político	6	5	12	15	22	28	30	35	153
<b>Social</b>	139	128	188	222	333	304	476	562	2.352
Trânsito	4	2	6	8	23	22	27	55	147
Honorífico	0	1	9	26	27	49	35	34	181
Total	227	243	363	478	685	737	915	1013	4.661

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo com os dados coletados no site da Câmara Federal.

O que podemos perceber sobre produção e aprovação é que a maior produção e aprovação das deputadas é na temática social, mas as mesmas não deixam temas considerados como *hard* e *middle politics* de lado nas suas atividades legislativas. Proposições de cunho honorífico e meio-ambiente que poderiam ser mais presentes na atuação parlamentar das deputadas, já que são consideradas *soft politics* não são vistas em grande proporção, sendo que poderia se supor isso, por tratarem de temas mais suaves.

Tabela 12- Aprovação total das proposições legislativas separadas pelas temáticas nas 8 legislaturas

	1987-1990	1991-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2018	Total
Econômico	0	0	2	4	4	3	4	1	18
Gestão	1	2	0	6	6	1	1	1	18
Meio-Ambiente	1	0	0	0	1	1	0	0	3
Orçamento	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Político	0	0	0	2	1	3	1	0	7
Social	2	11	8	15	13	15	10	10	84
Trânsito	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Honorífico	0	0	0	4	6	8	4	2	24
Total	4	13	10	32	32	31	21	15	158

Fonte: Tabela produzida pela autora de acordo com os dados coletados no site da Câmara Federal.

Além disso, com o passar das legislaturas as deputadas parecem ter tido um maior interesse em produzirem proposições legislativas de temas *hard*. Pode-se dizer que elas não possuem grande capacidade de aprovação de normas legislativas nas temáticas de *hard politic*, no entanto é possível notar o interesse delas na produção de proposições legislativas nessa área.

Se avaliarmos apenas as matérias legislativas de cunho social (*soft politic*), econômico (*hard politic*) e gestão (*middle politic*), podemos notar pelo gráfico 9 e o gráfico 10 que a produção em *soft politic* e aprovação é maior no decorrer das 8 legislaturas. Apesar das parlamentares buscarem produzir uma quantidade maior de matérias nessas áreas (econômico e gestão) como é possível notar no gráfico 9, a aprovação na temática social é muito mais presente nas 8 legislaturas.

Gráfico 9 – Proposições apresentadas

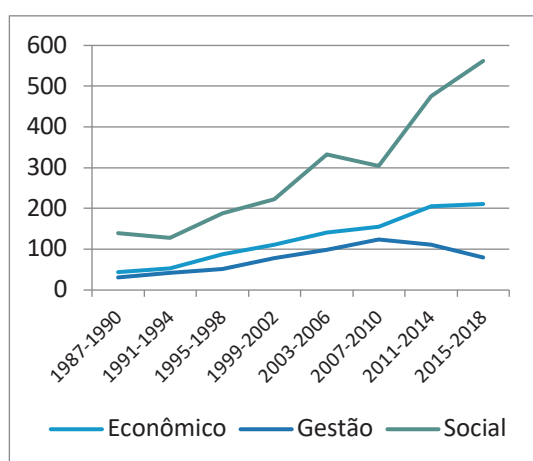
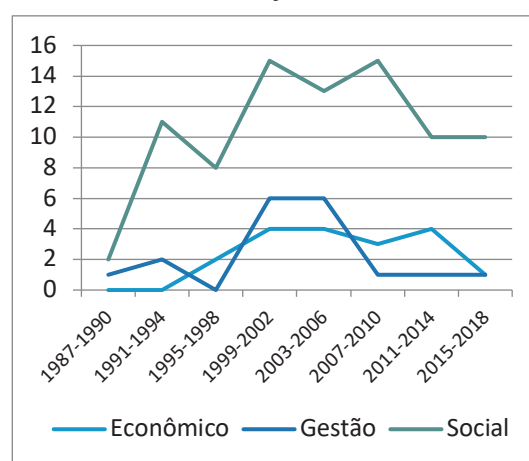


Gráfico 10 – Matérias legislativas transformadas em norma jurídica



Na próxima seção da pesquisa procuraremos analisar alguns dados encontrados com o que a literatura sobre produção legislativa e participação da mulher na política apresenta.

#### 4.9 Análise dos dados encontrados

O recorte temporal dessa pesquisa correspondeu a 31 anos de atividade legislativa, no qual percebemos um aumento na quantidade de deputadas federais eleitas, tendo como uma das motivações para isso, as alterações no sistema eleitoral como a política de cotas que aumentaram o número de mulheres que fazem parte do processo eleitoral (ARAÚJO, 2000; MIGUEL, 2008; HTUN, 2001). Devido a isso, vemos um legislativo que aumentou o número de deputadas federais eleitas, e assim aumentou a produção legislativa feminina ao longo das oito legislaturas estudadas.

Na 55ª legislatura apenas avaliamos a produção de 2015, 2016 e 2017 e mesmo assim, a produção de três anos foi de 1.013 proposições legislativas mandadas para apreciação na Câmara, já a da legislatura 54ª na qual foram avaliados 4 anos de produção legislativa, temos uma quantidade total de 915 proposições legislativas. Na 54ª legislatura 45 deputadas foram eleitas, na 55ª legislatura 51 foram eleitas, apenas seis deputadas a mais foram eleitas, mostrando que nessa última legislatura as deputadas federais tiveram um maior empenho na produção de proposições.

Se avaliarmos a quantidade de proposições legislativas produzidas pelo número de deputadas eleitas em cada legislatura (a média da quantidade de produção legislativa produzida pelas deputadas) percebemos no Gráfico 11 que não aumentou apenas a quantidade produzida de proposições por legislaturas, mas também a média de produção por legisladora. Lembrando que na 55ª legislatura não foram coletados os dados de 2018, e a média se coletado 2018 aumentaria. Percebemos um aumento na participação das deputadas federais na produção legislativa. Vale ressaltar que não estamos avaliando a qualidade das matérias legislativas produzidas apenas a quantidade produzida por deputada eleita.



Gráfico 11 – Quantidade total de proposições legislativas produzidas pela quantidade de parlamentares mulheres eleitas.

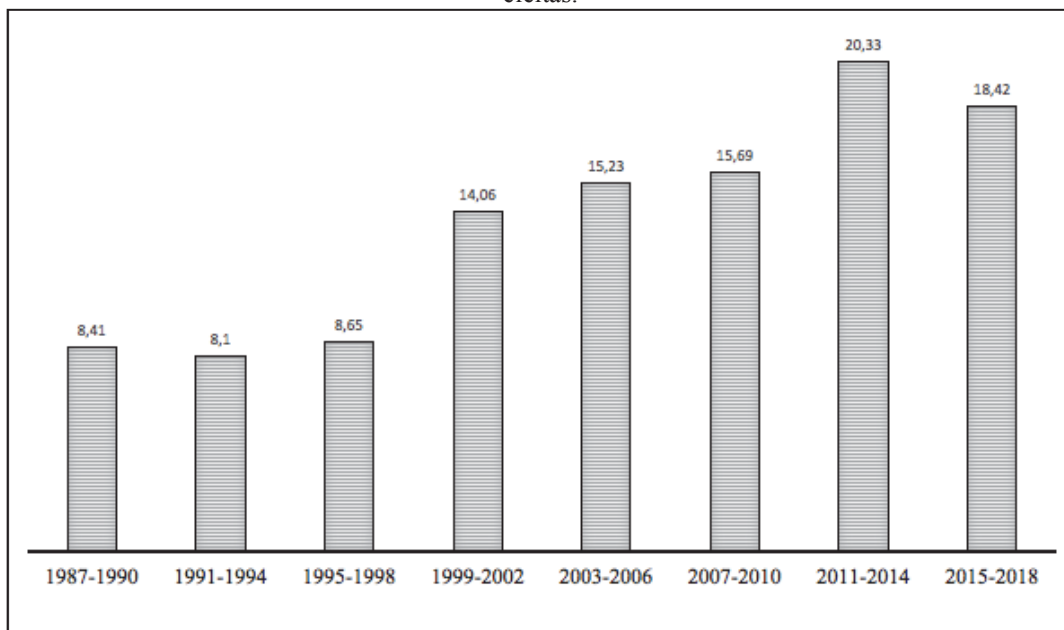


Gráfico produzido pela autora de acordo com a coleta de dados retirada do site da Câmara Federal.

A literatura sobre produção legislativa aponta que as normas produzidas pelos parlamentares, tanto do gênero feminino quanto do gênero masculino têm uma importância baixa e secundária, visto que a análise apresentada é que os legisladores quando são eleitos se voltam a produções paroquiais, e, além disso, a produção não é de abrangência nacional (AMES, 2001; RICCI, 2003).

Avaliando a produção legislativa das deputadas federais vemos que elas produzem mais em áreas sociais e têm poder de transformar suas proposições legislativas em normas jurídicas também nessa área. Podemos afirmar parcialmente a afirmação de Ames (2001) e Ricci (2003) já que as proposições de cunho social que são *soft politics* são entendidas como secundárias em comparação a temática econômica, mas é difícil confirmar com os dados coletados que são paroquiais as matérias legislativas aprovadas. Uma análise da ementa das 158 proposições legislativas transformadas em norma jurídica (autoria individual e coautoria) nos mostra que elas são quase em toda totalidade de importância secundária, a grande maioria são *soft politics*.

Percebemos pelos dados encontrados que apesar da temática de gênero ser compreendida pela literatura como de importância secundária na produção legislativa por se tratar de *soft politic* (MIGUEL; BIROLI, 2009), é nessa temática que aumenta capacidade de aprovação de normas legislativas das parlamentares. Vimos pela literatura que as parlamentares estão mais inseridas nas comissões de *soft politic* (BUSANELLO; REHBEIN, 2017;

REZENDE, 2017), e percebemos pelos dados que as parlamentares produzem uma quantidade razoável da sua produção nessa área.

A posição social do que é ser mulher parece interferir de certa maneira na produção legislativa das parlamentares quando apontamos mais profundamente na temática de gênero. Miguel e Feitosa (2009) nos apresentam que

Com efeito, no âmbito parlamentar, há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que àqueles vinculados diretamente ao controle do Estado e de seus recursos e à distribuição dos postos de exercício do poder (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 205)

Os dados encontrados na pesquisa nos mostram que as parlamentares brasileiras não só produzem mais na área social, as *soft politics*, mas como tem mais chance de transformar suas proposições legislativas em normas jurídicas. Uma análise institucional nos aponta que ao adentrarem em uma estrutura masculina as mesmas repetem padrões de atuação ‘feminina’ em sua produção. Ou seja, pelos dados analisados podemos observar que a *HI* dessa pesquisa que se relaciona a concentração da produção legislativa das deputadas ser na temática social realmente acontece. As deputadas não só produzem mais na temática social como tem um maior poder de transformar as matérias legislativas em normas jurídicas.

Mas isso não quer dizer que as mesmas não produzam em outras áreas. Vemos o interesse das parlamentares na produção na temática econômica. As parlamentares produziram 1010 proposições legislativas nessa área, o que nos aponta que há certo interesse das parlamentares na produção legislativa que foge ao tema social. A questão está capacidade de aprovação de normas legislativas dessas parlamentares no que se refere a aprovação de proposições legislativas de *hard politics*. As mulheres políticas têm em comum o fato de serem mulheres, a classificação gênero. Entretanto, como aponta Miguel e Biroli (2009) ocupam posições diferentes dentro desse campo, e por ocuparem posições diferentes podem ter atuação legislativa na produção de matérias legislativas diferentes.

Percebemos que poucas legisladoras aprovam mais de uma proposição legislativa. Como aponta a literatura como Figueiredo e Limongi (1999, p.49) após a constituição de 1988 vemos a preponderância do Executivo na produção legislativa, “o Executivo é a principal fonte de iniciativa legislativa”. Em adicional a isso, que desde a constituinte o Executivo foi responsável por 85% das leis sancionadas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

O controle da agenda está predominantemente com o Executivo, e o que sobra de poder de agenda é colocado aos líderes partidários (SANTOS; BORGES, 2018). Refletindo, a partir de um recorte de gênero, e sobre a perspectiva do poder secundário de aprovação de proposições

legislativas por parte dos parlamentares, vemos que as deputadas federais conseguiram aprovar 3,38% das proposições legislativas enviadas. Pensando que cabe ao legislativo os 15% restantes como apontou Figueiredo e Limongi (1999) vemos que as deputadas federais se encontram em uma posição ainda menor de poder de aprovação em comparação a dos deputados homens no que se refere a capacidade decisória.

Talvez as diferenças sobre capacidade de aprovação de normas legislativas entre deputados e deputadas esteja nos temas enviados para apreciação e nos temas aprovados, no entanto apenas um estudo comparativo entre produção legislativa masculina e feminina conseguiria aprofundar essa análise.

Vimos o tempo que levam para tramitar e serem aprovadas as proposições de autoria das deputadas federais. As matérias legislativas de autoria das deputadas federais apresentadas individualmente levam 4,48 anos para serem aprovadas. Figueiredo e Limongi (1999) apontam que a média das proposições enviadas pelos deputados e deputadas federais é de 1.094 dias, dando uma média de 2,99 anos. É o tempo similar aos projetos que as deputadas fizeram em coautoria que é de 2,59 anos. Vemos que a média de tempo aumenta quando elas enviam individualmente, não é uma diferença tão abrupta, mas já nos aponta que as deputadas têm uma média de tempo maior quando enviam individualmente proposições legislativas.

Um ponto que chamou a atenção é que quando as deputadas produzem proposições legislativas em coautoria com mulheres, quase 22% dessa produção em parceria é na temática de gênero. Esse dado lembra a importância que autora Philips (1995) mostra sobre a ‘política de presença’, na medida em que o fato das mulheres estarem no legislativo, faz com que a pauta ‘mulheres surja’ e elas passam a produzirem em conjunto sobre essa temática.

Isso só nos mostra o quanto é importante que haja um aumento no número de mulheres no parlamento, independente de ideologia partidária, já que as mesmas procurarão de maneira geral realizar um trabalho que envolva garantir direitos para o grupo mulheres. Vemos pelos dados que as mulheres deputadas têm mais chance de aprovarem projetos de gênero do que os projetos de maneira geral, sendo esse dado uma resposta a H2 da pesquisa. Uma das análises para isso por ser o fato das parlamentares serem postas em comissões mais voltadas a área social e a área de direito para mulheres como aponta Busanelo (2017), e elas desenvolverem uma *expertise* nessa área.

Ainda sobre a temática de gênero produzida pelas parlamentares, observamos que o foco maior de produção é na temática de reconhecimento, a segunda colocação é violência de gênero e, terceiro, maternidade. É interessante o fato da primeira colocação ser na temática de

reconhecimento, visto que isso nos diz que as parlamentares querem garantir maior visibilidade para as mulheres.

No entanto, ao avaliar as proposições voltadas para as mulheres transgêneras, lésbicas e bissexuais percebemos uma diminuição grande na quantidade produzida, apenas 22 proposições produzidas em 31 anos, e nenhuma aprovada. Além disso, 15 proposições do total de 22 produzidas nessa temática foram vetadas, mostrando que o Executivo entrou em conflito com o legislativo em matérias legislativas que garantem direitos para mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras.

Na temática de participação das mulheres na política vemos um número menor em comparação a temática reconhecimento, já que apenas foram produzidas 28 proposições e na temática acesso ao mercado de trabalho, 39 proposições legislativas produzidas.

O primeiro maior número em aprovação de proposições de gênero é na área de reconhecimento, visto que foram 14 proposições aprovadas. O segundo lugar ficou com as matérias sobre maternidade (8), e o terceiro violência de gênero (5). O fato das proposições legislativas sobre reconhecimento estarem em primeiro lugar, parece nos apontar um indicativo positivo em relação ao que as parlamentares mulheres conseguem produzir e aprovar na temática de gênero. O que nos parece mostrar é que as deputadas buscam aprovar matérias que lhes garantam maior visibilidade, e sejam entendidas enquanto indivíduos.

No entanto, o fato das proposições aprovadas na área de maternidade estarem em segunda colocação, e ao mesmo tempo haver um número baixo de proposições legislativas aprovadas para mulheres que fogem o padrão heterocisnormativo<sup>20</sup>, parece apontar para um entendimento do que a instituição política considera como mulheres que merecem ser representadas. E fica o questionamento, até que ponto as parlamentares representam o interesse do conjunto ‘mulheres’ como um todo?

Parece haver um entendimento sobre o que é ser mulher, e esse ser mulher parece estar mais direcionado a figura da mulher mãe, ou seja, a mulher que buscará a maternidade. Entendemos a importância da maternidade, mas esse resultado empírico reforça a teoria ao falar do lugar de espaço da mulher, que é destinado ao espaço privado (CARVALHO, 2004).

Resultados similares aparecem em trabalhos que estudam a produção parlamentar das mulheres a nível subnacional. Um estudo sobre a atuação das vereadoras da Câmara Municipal

---

<sup>20</sup> Heterocisnormativo é um termo utilizado pelas feministas para designar uma maneira de ser entendida pela sociedade como ‘natural’. Tudo o que foge a essa ‘naturalidade’ é visto como diferente. Mulheres lésbicas, bissexuais e trans/travestis fogem ao que a sociedade entende como ‘natural’.

de Curitiba, mostra que as matérias legislativas aprovadas pelas vereadoras em uma legislatura voltadas a temática de gênero foram relacionadas a maternidade (FRANCO *et.al*, 2017). Um questionamento feito sobre a atuação das vereadoras de Curitiba foi “Assim, podemos colocar uma questão: as mulheres contempladas nos projetos promulgados e apresentados correspondem à representação de todas as mulheres da cidade Curitiba? (FRANCO *et.al*, 2018, p. 92).

A principal questão a ser analisada nesse capítulo é sobre as possíveis variáveis explicativas (independentes) a variável dependente dessa pesquisa que é a capacidade de aprovação das proposições legislativas apresentadas pelas parlamentares, ou seja, dar respostas às cinco hipóteses propostas nesse trabalho.

No capítulo metodológico apresentamos que a variável dependente dessa pesquisa é a capacidade de aprovação de proposições legislativas por parte das deputadas federais (situação da proposição) e as possíveis variáveis explicativas para essa capacidade delas recaem em: 1- temática das proposições, 2- fazer parte do governo ou da oposição, 3- ideologia partidária e 4- número de mandatos.

Pontuaremos a seguir os achados encontrados nessa pesquisa sobre as variáveis observadas. Como já apresentado acima, a temática social, é a que as deputadas federais possuem maior capacidade de transformarem em norma jurídica. No entanto, é necessário apontar que na Tabela 6 avaliamos a taxa de sucesso das deputadas por temática de proposições legislativas enviadas e obtivemos como resultado que a aprovação maior das deputadas federais foi nos temas honoríficos em primeiro lugar, temas políticos em segundo, e terceiro nos temas sociais. Isso quer nos dizer que as deputadas federais tem uma maior taxa de sucesso em aprovação nas proposições legislativas de menor relevância. No entanto, o fato da segunda colocação ser em temas políticos, que são *hard politics* chama a atenção, e nos faz questionar até o papel das próprias pesquisas científicas que acabam enquadrando o ser parlamentar e o atuar enquanto parlamentar em apenas uma perspectiva.

Nessa pesquisa proposições legislativas de cunho político são *hard politics* e gestão como *middle politics*. Esse dado nos mostra que dizer que as deputadas federais vão se interessar e aprovar proposições legislativas *soft politics* é parcialmente correto, visto que ao avaliarmos a taxa de sucesso das parlamentares a situação se altera, já que elas possuem como segunda maior desempenho para aprovar proposições legislativas em uma temática *hard*. Talvez sobre essas perspectivas percebemos que as mudanças sobre o papel da mulher na sociedade venham se alterando a passos lentos também no legislativo brasileiro.

As mulheres têm mais chances de aprovarem proposições de gênero do que as proposições de modo geral. Elas conseguiram aprovar 7,5% das proposições legislativas na temática de gênero em comparação aos 3,4% de todas as proposições legislativas enviadas e aprovadas. A variável independente, proposições legislativas voltadas a questões de gênero, parece ser uma explicação na capacidade das parlamentares aprovarem suas proposições, mesmo que essa capacidade de aprovação seja minoritário se comparado ao poder dos parlamentares homens e do poder Executivo.

Mulheres produzindo proposições legislativas para mulheres recorda a afirmação de Lovenduski e Norris (2003) ao dizerem que o fato das mulheres estarem no parlamento inglês não quer dizer que elas atuem para as mulheres, entretanto

Sua presença substancial no Parlamento torna as mulheres parlamentares mais capazes de formar alianças e atuar como uma força coerente para afetar a cultura dominante de sua instituição, bem como estar em posição de realizar os atos "críticos" que Dahlerup (1988) argumenta que são necessárias para a feminização das instituições políticas (LOVENDUSKI; NORRIS, 2003, p.97).

O mesmo se aplica as parlamentares brasileiras, visto que nem todas as parlamentares produziram proposições legislativas na temática de gênero, no entanto, elas formam alianças para passarem proposições legislativas de gênero. Um dos dados encontrados é que das 21 proposições legislativas apenas com participação feminina, cinco eram na área de gênero. Elas constroem em conjunto proposições legislativas que interesse o grupo 'mulheres'.

As parlamentares de esquerda têm uma produção legislativa maior que as de direita e de centro e capacidade de transformarem suas matérias legislativas em norma jurídica maior. Se analisarmos a quantidade de aprovação de proposições legislativas de acordo com a quantidade produzida por parlamentares temos como resultado que os partidos de direita conseguiram aprovar 3,0% do que enviaram, os de centro 2,9% e os de esquerda 3,5%. Pode-se dizer, de forma relativa, que a variável ideologia partidária pode ser uma explicação para o sucesso parlamentar das deputadas federais na aprovação de normas legislativas.

Não há uma diferença tão imensa no poder de aprovação, mas na quantidade de produção é possível observar. Deve ser pontuado que o número de parlamentares mulheres de esquerda na amostra é maior como já foi pontuado, por isso, a produção legislativa tende a ser maior entre as parlamentares de esquerda.

Esse mesmo dado no número de produção legislativa produzida pelas mulheres de partidos de esquerda foi observado por Orsato (2013) visto que no seu estudo sobre a presença

feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a autora observou que as mulheres inseridas em partidos de esquerda foram responsáveis por 66% da produção legislativa.

Para a autora o resultado disso nos diz que “os partidos de esquerda (e, no caso do PTB, centro) além de serem os que mais elegem mulheres são também os que apresentam um maior número de projetos a serem apreciados e votados pelos demais parlamentares, ao menos os originados de proposições femininas” (ORSATO, 2013, p.14).

Assim como na Assembleia do Rio Grande do Sul, o maior número de parlamentares se encontra nos partidos de esquerda. Nesses 31 anos, 86 delas estiveram ou estão nos partidos de esquerda, 65 delas nos partidos de direita e 60 nos partidos de centro. Essa constatação no número maior de mulheres parlamentares brasileiras em partidos de esquerda vai de encontro ao que Caul (1995, p. 94) concluiu em sua pesquisa quando apresenta que:

O movimento das mulheres e os níveis crescentes de participação política das mulheres aumentaram a pressão sobre os partidos para enviar mais mulheres ao parlamento. Essas descobertas revelam que certas características partidárias realmente influenciam a variação em nível de festa na representação das mulheres. Altos níveis de institucionalização, um nível localizado de candidatura a candidatos e valores esquerdistas e pós-materialistas permitem que as partes individualmente aumentem a representação das mulheres (CAUL, 1995, p.94).

Deputadas federais que se encontram em partidos de esquerda são maiores em número no legislativo, produzem mais proposições legislativas e têm o maior poder de aprovação das matérias legislativas enviadas para apreciação.

Outra variável independente se refere a fazer parte da coalizão com o a capacidade de aprovação das matérias legislativas. Observamos que as parlamentares da coalizão produzem mais proposições legislativas e transformam suas matérias legislativas em normas de lei em maior quantidade. Romanini (2015) observou o trabalho legislativo de parlamentares da coalizão e de oposição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Um dos resultados encontrados é que a ocupação de vagas nessas quatro comissões por parte dos parlamentares de coalizão foi entre 61 a 70%. Assim como a distribuição de cargos na presidência e vice-presidência esteve em maior número com parlamentares da coalizão (ROMANINI, 2015).

Esse dado da autora Romanini (2015) é um indicativo do por que as parlamentares brasileiras que fazem parte da coalizão produzem e aprovam mais proposições legislativas. Deputados da base do governo estão em maior número nas comissões e nos cargos importantes, assim tem mais incentivos para aprovarem proposições legislativas. Romanini (2015, p.174) cita que “no que tange à produção legislativa das comissões, tem-se que a maioria das proposições e dos pareceres aprovados foram de relatoria da coalizão”. A atuação nas comissões



reflete no poder de aprovação das propostas legislativas, se relacionando assim ao dado apresentado sobre a produção legislativa das deputadas federais.

A última variável independente testada foi o número de mandatos das parlamentares e a capacidade de aprovação das matérias em norma jurídica. Acreditamos que a capacidade das deputadas federais aprovaram suas proposições legislativas aumenta de acordo com o número de mandatos que elas possuem na Câmara Federal. Os dados obtidos nos mostraram que foram aprovados mais matérias legislativas no último mandato, em uma porcentagem bem maior que nos outros mandatos. Assim, podemos observar que no caso ‘deputadas mulheres’ o poder de transformar as proposições em norma jurídica aumenta com o passar das legislaturas.

O número de mandatos dos parlamentares está dentro da variável *seniority*, a qual se direciona a variáveis da carreira, no caso dessa pesquisa, das deputadas federais (SANTOS, 2008). Em um estudo sobre os deputados federais baianos da Aliança Renovada Nacional – ARENA, observou-se que os parlamentares experientes, ou seja, os que estavam há muitas legislaturas na Câmara Federal eram os que compunham a bancada do partido (MADEIRA, 2003).

Apointa-se que a produção parlamentar dos parlamentares não se relaciona a eles conseguirem ser reeleitos, devido as taxas de renovação que giram em torno de 40% por mandato (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995; SANTOS, 2000). Na eleição de 1994, quase 89% dos deputados que foram reeleitos não aprovaram nenhuma matéria legislativa de sua autoria no mandato 1991-1994 (SANTOS, 1997).

A produção legislativa pode não ser um fator para a permanência de vários mandatos dos parlamentares, no entanto, pelos dados sobre a produção legislativa das parlamentares brasileiras observamos que as parlamentares têm um maior número de aprovação de proposições legislativas quanto maior é o número de mandatos. Isso é demonstrado pelo estudo de Madeira (2003) ao apontar que os parlamentares da ARENA que estavam a mais tempo na Câmara Federal ocupavam a bancada de partido. Ter experiência parlamentar e conhecer os meandros da Câmara Federal não garante a reeleição, mas garante um maior desempenho político-institucional na Câmara como é o caso das parlamentares mulheres analisadas de 1987 a 2017.

## 5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa se enquadra na temática da Ciência Política “estudos sobre o legislativo brasileiro”. Busquei utilizar um tema da ciência política atribuindo a ele um recorte de gênero, que é a atividade legislativa das parlamentares brasileiras. Em base, a análise da pesquisa é neoinstitucional, visto que avaliamos a produção das deputadas federais, sobre a perspectiva que as mesmas se comportam de maneira utilitária, buscando maximizar suas preferências.

Nos dois primeiros capítulos, ambos teóricos, que se referiram à (1) participação política da mulher e a (2) produção legislativa brasileira, buscou-se interligar os dois temas e as propostas teóricas apresentadas pelos autores e autoras que estudam essas abordagens. Por isso, acreditamos que o estudo das proposições legislativas de autoria das deputadas federais se enquadra tanto nos estudos de gênero na Ciência Política quanto os estudos sobre a produção legislativa.

A ideia central do primeiro capítulo foi apresentar como podemos estudar a participação da mulher na política pelo viés da Ciência Política. Os estudos sobre o processo anterior a entrada das parlamentares na área da política e o processo posterior, que é o caso dessa pesquisa. Optou-se pela segunda opção partindo da ideia que melhorar a participação das mulheres na política não se refere apenas a entrada delas nas instituições de poder, mas como elas exercem ou não exercem esse poder.

Por isso, colocamos como variável dependente a situação das proposições (capacidade das deputadas federais em aprovarem suas proposições legislativas). Acreditamos haver quatro possíveis explicações para isso. É importante salientar que essas variáveis não são suficientes para explicar a atividade legislativa das parlamentares como um todo, mas são uma chave de entrada para entender como atuam as deputadas federais no que tange a produção legislativa.

As quatro variáveis explicativas foram: 1- Temática das proposições, 2- Coalizão ou oposição, 3- Ideologia partidária, 4- Número de mandatos. As cinco hipóteses formuladas a partir das variáveis explicativas foram corroboradas, já que as parlamentares produzem e aprovam mais na temática social, e dentro dessa temática tem mais chances em aprovarem as proposições voltadas a temática de gênero. As parlamentares da coalizão aprovam mais proposições legislativas, as parlamentares de esquerda também são as que mais aprovam matérias legislativas, e pudemos observar que o número de mandatos influencia na aprovação de proposições, visto que quanto mais mandatos as parlamentares têm mais chance elas possuem em aprovar suas proposições.

Os resultados encontrados apontam que a temática do que é produzido, a ideologia do partido, o número de mandatos e estar na coalizão garantem maior taxa de sucesso na aprovação das proposições pelas parlamentares. Isso não quer dizer que apenas essas quatro variáveis são as únicas que se referem a capacidade que as deputadas possuem em aprovarem normas legislativas, todavia podem ser entendidas como uma perspectiva inicial para entender qual é a participação legislativa das deputadas no legislativo federal.

O que podemos supor com esses resultados é que eles trazem novas indagações da atuação das deputadas no legislativo nacional. Estudos futuros que examinem de forma mais detalhada a atuação em comissões das parlamentares, um exame sobre a relação das parlamentares com os seus partidos como a disciplina partidária, ocupação de postos-chaves dados pelos líderes partidários e um exame sobre quem são essas parlamentares que conseguem acessar o legislativo brasileiro.

Outro ponto que percebemos pelos dados encontrados é que as deputadas federais possuem uma atividade de produção na área social, mas elas também produzem em temáticas econômicas. Delimitar a atuação delas a área social é deixar em aberto as 1010 proposições legislativas na área econômica produzidas pelas parlamentares, e as dezoito aprovadas nessa área. São poucas aprovadas, mas foram aprovadas. Podemos observar que os papéis de gênero na sociedade se enquadram no que as deputadas produzem, mas não podemos deixar de lado que elas produzem em temáticas *hard* e *middle* também. A tentativa em produzir nessas áreas nos demonstra que os papéis de gênero e do que é ser uma parlamentar possam estar se alterando.

Criar mecanismos para uma atividade legislativa mais eficiente é necessária. Assim como, entender que criar normas para a entrada das mulheres nos espaços de poder não é uma garantia de que as mesmas conseguiram atuar de forma eficaz. A Câmara Federal é um espaço de luta por poder, ter o gênero feminino é apenas mais um dos diversos fatores que fazem as deputadas não conseguirem estarem nas posições de destaque e serem baixo-clero.

Aqui não queremos diminuir o papel que a variável gênero possui na atuação das mulheres, e sim uma compreensão que a variável gênero deve se relacionar com as outras variáveis institucionais para entendermos o que fazem as deputadas federais eleitas e qual é o impacto delas para que sejam atingidas de fato melhoras para o grupo ‘mulheres’.

Como Philips (1995) nos apresenta, é necessário não somente uma política de ideias, mas também de presença. Isso nos diz que as mulheres não devem apenas pensar como mudar as estruturas sociais que as colocam em uma posição de sub-representação, mas elas devem ocupar os espaços de poder, minimamente, em número que as represente. Utilizando essa ideia

de Philips acreditamos que além da política de ideia e presença, deve a haver uma *política de preparo* dessas legisladoras.

Por isso, as parlamentares devem ter ideias, estarem presentes, e ao entrarem nessa estrutura se sentirem preparadas para esse cargo, para que possam alcançar melhores posições no parlamento. Estudos que apresentem essas parlamentares no seu espaço de poder ajudam a encontrar mecanismos institucionais que garantam as deputadas federais maior participação.

Para finalizar, um ponto que nos chamou a atenção a partir do desenvolvimento do primeiro capítulo da dissertação a partir das análises Crenshaw (1989) sobre interseccionalidade e de Young (2000) a respeito de representação de minoria por meio da visibilidade, é que poucas proposições legislativas propostas pelas parlamentares tinham o recorte de raça e de outras formas de representação ‘do ser mulher’, no caso as mulheres transgêneras, bissexuais e lésbicas.

Nessa pesquisa, não separamos as matérias legislativas pela perspectiva de raça, ou seja, projetos voltados para as mulheres negras, mas separamos os que se voltavam às mulheres transgêneras, lésbicas e bissexuais. Pelos resultados observamos que em 31 anos de análise nenhuma matéria legislativa especifica as mulheres bissexuais, lésbicas e transgêneras foram aprovadas, e poucas, apenas 18 foram produzidas. Isso nos mostra que a política de presença apontada por Philip não se relaciona a ações concretas para esse grupo de mulheres.

Esperamos que em um futuro não tão distante novas investigações sobre a produção legislativa brasileira não necessitem mais de um recorte de gênero, visto que as mulheres já tenham alcançado equidade em relação aos homens.

## REFERÊNCIAS FINAIS

ABRAMSON, P. R.; INGLEHART, R. *Value change in global perspective*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão. O dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, vol.31, n.1, pp.5-38.

ALMEIDA, Carla.; LÜCHMANN, Lígia.; RIBEIRO, Bernardo. **Associativismo e representação feminina no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, no8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 237-263.

AMES, Barry. Institutions and Politics in Brazil. Ann Arbor, **University of Michigan Press**, 2001.

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 2, p. 479-519, 2000.

ARAÚJO, Clara. "As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais". *DADOS*, vol. 44, no 1, 2001, pp. 155-194.

ARROW, Kenneth J. *Social choice and individual values*. New York, John Wiley & Sons, 1951.

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno (orgs). **Palavra de mulher: oito décadas do direito do voto**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARON, David P; FEREJOHN, J. A. *Bargaining and Legislatures*. *American Political Science Review*, vol. 83, n.4, p.1181-1206, 1989.

BARROS, Antonio Teixeira de. Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. **Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, n. 12, p 183-211, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Volume 1. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. Volume 1. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, 220 páginas.

BERESSON, Bernard. Content Analysis in Communication Research. Glencoe, III: The free press, 1952.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.5, Brasília, janeiro e julho, 2011, pp.193- 216. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Dooriginal“Conferéce:lechamppolitique”, publicado no livro *Proposur le champ politique*. Direitos autorais concedidos pela Presses Universitaires de Lyon. Traduzido por André Villalobos.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Procuradoria da Mulher. 2011. Informações. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/a-camara/procuradoria-da-mulher/procuradoria-da-mulher>. Acesso em 28 nov.2018.

BUSANELLO, Elisabete; REHBEIN, Malena. **AS DEPUTADAS FEDERAIS NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: QUEM SÃO ELAS E COMO CHEGARAM LÁ?** E-legis, Brasília, n. 23, p. 106-132, maio/ago. 2017.

BUTLER, Judith P. Tradução de Renato Aguiar. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CABRAL, Gilda. **Lobby do Batom**. BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição 20 anos Estado, Democracia e Participação Popular: cadernos de textos. Comissão de legislação participativa, 2009.

CÂMARA FEDERAL. Bancada feminina cresce de 45 para 51 deputadas. 06.10.2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475459-BANCADA-FEMININA-CRESCE-DE-45-PARA-51-DEPUTADAS.html>. Acessado em: 04.12.2018.

CÂMARA FEDERAL. Bancada feminina sobe de 51 para 77 na Câmara. 08.10.2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>. Acessado em: 04.12.2018. Matéria produzida

CÂMARA FEDERAL. Secretaria da mulher: Coordenadora-geraldeputada federal Soraya Santos PMDB-RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/coordenadoria-dos-direitos-da-mulher/coordenadora-geral-2>. Acessado em: 04.12.2018.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol.12, n.1, abril/maio 2016, p.136-163.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6o. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Silvana Itamara. Participação feminina na Câmara dos Deputados: um retrato da 50ª legislatura. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2007.

CASTRO SANTOS, Maria Helena (1997). *Governabilidade, governança e Democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte*. **Revista Dados**, vol. 40, n.3, pp.

CAUL, Mike. **Women's representation in parliament: the role of political parties**. Sage Social Science Collection. V.5, n.1, pp.79-98. 1999.

CHILDS, Sarah; KROOK, Mona Lena. **Should feminists give up on critical mass? A contingent yes**. *Politics & Gender*, v. 2, n. 04, p. 522-530, 2006.

CODATO, Adriano. Metodologias para identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISINOTTO, Renato; CODATO, Adriano(orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. cap.1 , p. 9-14.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karoline. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In *As direitas*, edited by Sebastião Velasco e Cruz; André Velasco e Cruz. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLEMAN, James. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: London, Harvard University Press, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA/Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

COX, Gary. The organization of democratic legislatures. In: Wittman, Donald A.; Weingast, Barry R., *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew D. **Legislative Leviatan: Party Government in the house**. Berkeley: University of California Press, 1993.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, 1989. p. 139-167.

DAHLERUP, Drude. **De una pequeña a una gran minoria: uma teoria de la 'masa crítica' aplicada al caso de las mujeres en Escandinávia**. *Debate feminista*, n. 8, 1993.

DELPHY, Christine. O que é patriarcado? GFeminista. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b> . Acessado em: 03.02.2017.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discurso da deputada Rose de Freitas pronunciado em 3/3/2011**. 4 de fevereiro de 2011, p.3201.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. "Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional". *RBCS*, 29: 175. 1995.



FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Mudanças constitucionais, desempenho do Legislativo e consolidação institucional**, capítulo 2. Executivo e Legislativo na ordem constitucional. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FGV DAPP. Governo Temer distribui mais de 80% do orçamento federal entre partidos da coalizão. 2016. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/governo-temer-distribui-mais-de-80-do-orcamento-federal-entre-os-partidos-da-coalizacao/>. Acessado em: 09/10/2018.

FRANCO, Geissa *et.al.* Mulher e poder: A atuação política das vereadoras na Câmara Municipal de Curitiba. Revista Paranaense, Curitiba, n.2, 2018, pp.77-95.

FRASER, N. **Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente.** *Revista Ecuador Debate*, n. 46, s.n., 1999.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça na era pós-socialista. Tradução de Márcia Prates. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desa os para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. da UnB, [1997]2001.

FRASER, N. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado.** *Lua Nova (São Paulo)*, n. 77, p. 11-39, 2009b.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.

GELLNER, E. **Postmodernism, reason and religion**. London: Routledge, 1992.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Cambridge, Harvard University Press, 1982.

GILBSON, J.L; DUCH, R.M. **Postmaterialism and the emergencing soviet democracy**. Political Research Quartely (Sacramento), n.47, p.5-39, mar. 1994.

GILLIGAN, Thomas M; KREHBIEL, Keith. *The gains of exchange Hypothesis of Legislative Organization*. **Legislative Studies of Quarterly** 19, n.2, Maio, p. 181-214. 1994.

GRAÇA, Luiz Felipe Guedes; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. Uma análise da produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo sergio cabral: indicadores quantitativos e qualitativos em uma perspectiva comparativa. I Prêmio Sefaz-Sedeis Finanças Públicas e desenvolvimento econômico 2009. Rio de Janeiro.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, n.58, 2003. p.193-224.

HALPERIN, S.; HEATH, O. *Political Research - Methods and Practical Skills*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HEELAS, P.; LASH, S. MORRIS, P. (Ed.). **Destradicionalization**. Cambridge: Blackwell Publisher, 1996.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Estudos Feministas*, ano 9, 2º semestre, 2001. Pág 225-230.

INACIO, Magna; REZENDE, Daniela. ***Legislative parties and coalition government: horizontal control of public policy***. *Opin. Publica* [online]. 2015, vol.21, n.2, pp.296-335. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015212296>.

INGLEHART, R. *The silente revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R. *Culture Shift in a advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político em 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R. ***Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político em 43 sociedades***. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The development theory of gender gap; women and men's voting behavior in global perspective. Version for the International Political Science Review (Special Issue on Women and Politics), 2000.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

KERGOAT, Danièle. ***Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo***. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário crítico feminino*. São Paulo: EDUNESP, 2009. p. 67-75.

KIEWIET, Roderick; MCCUBINS; Mathew. ***The logic of delegation***. Congressional Parties and the Appropriations Process. London: The University of Chicago Press, 1991.

KINGODON, John W. *Agendas, Alternativas a Políticas Públicas*. 2 ed. Harper Collins College Publishers. In Saravia, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. 2007. *Políticas Públicas. Coletânea Volume 1. Como chega a hora de uma ideia* (219-244). Juntando as coisas (p.225-246).

KREHBIEL, Keith. *Legislative Organization*. *Journal of Economics Perspectives*. vol. 18, n.1, pp.113-128, 2004.

KREHBIEL, Keith. ***The Information in Legislative Organization***. Ann Arbor: The University of Michigan Express, 1997.

KREHBIEL, Keith. *Plausibility Signals by a heterogeneous Committee*. ***American Political Science Review***, vol. 95, n.2, Junho, p.453-457, 2002.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage, 2004.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, Juan. Presidencialismo ou Parlamentarismo: faz diferença? In: LAMOUNIER, B.(org.). **A Opção Parlamentarista**. São Paulo, Ed. Sumaré, 1991.

LOVENDUSKI, J; NORRIS, P. Westminster women: the politics of presence. *Political Studies*, 51(1), 84-102. 2003.

MADEIRA, Rafael Machado. Vinhos antigos e novas garrafas: a influencia de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) -, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 208. 2006.

MADEIRA, Rafael Machado. O padrão de carreira política dos deputados federais da ARENA baiana: trajetórias estáveis e lealdades pessoais. **Revista Meditações**. Vol 8, n.2. Londrina: Ed. UEL, jul-dez, 2003.

MAINWARING, Scott P. Sistemas Partidários em Novas Democracias. O caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto: Editora FGV, 2001.

MAINWARING, Scott & SHUGART, Matthew. (eds.). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MANSBRIDGE, J. A “Selection Model” of Political Representation. *Journal of Political Philosophy*, 17(4), p. 369-398. 2009

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent “yes”. *The Journal of politics*, 61(03), p.628-657. 1999.

MATOS, Marlise. **A sub-representação política das mulheres na chave da sua subteorização na ciência política**. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá*, vol. 01. Goiânia, Editora da Universidade de Goiás, 2011, pp.22-54.

MCKELVEY, Richard D. Intransitivities in multidimensional voting models and some implications for agenda control. *Journal of Economic Theory*, n. 19, p. 472-82, 1976.

MELO, Fabiana. Bancada feminina define pauta da Semana da Mulher: matéria publicada pela agência Câmara em 8 fev.2007. Disponível em:<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/NÃO-INFORMADO/98137-BANCADA-FEMININA-DEFINE-PAUTA-DA-SEMANA-DA-MULHER>. html.Acesso em: 19 nov. 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe. “Political Representation and Gender in Brazil: The Quotas for Women and their Impact”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 27, no 2, 2008, pp. 197-214.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 1, 2009.

MONTEIRO, Gabriela. O que é feminismo? Mundo Estranho. Revista Superinteressante. Acessado em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-feminismo/> . Disponível em: 02/02/2019.

MORAES, *et.al.* **Mulheres, política e sub-representação. Um estudo sobre correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres no parlamento.** Derecho y Cambio Social. 01/04/2014.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira. **Sobre os postulados da Análise Institucional: As teorias Positivas da Organização Legislativa na Ciência Política Contemporânea.** Dissertação (Mestrando em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco – UPE. Pernambuco, p. 164. 2007.

NEUENDORF, Kimberly A. *The content analysis guidebook*. Sage, 2016.

NYE, A. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

NORRIS, P. *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

NETO, Octávio Amorim; SANTOS, Fabiano. **O Segredo Ineficiente Revisto. O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros.** Dados Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 46, n.4, 2003, pp.661-698.

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NORRIS, Pipa. Women politicians: transforming Westminster? Oxford University Press, 1996.

NORTON, P. **Does Parliament Matter?** London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

NUSSBAUM, Martha. **Objetification**. Source: Philosophy & Public Affairs, Vol. 24, No. 4 (Autumn, 1995), pp. 249-291 Published by: Wiley  
Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2961930>. Acessado: 08/05/2018.

OLIVEIRA, Adriana. **A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional.** 2012. Tese (Doutorado), Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático categorial: uma proposta de sistematização. Rev. enferm. UERJ, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

ORSATO, Andreia. Como mulheres e deputadas: A presença feminina na Assembleia do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política) -, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 279. 2013.

PEREIRA, Celina. Medindo a governabilidade no Brasil: O presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma. Dissertação (Mestrando em Ciência Política) – Universidade de Brasília – UNB. Brasília, p. 87. 2017.

OPP, K. **Postmaterialism, collective action, and political protest.** American Journal of Political Science, n.34,p.212-35, 1990.

PHILLIPS, A. *e politics of presence.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

POWER, Timothy J; ZUCCO, Cesar Junior. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005. Latin America Research Review, vol. 44, n.1, p.217-246, 2009.  
PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER; SENADO FEDERAL; SECRETARIA DA MULHER- CÂMARA DOS DEPUTADOS. + **Mulheres na Política.** 2016.

PRIORE, Mary del. Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

RABAY, Gloria Freira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. ORG & DEMO, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011.

RAMIREZ, F.; ENEANEY, E. From women's su rage to reproduction rights? Crossnational considerations. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 38, n. 1-2, p. 3-15, 1998.

REZENDE, Daniela Leandro. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados.** Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro/dezembro, 2017.

RIBEIRO, Amarolina. O que é feminismo? Geografia Geral. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-que-e-feminismo.htm> Acessado em: 02/02/2019.

RICCI, Paulo. O conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 699 a 734.

ROMANINI, Roberta. Interações entre coalizão e oposição nas Comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2015.

RULE, W. **Political rights, electoral system and the legislative representation of women in 73 democracies: a preliminary analysis.** XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Seul, ago. 1997.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence.** Oxford: Clarendon, 1995.

POWER, T; ZUCCO JR., C. 2009. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review*, Baltimore, v. 44, n. 1, p.

218-246. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19749.pdf>. Acesso em: 20.abr.2013.

PRIORE, Mary del. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.

SACCHET, Teresa. **Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas**. In: PAIVA, Denise; BEZERRA, Heloísa Dias. **Mulheres, poder e política**. Goiânia: Cãnone Editorial. 2011.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Costa. Igualdade de gênero no exercício do poder. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3):406, setembro-dezembro, 2015.

SANTOS, Fabiano; BORGES, Mariana. **Poder de agenda**. Coleção Governo e Políticas Públicas. Brasília: Enap, 2018.

SANTOS, André Marengo dos. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997.

SANTOS, André Marengo dos. Não se Fazem mais Oligarquias como Antigamente. Recrutamento Parlamentar, Experiência Política e Vínculos Partidários entre De391 Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados Brasileiros (1946-1998). Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 16, n. 3, , p. 56-75, set./out./nov./dez. 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Teoria e Método nos estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no período 1994-2005**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Editora HUCITEC, número 41. São Paulo: ANPOCS, 2008.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetória na política a partir das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise da histórica**. *Educação & Realidade*, v.15, n2, jul/dez 1990.

SILVIA, Júlio César Gaudence. Organização legislativa e formação de coalizões em regimes presidencialistas: elucidações sobre uma teoria do “presidencialismo de coalizão”. Dissertação (Mestrando em Ciência Política) -, Universidade Federal de Pernambuco – UPE. Pernambuco, p. 164. 2007.

SHEPSLE, Kenneth A; WEINGAST, Barry B. Positive *Theories of Congressional Institutions*. *Legislative Studies Quartely*, XIX, pp.149-179, 1994.



SHEPSLE, Kenneth A. *The giant Jigsaw Puzzle*. Chicago: Chicago University Press, 1978.

SHUGART, Matthew & CAREY, John M. (1992). *Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge University

STOKES, W. **Women in contemporary politics**. Polity. 2005.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BURNS, N. **Family ties: understanding the intragenerational transmission of political participation**. In; ZUCKERMAN, A.S. (Ed). *The Social Logic of Politics*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2005. p.95-116.

WÄNGNERUD, L. **Women in parliaments: Descriptive and substantive representation**. *Annual Review of Political Science*, 12, 51-69. 2009.

WIRTH, Linda. **Breaking through the glass ceiling: women in management**. Geneva: International Labour Office, 2001.

YANNOULAS, S.; VALLEJOS, A.; LENARDUZZI, Z. **Feminismo e academia**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, 2000.

YOUNG, I. M. **La justicia y la política de la diferencia**. Traducción de Silvina Álvarez. Madrid: Ediciones Cátedra, [1990]2000.